

2010

Relatório de Gestão
ano Financeiro 2010 - Volume I
MUNICÍPIO DE CANTANHEDE



INDICE

INDICE.....	2
I – Apresentação	3
II – Enquadramento Macroeconómico	6
III – Introdução	8
IV – Execução Orçamental	10
4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa	10
4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2010	13
4.1.2 - Execução Orçamental da Receita	19
4.1.3 - Execução Orçamental da Despesa	30
4.2 – Poupança	44
4.3 – Evolução do Endividamento	45
4.4 – Prazo Médio de Pagamentos (PMP) para 2010	55
4.5. – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano de 2010	56
V – Situação Económico-Financeira	62
5.1 – Análise do Balanço.....	63
5.1.1– Imobilizado.....	63
5.1.2 – Circulante.....	65
5.1.3 – Acréscimos e Diferimentos	67
5.1.4 – Fundos Próprios.....	68
5.1.5 – Passivo	69
5.2 – Análise da Demonstração de Resultados.....	76
VI – Rácios Financeiros.....	78
VII – Contabilidade de Custos.....	79
VIII - Proposta de Aplicação dos Resultados	81
IX – Certificação Legal das Contas e Parecer sobre as Contas.....	81

I – Apresentação

Ex.mos Senhores Membros da Assembleia Municipal

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 2 do artigo 49.º, bem como da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, vem o órgão executivo camarário apresentar à apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2010.

Indo ao encontro do preceituado no ponto n.º 13 do Plano Oficial da Autarquias Locais, apresenta-se, do mesmo modo, o Relatório de Gestão que, à semelhança de anos transactos, irá espelhar de forma clara e sucinta toda a actividade desenvolvida pelo Município de Cantanhede durante o exercício económico de 2010. Tal demonstração será feita tendo em conta diversas perspectivas de análise, como sejam a execução orçamental e a respectiva situação financeira e patrimonial.

Este documento está elaborado segundo várias perspectivas de análise, de modo a facilitar a leitura dos diversos níveis de execução orçamental obtidos ao longo do período sujeito a apreciação. Paralelamente, houve a preocupação de demonstrar os níveis de arrecadação de receita e respectiva realização da despesa, comparativamente com os valores alcançados em anos anteriores, bem como outras abordagens do foro económico e financeiro com enfoque na evolução da situação da autarquia.

Efectuado que está o seu respectivo enquadramento legal, apresenta-se, de seguida, uma relação valorizada dos níveis de execução orçamental registados pelo Município de Cantanhede durante o ano de 2010, ressaltando-se, desde já, a necessidade de se ter bem presente o impacto financeiro sentido em 2010 por força do financiamento de longo prazo obtido e utilizado ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal em finais de 2009.

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:

(Valores em Euros)

-Em documentos.....	0,00	
- Em numerário:		
- de dotação orçamental.....	116.009,55	
- de operações de tesouraria...	721.945,70	837.955,25

RECEITA:

- Orçamental.....	33.450.408,58	
- Operações de Tesouraria.....	1.483.700,82	
- Virtual liquidada.....	0,00	
		34.934.109,40

DESPESA:

- Orçamental.....	33.448.609,32	
- Operações de Tesouraria.....	1.535.134,14	
- Virtual cobrada.....	0,00	
- Virtual anulada.....	0,00	
		34.983.743,46

SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:

- Em documentos.....	0,00	
- Em numerário:		
- Orçamental.....	117.808,81	
- Operações de Tesouraria....	670.512,38	
		788.321,19

A receita orçamental cobrada no ano de 2010, ascendeu ao montante de 33.566.418,13 euros (inclui o saldo da gerência anterior), tendo tido a seguinte origem:

- Receita corrente.....	14.604.747,93
- Receita de capital.....	18.961.670,20

No que diz respeito à despesa orçamental paga, o seu valor totalizou a quantia de **33.448.609,32 euros**, montante que foi aplicado do seguinte modo:

- Despesa corrente.....	13.783.943,58
- Despesa de capital.....	19.664.665,74

CANTANHEDE, 8 de Abril de 2011

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(João Pais de Moura)

II – Enquadramento Macroeconómico

Vive-se uma conjuntura em que os governos da Zona Euro necessitam dar integral cumprimento aos respectivos planos de consolidação orçamental, recorrendo, sempre que necessário, à implementação de medidas adicionais de acção correctiva que permitam assegurar a concretização dos progressos obtidos na sustentabilidade orçamental e de modo a inverter os níveis excessivos de défice. Para a generalidade dos observadores, estas são medidas absolutamente cruciais para incrementar o fortalecimento da confiança na sustentabilidade das finanças públicas, só possível através da redução dos prémios de risco e das respectivas taxas de juro, condição indispensável para um crescimento sólido e sustentável.

Na altura em que o presente Relatório de Gestão está a ser elaborado, é conhecido que o Governo, depois de reiteradamente ter manifestado a sua recusa em recorrer à ajuda externa, accionou já os mecanismos necessários nesse sentido, tendo informado o Senhor Presidente da República a esse respeito, enquanto o principal partido da oposição manifestou publicamente o seu apoio incondicional a tal medida. Neste contexto, embora se desconheçam os termos da ajuda que o Governo vai negociar, agora afigura-se possível a concretização *“do maior esforço de consolidação orçamental alguma vez realizado em Portugal”*, tal como preconizava o Programa de Estabilidade e Crescimento recentemente apresentado pelo Governo e rejeitado pela Assembleia da República. Recorde-se que o PEC apontava como metas para 2011 uma redução do défice em cerca de 5,3% do PIB, visando atingir um défice de 4.6% do PIB no final do ano. Infelizmente, a ajuda externa tornou-se indispensável para se alcançarem outros objectivos do PEC, designadamente *“honrar os compromissos internacionais assumidos por Portugal, servindo de igual forma para restituir a confiança nos mercados e na Economia portuguesa”*.

Reportando-nos a 2010, os dados recentemente publicados pelo Instituto Nacional de Estatística referem a recuperação da actividade económica que se fez sentir ao longo do ano, e apesar da contracção da economia de 0,3% no último trimestre, irá encerrar com um aumento efectivo do produto interno bruto em 1,4%, tendo contribuído fortemente para este resultado a procura interna, que também cresceu 0,8%, associada ao aumento das exportações em 8,7% enquanto as importações subiram 5,3%, devidamente associado à redução do investimento, apesar de este ter demonstrado uma subida menos acentuada.

A ligeira melhoria verificada relativamente a 2009, não ilude o facto de Portugal continuar a demonstrar um dos piores desempenhos quando comparado com os restantes membros da zona Euro, também ela muito afectada pela forte crise mundial dos últimos dois anos, quer a nível dos mercados financeiros internacionais, quer a nível económico.

A ajuda externa já solicitada pelo Governo surge num contexto de aumentos sucessivos das taxas juro da dívida soberana, que nos últimos tempos já ultrapassaram os limites do tolerável, de défice persistente da nossa balança de bens e serviços, da tendência inflacionista que se começa a fazer sentir, o que, associado ao elevado grau de dependência de Portugal face aos produtos petrolíferos e matérias-primas, ao preocupante crescimento da taxa de desemprego, e à forte probabilidade de desaceleração da procura externa, não dá margem para uma perspectiva de recuperação rápida da economia.

Consciente da realidade sombria em que a situação económica do país se estava a tornar, o Município de Cantanhede iniciou, ainda no decurso de 2009, o seu *“Plano de Consolidação Orçamental”*. Efectivamente, para fazer face às dificuldades de tesouraria sentidas, em grande medida resultantes dos avultados investimentos efectuados em anos anteriores, cujos encargos financeiros provocaram um desequilíbrio financeiro, a autarquia levou a cabo uma operação de saneamento financeiro, tendo em vista a consolidação do passivo e o reequilíbrio das finanças municipais. A referida operação, devidamente regulamentada pelo artigo n.º 40 da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e pelo Decreto-lei n.º 38/2008, de 7 de Março, foi aprovada em reunião do

executivo camarário de 15 de Dezembro de 2009, tendo merecido o consentimento da Assembleia Municipal na sua reunião de 23 de Dezembro desse mesmo ano.

A iniciativa foi desencadeada numa altura em que não estavam encerradas as contas do ano de 2009, mas havia já a clara percepção de que se afigurava absolutamente necessário accionar todos os mecanismos ao dispor da autarquia para repor a sua situação financeira dentro dos limites legalmente estabelecidos, ainda que isso tenha obrigado à adopção de medidas difíceis, impostas por força da aprovação do referido Plano de Saneamento Financeiro, que entretanto recebeu a respectiva aprovação do Tribunal de Contas em 31 de Março de 2010.

Embora o documento estabelecesse uma redução de 10% do excesso de endividamento verificado em 2009, a verdade é que, à data de 31 de Dezembro de 2010, o Município de Cantanhede tinha **conseguido inverter em 100% a situação verificada no ano anterior. Isto apenas no prazo de apenas um ano, voltando repor o endividamento dentro dos limites impostos por lei.**

Foi portanto um exercício que não pode deixar de ser considerado como de grande relevância e que vem melhorar substancialmente a posição da autarquia para fazer face aos enormes constrangimentos financeiros que se têm abatido sobre os Municípios, bem como aos crescentes encargos decorrentes das competências que a administração central insiste em continuar a transferir para o poder local. Em todo o caso, e regressando ao ponto de partida deste enquadramento macroeconómico, o Município de Cantanhede apresenta o Relatório de Gestão de 2010 num clima de grande incerteza relativamente aos contornos que a ajuda externa a Portugal virá a assumir, com todas as implicações negativas que daí podem advir para a concretização de alguns projectos estruturantes previstos.

III – Introdução

Com a apresentação do presente Relatório de Gestão pretende-se dar a conhecer, de forma clara e inequívoca, todos os aspectos relevantes do exercício de 2010, através de um enunciado com toda a informação considerada nuclear para uma correcta interpretação da situação económica e financeira do Município de Cantanhede no final desse período. Trata-se de um documento de grande utilidade como utensílio de apoio à gestão, na medida em que permite aferir o grau de eficiência e de eficácia com que a instituição administrou os meios e os recursos de que se socorreu para servir a comunidade no quadro das suas competências e atribuições.

O objectivo que presidiu à sua elaboração é o de fazer uma demonstração clara e fiável dos resultados, a partir de uma síntese que, dando conta de dados segundo diferentes perspectivas de avaliação, facilite a leitura e a interpretação dos aspectos de maior relevo no ano sujeito a apreciação. Tal orientação está patente no exercício que se segue ao longo dos próximos capítulos, a começar com uma referência às seguintes tipologias de análise:

- Uma análise detalhada aos diferentes níveis de execução orçamental atingidos em 2010, num primeiro momento, efectuando uma análise aos diferentes níveis de arrecadação de receita e, num segundo momento, efectuar uma análise pormenorizada numa óptica de realização da despesa, devidamente suportada com quadros de análise quanto à sua evolução e respectivos desvios;
- Uma observação quanto ao desempenho obtido em sede de Grandes Opções do Plano. Como se sabe este documento resulta da compilação do Plano Plurianual de Investimentos e das Actividades Mais Relevantes;
- Uma análise da situação económica do Município no exercício a que este diz respeito;
- Uma apresentação detalhada sobre a evolução do endividamento municipal nos últimos três anos, com indicação das dívidas de curto, médio e longo prazo de e a terceiros;
- Apresentação da proposta de aplicação dos resultados devidamente fundamentada;
- Evidencia, caso existam, todos os factos relevantes que possam ter ocorrido depois do termo do exercício.

Por fim, em volume próprio, porque a lei assim o exige, será apresentado o relatório anual sobre a demonstração do grau de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, elaborado ao abrigo do disposto no n.º 7 da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, actual Lei das Finanças Locais.

Uma análise mais pormenorizada à realidade orçamental, patrimonial e financeira do Município irá sempre e em qualquer circunstância obrigar o utente a efectuar uma análise mais minuciosa e exaustiva às peças que fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas de 2010. Conforme instituído no ponto dois das considerações técnicas do POCAL estas passam-se, de seguida, a discriminar:

- ✓ Balanço;
- ✓ Demonstração de resultados;
- ✓ Mapas de execução orçamental;
 - Da receita;
 - Da despesa;
 - Do plano plurianual de investimentos;
 - Mapa de fluxos de caixa;
 - Mapa de operações de tesouraria;
- ✓ Anexos às demonstrações financeiras;
 - Caracterização da entidade;
 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
 - Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução;
- ✓ Relatório de gestão.

À semelhança de anos anteriores, relatório apresenta-se segundo duas ópticas diferentes:

- A **Orçamental**, onde será efectuada uma análise detalhada dos diversos níveis de execução do orçamento, numa perspectiva de caixa, efectuando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada e respectiva despesa realizada;

- A **Patrimonial**, onde será apresentada uma análise pormenorizada às contas com maior relevo constantes das principais peças contabilísticas. Referimo-nos, concretamente, ao Balanço, Demonstração de Resultados e seus correspondentes anexos.

Por fim e no sentido de se dar cumprimento ao n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a Lei das Finanças Locais, objecto de rectificação em 15/2/2007 (Declaração de Rectificação n.º 14/2007) quanto à inexactidão da publicação do texto constante no n.º 2 do artigo 47.º - Consolidação de Contas, que determina que as autarquias devem publicar as contas consolidadas dos serviços municipalizados ou de entidades do sector empresarial local cujo capital detenham na totalidade, a par das contas individuais do Município. Serão assim apresentadas, em documento autónomo, as contas consolidadas do Município e da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EEM.

IV – Execução Orçamental

4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa

Neste capítulo dá-se a conhecer, de forma abreviada mas elucidativa, os vários níveis de execução orçamental atingidos no ano em apreço. Os quadros que se seguem demonstram, sob diferentes ópticas, os resultados obtidos, separando, em cada momento, os níveis de arrecadação da receita dos níveis de realização da despesa.

QUADRO 1

VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

	2008	2009	2010
Receitas de Capital	11.943.141,38	7.966.015,31	18.961.670,20
Receitas Correntes	13.796.470,85	14.330.755,82	14.604.747,93
Despesas de Capital	12.926.702,04	9.327.773,84	19.664.665,74
Despesas Correntes	12.713.392,24	12.852.987,74	13.783.943,58

Gráfico da Variação das Receitas e Despesas



QUADRO 2

Un: (Euros)

RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS CORRENTES E AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS DE CAPITAL			ANO FINANCEIRO DE 2010		
DESIGNAÇÃO	VALOR	%	DESIGNAÇÃO	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES:			DESPESAS CORRENTES:		
01 – Impostos directos	4.900.166,10	14,60	01 – Pessoal	6.595.944,18	19,72
02 – Impostos indirectos	355.627,26	1,06	02 – Aq. de bens e serviços correntes	4.606.732,98	13,77
04 – Taxas, multas e outras penalidades	223.437,10	0,67	03 – Juros e outros encargos	508.311,90	1,52
05 – Rendimentos de propriedade	1.049.887,55	3,13	04 – Transferências correntes	793.114,34	2,37
06 – Transferências correntes	7.327.082,54	21,83	05 – Subsídios	676.796,86	2,02
07 – Venda de bens e serviços correntes	670.011,23	2,00	06 – Outras despesas correntes	603.043,32	1,80
08 – Outras receitas correntes	78.536,15	0,24			
Total das receitas correntes	14.604.747,93	43,51	Total das despesas correntes	13.783.943,58	41,21
RECEITAS DE CAPITAL:			DESPESAS DE CAPITAL		
09 – Venda de bens de investimento	70.084,33	0,21	07 – Aq. de bens de capital	14.182.449,08	42,40
10 – Transferências de capital	4.467.596,28	13,31	08 – Transferências de capital	1.222.617,24	3,66
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	09 – Activos financeiros	1.200.000,00	3,59
12 – Passivos financeiros	14.300.000,00	42,60	10 – Passivos financeiros	3.059.599,42	9,15
13 – Outras receitas de capital	368,68	0,00	11 – Outras despesas de capital	0,00	0,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	7.611,36	0,01			
16 – Saldo da Gerência Anterior	116.009,55	0,35			
17 – Operação Extra-Orçamentais	0,00	0,00			
Total das receitas de capital	18.961.670,20	56,49	Total das despesas de capital	19.664.665,74	58,79
TOTAL GERAL DA RECEITA	33.566.418,13	100,00	TOTAL GERAL DA DESPESA	33.448.609,32	100,00

QUADRO 3

Un: (Euros)

DESVIOS ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E DESPESAS

PREVISTAS E REALIZADAS

Ano Financeiro 2010

	PREVISÃO		EXECUÇÃO/COBRANÇA	DIFERENÇAS	
DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS	Inicial	Final		Valor	Percentagem
	(1)	(2)		(3)	(4)=(3)-(2)
RECEITAS CORRENTES					
Impostos directos:					
Contribuição Autárquica/IMI	2.848.819,00	2.848.819,00	3.327.226,22	478.407,22	16,8%
Imposto sobre veículos/IUC	435.537,00	435.537,00	552.562,93	117.025,93	26,9%
Sisa/IMT	917.607,00	917.607,00	1.020.376,95	102.769,95	11,2%
Outros impostos abolidos	100,00	100,00	0,00	-100,00	-100,0%
Imposto directos diversos	2.345,00	2.345,00	0,00	-2.345,00	-100,0%
Impostos indirectos	760.334,00	760.334,00	355.627,26	-404.706,74	-53,2%
Taxas, multas e outras penalidades	479.301,00	479.301,00	223.437,10	-255.863,90	-53,4%
Rendimentos da propriedade	1.463.574,00	1.463.574,00	1.049.887,55	-413.686,45	-28,3%
Transferências correntes:					
FEF/FSM/PARTICIPAÇÃO FIXA IRS	6.627.951,00	6.627.951,00	6.370.689,00	-257.262,00	-3,9%
Outras	1.309.250,00	1.309.250,00	956.393,54	-352.856,46	-27,0%
Venda de bens e serviços correntes	929.810,00	929.810,00	670.011,23	-259.798,77	-27,9%
Outras receitas correntes	341.672,00	341.672,00	78.536,15	-263.135,85	-77,0%
TOTAL	16.116.300,00	16.116.300,00	14.604.747,93	-1.511.552,07	-9,4%
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal	7.107.652,00	6.960.193,00	6.595.944,18	-364.248,82	-5,2%
Aquisição de bens e serviços	5.546.817,00	5.778.613,55	4.606.732,98	-1.171.880,57	-20,3%
Juros e outros encargos	495.788,00	714.366,00	508.311,90	-206.054,10	-28,8%
Transferências correntes:					
Para Sociedades não financeiras	130.003,00	130.545,00	130.542,76	-2,24	0,0%
Para a administração central	87.231,00	59.137,00	40.274,50	-18.862,50	-31,9%
Para a administração local	206.172,00	188.519,00	169.281,48	-19.237,52	-10,2%
Para Instituições sem fins Lucrativos	546.586,00	587.279,00	403.278,00	-184.001,00	-31,3%
Outras	61.063,00	61.063,00	49.737,60	-11.325,40	-18,5%
Subsídios	732.897,00	688.941,00	676.796,86	-12.144,14	-1,8%
Outras despesas correntes	769.481,00	636.543,00	603.043,32	-33.499,68	-5,3%
TOTAL	15.683.690,00	15.805.199,55	13.783.943,58	-2.021.255,97	-12,8%
RECEITAS DE CAPITAL					
Venda de bens de investimento	16.909.008,00	8.215.760,00	70.084,33	-8.145.675,67	-99,1%
Transferências de capital:					
FEF	3.496.473,00	3.496.473,00	3.370.457,00	-126.016,00	-3,6%
Outras	9.532.990,00	2.233.238,00	1.097.139,28	-1.136.098,72	-50,9%
Activos Financeiros:					
Outros	5,00	5,00	0,00	-5,00	
Passivos financeiros:					
Empréstimos curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos a médio e longo prazo	0,00	16.000.000,00	14.300.000,00	-1.700.000,00	-10,6%
Outras receitas de capital	4.451,00	4.451,00	368,68	-4.082,32	-91,7%
Reposições não abatidas nos pagamentos	70.883,00	70.883,00	7.611,36	-63.271,64	-89,3%
Saldo da gerência anterior		116.009,55	116.009,55	0,00	0,0%
Total	30.013.810,00	30.136.819,55	18.961.670,20	-11.175.149,35	-37,1%
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos:					
Terrenos	708.874,00	790.520,00	452.527,79	-337.992,21	-42,8%
Habitacões	3,00	3,00	0,00	-3,00	-100,0%
Edifícios	6.806.052,00	7.353.242,00	3.849.258,42	-3.503.983,58	-47,7%
Construções diversas	14.375.505,00	13.542.463,00	9.149.208,02	-4.393.254,98	-32,4%
Material de transporte	3.081,00	10.161,00	0,00	-10.161,00	-100,0%
Equipamento de Informática	181.910,00	156.287,00	39.122,86	-117.164,14	-75,0%
Software Informático	257.546,00	157.546,00	95.912,88	-61.633,12	-39,1%
Equipamento administrativo	309.985,00	342.330,00	207.051,45	-135.278,55	-39,5%
Equipamento Básico	446.098,00	633.082,00	208.590,01	-424.491,99	-67,1%
Ferramentas e utensílios	5.073,00	5.206,00	2.642,41	-2.563,59	-49,2%
Artigos e objectos de valor	35.500,00	35.500,00	2.500,00	-33.000,00	-93,0%
Outros investimentos	172.160,00	195.455,00	53.292,43	-142.162,57	-72,7%
Locação Financeira	439.698,00	451.042,00	122.342,81	-328.699,19	-72,9%
Transferências de capital:					
Para sociedades não financeiras	198.272,00	196.413,00	180.128,51	-16.284,49	-8,3%
Para a administração central	3,00	3,00	0,00	-3,00	-100,0%
Para a administração local	784.076,00	805.680,00	653.191,07	-152.488,93	-18,9%
Para Instituições sem fins lucrativos	558.333,00	613.279,00	389.297,66	-223.981,34	-36,5%
Outras	101,00	101,00	0,00	-101,00	-100,0%
Activos Financeiros:					
Concessão de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	2.100.005,00	2.100.005,00	1.200.000,00	-900.005,00	-42,9%
Passivos financeiros:					
Amortização de empréstimos	3.058.643,00	3.059.600,00	3.059.599,42	-0,58	0,0%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas capital	2,00	2,00	0,00	-2,00	-100,0%
TOTAL	30.440.920,00	30.447.920,00	19.664.665,74	-10.783.254,26	-35,4%

4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2010

Todos os anos, os Municípios submetem à aprovação do órgão deliberativo os documentos previsionais elaborados nos termos do Plano Oficial das Autarquias Locais. Tais documentos materializam-se no Orçamento e Grandes Opções do Plano, por sua vez constituído pelo *Plano Plurianual de Investimentos*, que reflecte os investimentos que o Executivo Camarário pretende concretizar num horizonte temporal de quatro anos, e pelo mapa das *Actividades Mais Relevantes*, que se consubstancia numa relação discriminada de apoios a conceder, de acordo com a sua natureza, seja para fazer face a despesas de funcionamento, seja para investimento. O último dos documentos referidos apresenta também uma relação discriminada, por tipologia e por área de intervenção, de despesas correntes que, por força do seu impacto financeiro na estrutura organizacional da instituição, devem ser evidenciadas.

Por sua vez, o Orçamento reflecte a estimativa anual de arrecadação de receita necessária para dar resposta à realização da despesa, quer a de funcionamento, habitualmente designada por despesa corrente, quer a aplicada em obras de infra-estruturas e equipamentos colectivos previstos no Plano Plurianual de Investimentos. Relativamente ao período em apreço, o orçamento foi elaborado no estrito cumprimento das regras previsionais impostas pelo POCAL, tendo sido aprovado em reunião da Assembleia Municipal de 22 de Dezembro de 2009, para vigorar como instrumento de gestão durante o ano de 2010.

As alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano são permitidas, em número ilimitado, de modo a que estes documentos sejam dinâmicos e se adaptem às reais necessidades sentidas na gestão diária da actividade autárquica. Dito de outro modo, é possível fazer modificações para ajustar equilibradamente a execução orçamental pelo lado da arrecadação da receita à execução orçamental da despesa, quer a corrente, quer a de capital. Tendo em conta que na apresentação dos documentos previsionais são definidas à partida as áreas de actuação pretendidas para determinado ano económico, tais modificações ao Orçamento servem apenas para esclarecer qual a proveniência dos recursos a afectar a situações pontuais de despesa inicialmente não planeadas ou insuficientemente quantificadas em sede de aprovação inicial.

Aprovado para concretizar a execução financeira do ano de 2010, o Orçamento Municipal ascendeu ao montante total de 46.124.610,00 euros, reflectindo uma variação positiva de 1,3% quando comparado com o seu homólogo de 2009, ou seja, em termos absolutos, 577.570,00 euros. Daí que o presente orçamento, à semelhança do ano anterior, reflecta, num primeiro momento, a necessidade de suportar o forte impacto dos investimentos iniciados em 2009, alguns dos quais ainda em curso.

QUADRO 4

Modificações Orçamentais da Receita do ano de 2010

Un: (Euros)

Orçamento Inicial		Receitas Correntes		Receitas Capital		Total	
		16.110.800,00		30.013.810,00		46.124.610,00	
N.º	Data	Reforços		Diminuições		Total	
		Receitas Correntes	Receitas Capital	Receitas Correntes	Receitas Capital	Reforços	Diminuições
Alt. 1	15-01-2010	0,00	16.000.000,00	0,00	16.000.000,00	16.000.000,00	16.000.000,00
Rev.1	29-06-2010	30.000,00	116.009,55	30.000,00	0,00	146.009,55	30.000,00
Rev.2	30-09-2010	5.500,00	7.000,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00
TOTAL		35.500,00	16.123.009,55	30.000,00	16.000.000,00	16.158.509,55	30.000,00
Orçamento Final		16.116.300,00		30.136.819,55		46.253.119,55	

O quadro n.º 4 demonstra as variações que se operacionalizaram no Orçamento de 2010, do lado da receita. Como é visível, o maior impacto é a alteração n.º 1, efectuada em 15 de Janeiro, fruto da aprovação do Plano de Saneamento Financeiro, em virtude de ter sido necessário adequar o Orçamento a essa realidade. Refira-se que, e apesar de o processo ter sido iniciado em 2009, ele não pôde ser contemplado em sede de documentos previsionais desse ano porque, nos termos das regras previsionais impostas pelo POCAL, esse género de operações financeiras só podem ser orçamentalmente enquadradas após a sua efectiva aprovação. O mesmo significa dizer que, tendo o Plano de Saneamento Financeiro sido aprovado pela Assembleia Municipal no final de 2009, já só no ano seguinte foi possível fazer constar no Orçamento a correspondente receita efectuando, como contrapartida, os necessários ajustamentos negativos noutras rubricas da receita, por forma, a que o orçamento municipal continuasse equilibrado.

As restantes modificações resultaram de reforços pontuais a rubricas da receita consubstanciadas pela utilização do saldo da gerência apurado no ano anterior, no montante de 116.009,55 euros, e de uma candidatura homologada pelo Ministério da Educação, no sentido de financiar uma parte do equipamento básico e fundo documental da futura biblioteca escolar do novo Centro Educativo de Ançã.

QUADRO 5

Modificações Orçamentais da Despesa do ano de 2010

Un: (Euros)

		Despesas Correntes		Despesas Capital			
Orçamento Inicial		15.683.690,00		30.440.920,00		46.124.610,00	
N.º	Data	Reforços		Diminuições		Total	
		Despesas Correntes	Despesas Capital	Despesas Correntes	Despesas Capital	Reforços	Diminuições
Alt. 1	15-01-2010	244.351,00	39.378,00	244.351,00	39.378,00	283.729,00	283.729,00
Alt. 2	21-01-2010	1.587.616,00	804,00	1.587.616,00	804,00	1.588.420,00	1.588.420,00
Alt. 3	22-02-2010	86.092,00	451.169,00	86.092,00	451.169,00	537.261,00	537.261,00
Alt. 4	19-03-2010	76.308,00	50.838,00	76.308,00	50.838,00	127.146,00	127.146,00
Alt. 5	19-04-2010	44.740,00	117.341,00	44.740,00	117.341,00	162.081,00	162.081,00
Alt. 6	29-04-2010	103.959,00	30.365,00	103.959,00	30.365,00	134.324,00	134.324,00
Alt. 7	18-05-2010	73.816,00	8.535,00	73.816,00	8.535,00	82.351,00	82.351,00
Alt. 8	01-06-2010	21.172,00	6.840,00	21.172,00	6.840,00	28.012,00	28.012,00
Alt. 9	23-06-2010	84.514,00	8.532,00	84.514,00	8.532,00	93.046,00	93.046,00
Rev. 1	29-06-2010	116.009,55	591.450,00	0,00	591.450,00	707.459,55	591.450,00
Alt. 10	30-06-2010	22.673,00	16.492,00	22.673,00	16.492,00	39.165,00	39.165,00
Alt. 11	15-07-2010	228.449,00	85.880,00	228.449,00	85.880,00	314.329,00	314.329,00
Alt. 12	23-07-2010	7.930,00	4.529,00	7.930,00	4.529,00	12.459,00	12.459,00
Alt. 13	20-08-2010	136.809,00	89.688,00	136.809,00	89.688,00	226.497,00	226.497,00
Rev. 2	30-09-2010	135.177,00	7.000,00	129.677,00	0,00	142.177,00	129.677,00
Alt. 14	21-09-2010	25.354,00	329.769,00	25.354,00	329.769,00	355.123,00	355.123,00
Alt. 15	01-10-2010	17.048,00	15.000,00	17.048,00	15.000,00	32.048,00	32.048,00
Alt. 16	15-10-2010	112.528,00	8.739,00	112.528,00	8.739,00	121.267,00	121.267,00
Alt. 17	02-11-2010	52.466,00	8.194,00	52.466,00	8.194,00	60.660,00	60.660,00
Alt. 18	22-11-2010	28.323,00	1.907,00	28.323,00	1.907,00	30.230,00	30.230,00
Rev. 3	29-11-2010	42.842,00	0,00	42.842,00	0,00	42.842,00	42.842,00
Alt. 19	15-12-2010	36.901,00	12,00	36.901,00	12,00	36.913,00	36.913,00
Alt. 20	31-12-2010	207.466,00	1.567,00	207.466,00	1.567,00	209.033,00	209.033,00
TOTAL		3.492.543,55	1.874.029,00	3.371.034,00	1.867.029,00	5.366.572,55	5.238.063,00
Orçamento Final		15.805.199,55		30.447.920,00		46.253.119,55	

QUADRO 6

Modificações Orçamentais das Grandes Opções do Plano 2010

Un: (Euros)

		PPI		AMR		GOP	
Orçamento Inicial		23.741.485,00		7.537.097,00		31.278.582,00	
N.º	DATA	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES
Alt. 1	15-01-2010	15.542,00	39.378,00	23.836,00	2.532,00	39.378,00	41.910,00
Alt. 2	21-01-2010	804,00	804,00	0,00	0,00	804,00	804,00
Alt. 3	22-02-2010	451.169,00	451.169,00	13.170,00	0,00	464.339,00	451.169,00
Alt. 4	19-03-2010	46.839,00	50.838,00	3.999,00	1.543,00	50.838,00	52.381,00
Alt. 5	19-04-2010	107.297,00	117.341,00	27.018,00	0,00	134.315,00	117.341,00
Alt. 6	29-04-2010	20.365,00	28.505,00	41.266,00	7.360,00	61.631,00	35.865,00
Alt. 7	18-05-2010	8.535,00	8.535,00	2.050,00	19.500,00	10.585,00	28.035,00
Alt. 8	01-06-2010	6.840,00	6.840,00	1.997,00	14.172,00	8.837,00	21.012,00
Alt. 9	23-06-2010	8.532,00	8.532,00	0,00	14.922,00	8.532,00	23.454,00
Rev. 1	29-06-2010	591.449,00	591.450,00	37.140,00	0,00	628.589,00	591.450,00
Alt. 10	30-06-2010	16.492,00	16.492,00	1.416,00	14.788,00	17.908,00	31.280,00
Alt. 11	15-07-2010	80.442,00	86.151,00	122.137,00	48.977,00	202.579,00	135.128,00
Alt. 12	23-07-2010	4.029,00	4.529,00	500,00	0,00	4.529,00	4.529,00
Alt. 13	20-08-2010	89.688,00	89.688,00	16.796,00	0,00	106.484,00	89.688,00
Alt. 14	21-09-2010	328.201,00	329.769,00	1.908,00	0,00	330.109,00	329.769,00
Rev. 2	30-09-2010	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
Alt. 15	01-10-2010	0,00	15.000,00	15.000,00	12.325,00	15.000,00	27.325,00
Alt. 16	15-10-2010	8.739,00	8.739,00	6.728,00	0,00	15.467,00	8.739,00
Alt. 17	02-11-2010	1.343,00	8.194,00	19.286,00	0,00	20.629,00	8.194,00
Alt. 18	22-11-2010	1.907,00	1.907,00	575,00	0,00	2.482,00	1.907,00
Rev. 3	29-11-2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alt. 19	15-12-2010	12,00	12,00	2.110,00	0,00	2.122,00	12,00
Alt. 20	31-12-2010	1.567,00	1.567,00	141.982,00	0,00	143.549,00	1.567,00
TOTAL		1.796.792,00	1.865.440,00	478.914,00	136.119,00	2.275.706,00	2.001.559,00
Orçamento Final		23.672.837,00		7.879.892,00		31.552.729,00	

Os quadros n.º 5 e n.º 6 resumem as modificações efectuadas, durante o ano de 2010, aos documentos previsionais reportados à despesa. Da sua análise conclui-se que foram efectuadas 20 alterações e três revisões, quer no Orçamento, quer nas Grandes Opções do Plano. Em todo o caso, apenas três dessas mudanças introduzidas deram origem ao aumento previsional de realização de despesa quando comparadas as dotações iniciais, representando um valor de natureza residual que, em termos absolutos, se situou em 128.509,55 euros.

As demais alterações traduzem transferências entre rubricas absolutamente negligenciáveis e que foram efectuadas para, nos termos daquilo que foi referido anteriormente, adequar a execução orçamental às reais necessidades de arrecadação de receita e realização da despesa.

Os quadros que a seguir se apresentam são elucidativos quanto à forma como se procedeu, ao longo do ano, à reafectação das verbas entre rubricas, em resultado das alterações efectuadas e que agora estão inscritas por natureza económica do rendimento ou da despesa. Na prática, essas transferências são efectuadas para adequar as dotações inicialmente propostas às efectivas necessidades de realização de despesa.

QUADRO 7

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

Un: (Euros)

CAPÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL		VARIACÃO	
	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 IMPOSTO DIRECTOS	4.204.408,00	9,12%	0,00	0,00	4.204.408,00	9,09%	0,00	0,00%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	760.334,00	1,65%	0,00	0,00	760.334,00	1,64%	0,00	0,00%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	479.301,00	1,04%	0,00	0,00	479.301,00	1,04%	0,00	0,00%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.463.574,00	3,17%	0,00	0,00	1.463.574,00	3,16%	0,00	0,00%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.931.701,00	17,20%	5.500,00	0,00	7.937.201,00	17,16%	5.500,00	0,07%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	929.810,00	2,02%	30.000,00	30.000,00	929.810,00	2,01%	0,00	0,00%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	341.672,00	0,74%	0,00	0,00	341.672,00	0,74%	0,00	0,00%
RECEITAS CORRENTES	16.110.800,00	34,93%	35.500,00	30.000,00	16.116.300,00	34,84%	5.500,00	0,03%
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	16.909.008,00	36,66%	0,00	8.693.248,00	8.215.760,00	17,76%	-8.693.248,00	-51,41%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.029.463,00	28,25%	7.000,00	7.306.752,00	5.729.711,00	12,39%	-7.299.752,00	-56,02%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	5,00	0,00%	0,00	0,00	5,00	0,00%	0,00	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	16.000.000,00	0,00	16.000.000,00	34,59%	16.000.000,00	0,00%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.451,00	0,01%	0,00	0,00	4.451,00	0,01%	0,00	0,00%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	70.883,00	0,15%	0,00	0,00	70.883,00	0,15%	0,00	0,00%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,00%	116.009,55	0,00	116.009,55	0,25%	116.009,55	#DIV/0!
RECEITAS CAPITAL	30.013.810,00	65,07%	16.123.009,55	16.000.000,00	30.136.819,55	65,16%	123.009,55	0,41%
TOTAL	46.124.610,00	100,00%	16.158.509,55	16.030.000,00	46.253.119,55	100,00%	128.509,55	0,28%

Sobre o quadro n.º 7 deve realçar-se que o reforço da rubrica de passivos financeiros, em função do empréstimo de longo prazo contratualizado com um sindicato constituído pelo Banco BPI, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., foi compensado através da redução de outras rubricas da receita. Isto porque, tratando-se de um empréstimo para saneamento financeiro, este serviu para reprogramar a dívida, pelo que a despesa já se encontra realizada. Daí que não fizesse sentido reforçar as dotações iniciais, do lado da despesa, em igual montante.

QUADRO 8

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

Un: (Euros)

CAPÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL		VARIACÃO	
	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 PESSOAL	7.107.652,00	15,41%	1.964.774,00	2.112.233,00	6.960.193,00	15,05%	-147.459,00	-2,07%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5.546.817,00	12,03%	827.375,55	595.579,00	5.778.613,55	12,49%	231.796,55	4,18%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	495.788,00	1,07%	452.485,00	233.907,00	714.366,00	2,06%	218.578,00	44,09%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.031.055,00	2,24%	75.288,00	79.800,00	1.026.543,00	2,22%	-4.512,00	-0,44%
05 SUBSÍDIOS	732.897,00	1,59%	923,00	44.879,00	688.941,00	1,49%	-43.956,00	-6,00%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	769.481,00	1,67%	30.900,00	163.838,00	636.543,00	1,38%	-132.938,00	-17,28%
DESPESAS CORRENTES	15.683.690,00	34,00%	3.351.745,55	3.230.236,00	15.805.199,55	34,17%	121.509,55	0,77%
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	23.741.485,00	51,47%	1.796.521,00	1.865.169,00	23.672.837,00	51,18%	-68.648,00	-0,29%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.540.785,00	3,34%	76.551,00	1.860,00	1.615.476,00	3,49%	74.691,00	4,85%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	2.100.005,00	4,55%	0,00	0,00	2.100.005,00	4,54%	0,00	0,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	3.058.643,00	6,63%	957,00	0,00	3.059.600,00	6,61%	957,00	0,03%
11 OUTRAS DESPESAS CAPITAL	2,00	0,00%	0,00	0,00	2,00	0,41%	0,00	0,00%
DESPESAS CAPITAL	30.440.920,00	66,00%	1.874.029,00	1.867.029,00	30.447.920,00	65,83%	7.000,00	0,02%
TOTAL	46.124.610,00	100,00%	5.225.774,55	5.097.265,00	46.253.119,55	100,00%	128.509,55	0,28%

O quadro n.º 8 dá conta da necessidade sentida em proceder a um aumento de 44,09% da dotação da rubrica de “encargos correntes da dívida”, por onde se materializa a execução financeira do serviço da dívida na componente de juros. Esta, à semelhança do exposto anteriormente, foi igualmente reforçada para fazer face aos encargos financeiros relacionados com o serviço da dívida do novo empréstimo. Quanto ao mais, não se verificam grandes oscilações entre rubricas, situando-se as variações dos sub-totais da despesa, corrente e de capital, em percentagens globais nunca superiores a 1%.

4.1.2 - Execução Orçamental da Receita

QUADRO 9

RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS

(valores em euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		2010	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Directos	4.517.518,78	17,6	4.576.706,55	20,5	4.900.166,10	14,6
Impostos Indirectos	281.648,81	1,1	313.487,61	1,4	355.627,26	1,1
Taxas, multas e outras penalidades	190.954,72	0,7	206.478,70	0,9	223.437,10	0,7
Rendimentos de propriedade	1.077.650,06	4,2	1.051.778,56	4,7	1.049.887,55	3,1
Transferências Correntes	7.033.036,13	27,3	7.516.605,56	33,7	7.327.082,54	21,8
Venda de Bens e Serviços Correntes	667.630,78	2,6	619.065,08	2,8	670.011,23	2,0
Outras Receitas Correntes	28.031,57	0,1	46.633,76	0,2	78.536,15	0,2
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	13.796.470,85	53,6	14.330.755,82	64,3	14.604.747,93	43,5
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	930.810,27	3,6	986.613,14	4,4	70.084,33	0,2
Transferências de Capital	4.175.423,58	16,2	4.974.387,81	22,3	4.467.596,28	13,3
Activos Financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Passivos Financeiros	6.760.530,00	26,3	1.846.700,00	8,3	14.300.000,00	42,6
Outras Receitas de Capital	1.673,08	0,0	3.071,37	0,0	368,68	0,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	15.996,71	0,1	55.725,04	0,2	7.611,36	0,0
Saldo da Gerência Anterior	58.707,74	0,2	99.517,95	0,4	116.009,55	0,3
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	11.943.141,38	46,4	7.966.015,31	35,7	18.961.670,20	56,5
TOTAL GERAL DA RECEITA	25.739.612,23	100,0	22.296.771,13	100,00	33.566.418,13	100,0
Receitas totais cobradas sem influência dos passivos financeiros						
Passivos Financeiros	6.760.530,00	26,3	1.846.700,00	8,3	14.300.000,00	42,6
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL SEM PASSIVOS FINANCEIROS	5.182.611,38	27,31	6.119.315,31	29,92	4.661.670,20	24,20
TOTAL GERAL DA RECEITA SEM PASSIVOS FINANCEIROS	18.979.082,23		20.450.071,13		19.266.418,13	

O quadro n.º 9 apresenta a relação das receitas brutas cobradas e arrecadadas nos últimos três anos. Da sua leitura se conclui que o ano de 2010 encerra com uma variação positiva de 50,54% quando comparada com os valores globais cobrados em 2009. Tal facto, num primeiro momento, pode suscitar uma leitura precipitada, deve ser avaliado com algum detalhe, uma vez que a origem de tal aumento decorre, apenas e tão só, da utilização do financiamento de médio e longo prazo contratado pela quantia global de 16 milhões de euros, dos quais apenas 14,3 milhões de euros foram utilizados em 2010.

No sentido de aferir melhor os resultados do Município, em relação aos níveis globais de arrecadação da receita nos últimos três anos, na parte inferior dos quadros n.º 9, n.º 11 e n.º 12 consta o montante global da receita arrecadada em cada ano, tendo sido expurgado dos seus cálculos o montante auferido na rubrica denominada por "passivos financeiros". Desse modo, os valores apresentados permitirão obter uma melhor percepção dos níveis efectivos de arrecadação da receita em cada um dos anos referidos sem a contribuição das receitas extraordinárias provenientes de empréstimos.

Nesta perspectiva, pode-se concluir que os níveis de cobrança da receita bruta verificados em 2010 demonstram, pela primeira vez, uma efectiva retracção. De facto, o ano encerrou com uma arrecadação de receita no montante global de 19.266.418,13 euros, contra os 20.450.071,13 euros arrecadados em 2009, o que representa um desvio negativo de 5,8%, ou seja, um decréscimo de 1.183.653,00 euros em termos absolutos. Esta diminuição foi fortemente influenciada pelo comportamento da rubrica “venda de bens de investimento”, que sofreu uma quebra de receitas da ordem dos 916.528,81 euros em relação ao ano anterior. Apesar das fortes limitações e constrangimentos com que as autarquias locais têm vindo a debater-se num ambiente de crise que afecta a generalidade dos agentes económicos, o Município de Cantanhede tem conseguido manter ou mesmo incrementar o produto das suas cobranças. Quanto ao decréscimo sentido na rubrica onde se movimentam as receitas oriundas da alienação de Património Municipal, ele resultou da circunstância de não ter sido necessário alienar património.

A concluir, centremos agora a análise na variação positiva de 1,9% conseguida ao nível das receitas correntes. Relativamente à execução da receita de capital, importa referir que não se concretizaram a 100% as transferências oriundas da percentagem a que a autarquia tem direito nos impostos cobrados pela Administração Central. A diminuição ocorrida explica-se pela entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, que aprovou um conjunto de medidas de consolidação orçamental tendo em vista o reforço e a aceleração da redução do défice excessivo e o controlo da dívida pública previstos no PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento. Como seria de esperar das medidas aí preconizadas o poder local viu a percentagem dos seus fundos ser reduzida face aos valores inicialmente aprovados em sede de Orçamento de Estado. No caso do Município de Cantanhede, o reflexo dos cortes introduzidos foi de 383.275,00 euros em valor absoluto.

No que diz respeito às receitas oriundas de fundos comunitários, há a registar apenas o facto de 2010 assinalar o encerramento definitivo do III QCA, no âmbito do qual a instituição recebeu 27.682,44 euros. No que concerne à arrecadação de receita proveniente do Mais Centro, verificou-se finalmente um maior fluxo de transferências do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, as quais ascenderam a 1.052.250,23 euros. Contudo, é preciso deixar bem claro que continua a não se ver quaisquer melhorias na dinamização das medidas apregoadas pelo Governo, sobretudo no que toca a agilização e formalização de candidaturas, sua apreciação e respectiva aprovação. A título de exemplo, basta referir que, até à data, o Município de Cantanhede ainda tem para receber do QREN as quantias devidas pelo aumento das taxas de comparticipação para 80% das obras financiadas. Não obstante tal aumento ter sido amplamente divulgado, já passaram alguns meses e os cofres da autarquia continuam a ressentir-se da falta das verbas devidas nesse âmbito. À data de 31 de Dezembro, estavam em falta 638.659,47 euros por conta de candidaturas de obras executadas ou em execução e cujos encargos foram entretanto integralmente suportados pelo Município.

Os quadros que se seguem apresentam, sob diversas perspectivas, o comportamento dos níveis de execução da receita ao longo do ano em apreciação. O quadro n.º 11 evidencia as várias fases de execução da receita, separando os níveis de receita liquidada dos níveis de receita cobrada. Da análise aos níveis de execução da receita corrente constata-se que esta se situou, em ambas as fases, numa taxa de 90,62%, o que reflecte um aumento da sua performance em dois pontos percentuais face ao ano anterior.

Na vertente das receitas de capital, estas atingiram uma execução de 62,90% face ao orçamento corrigido de 2010, percentagem que se explica pela arrecadação decorrente do financiamento de longo prazo adjudicado. Caso contrário os níveis de execução orçamental em valores cobrados não teriam ultrapassado os 32,53%, que mesmo assim seria uma taxa superior à de 25,54% verificada em 2009. A arrecadação das verbas devidas por força de candidaturas submetidas e aprovadas pelo QREN teria permitido encerrar o ano de 2010 com um nível de execução na ordem dos 37%.

O quadro n.º 15 reflecte essa realidade: os 937.609,34 euros respeitam a receita liquidada mas não cobrada, ou melhor, dívidas de terceiros, o que não permitiu à instituição encerrar o ano com as suas dívidas praticamente saldadas. Basta aferir o nível de dívidas a terceiros, a 31 de Dezembro de 2010, estavam contabilizadas em 1.829.686.91 euros, para se concluir que os atrasos processuais na transferência das verbas devidas no âmbito do QREN têm criado dificuldades ao nível da tesouraria.

Aqui chegados, faz sentido uma retrospectiva para uma análise mais detalhada ao quadro n.º 3, apresentado no início deste capítulo. Nele estão patentes os desvios verificados entre a execução orçamental revista e os níveis de execução efectiva da receita ou de realização da despesa segundo a sua natureza económica.

A tendência de subida que tem vindo a registar-se nos últimos anos na rubrica de impostos directos, continua a fazer-se sentir em 2010, como se verifica nos quadros n.º 9 e n.º 12. O aumento de 7,1% face aos montantes auferidos em 2009, patenteia essa mesma realidade. O que mais contribuiu para esse aumento foi o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que teve uma variação positiva de 14,7% face aos valores de 2009. O Imposto Único de Circulação também acompanhou esta tendência ascendente, mas em 9,7%, compensando assim largamente o decréscimo do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT) que se tem vindo a verificar ao longo dos últimos três exercícios. Por outro lado, é expectável que o IMI continue nos próximos anos a aumentar, em função do crescimento da malha urbana a que temos assistido na última década.

Os desvios negativos que aparecem no quadro n.º 3, materializadas nas rubricas de impostos indirectos e em taxas, multas e outras penalidades, situaram-se nos 53%. Estas rubricas não chegaram a atingir os montantes inicialmente previstos porque as taxas de urbanismo, estritamente associadas ao sector da construção civil, têm estado em baixa, pois trata-se de um ramo de actividade onde os efeitos negativos da conjuntura económica mais se tem feito sentir. Trata-se de um tipo de receitas que estão directamente relacionadas com a dinâmica deste sector económico, que de momento se encontra completamente estagnado. Em todo o caso, o desvio, em baixa, foi compensado pelo desvio positivo na rubrica de impostos directos, que aumentou mais 698.203,31 euros do que o inicialmente estimado.

Sobre as transferências referentes à participação do Município nos Impostos cobrados pela Administração Central, é de fazer notar que os desvios verificados a nível corrente e de capital decorrem, como já foi referido, da entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Julho, que impôs uma redução de 3,8% face aos montantes inicialmente previstos, o que representa uma diminuição de 383.275,00 euros, em termos absolutos, na receita do Município.

Também se verificaram desvios negativos nas rubricas relacionadas com a “venda de bens e serviços” e na designada por “outras transferências correntes”, que apesar de ter uma expressão menos significativa, encerraram em 2010 com menos 27% face ao orçamento corrigido.

Analisando agora os níveis de cumprimento das regras previsionais impostas pelo POCAL (numa perspectiva corrente), verifica-se que, na globalidade, o desvio entre a dotação previsional corrigida e os níveis de execução atingidos apenas reflectem um ligeiro desvio negativo de 9,4%, o que por si só traduz o rigor com que os documentos previsionais do Município foram efectuados.

Ao nível das receitas de capital, verifica-se que, de um modo geral, apenas não se concretizaram 37,1% do Orçamento inicialmente previsto, em grande medida por força da utilização do já aludido empréstimo e, sobretudo, pelo facto de a autarquia não ter alienado património municipal.

O quadro n.º 12 evidencia a variação das receitas cobradas brutas por comparação com o exercício anterior. Da avaliação dos elementos nele constantes resulta que o ano de 2010 encerra com uma variação positiva de 1,9% no total das receitas correntes comparativamente com os valores auferidos no ano anterior. Este indicador, apesar de moderado, demonstra cabalmente a preocupação que houve em manter os níveis de receita corrente em crescimento apesar da contracção das transferências da administração central.

Quanto às receitas de capital, e expurgando da análise o reflexo do passivo financeiro, verifica-se haver aqui uma variação negativa de 23,8%, a qual já devidamente justificada em parágrafos anteriores.

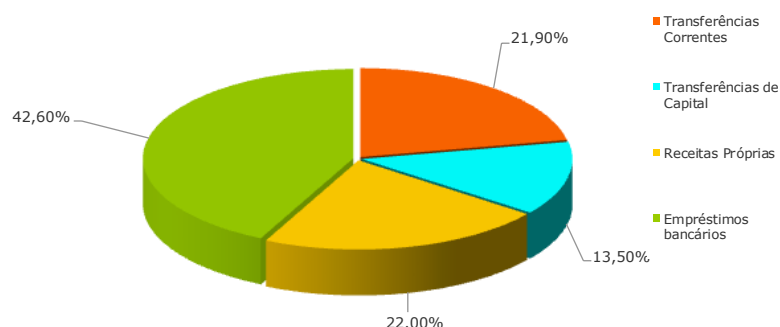
Olhando agora para o quadro n.º 11, sobre as taxas de execução da receita liquidada e cobrada em contraposição com o orçamentado, constata-se que houve, na maioria das rubricas, um aumento dos níveis de execução quando comparadas com o ano anterior. A receita corrente encerra assim com uma taxa de execução de 90,62% contra os 88,24% obtidos em 2009. Nas receitas de capital fecha-se o ano de 2010 com uma taxa de 62,9% contra os 25,54% conseguidos no ano anterior. Na globalidade, o ano financeiro de 2010 encerra com uma taxa de execução da receita cobrada em 72,57%, contrariando o desempenho obtido em 2009, que não passou dos 47,5%. A este respeito, há que ter em consideração o facto de as taxas variarem em função de orçamentos corrigidos distintos, mas como a variação entre um e outro não foi muito significativa, havendo um diferencial de apenas 690 mil euros, a análise não surge distorcida.

QUADRO 10
Principais Fontes de Financiamento do Município

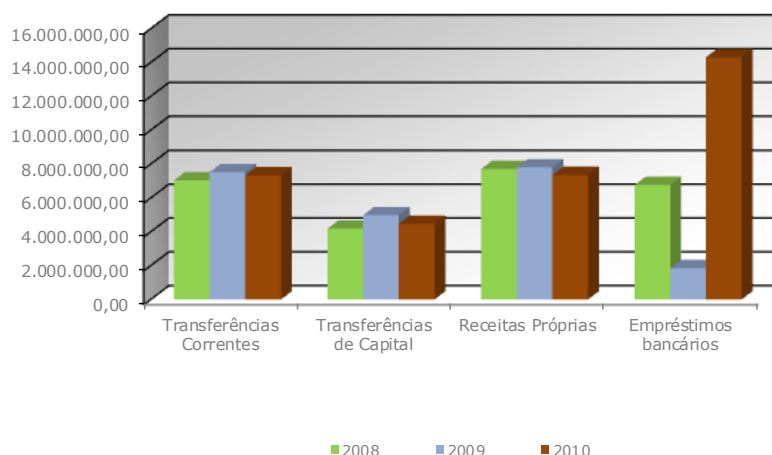
(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2008		2009		2010	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Transferências Correntes	7.033.036,13	27,3%	7.516.605,56	33,7%	7.327.082,54	21,90%
FGM/FCM/FBM - FEF/FSM/IRS	5.985.972,00		6.312.332,00		6.370.689,00	
Fundos Comunitários	192.289,23		91.143,72		7.698,24	
Contratos Programa	771.722,08		931.065,83		879.568,85	
Outras	83.052,82		182.064,01		69.126,45	
Transferências de Capital	4.175.423,58	16,2%	4.974.387,81	22,3%	4.467.596,28	13,50%
FGM/FCM/FBM - FEF	3.197.177,00		3.329.974,00		3.370.457,00	
Fundos Comunitários	928.288,07		1.620.278,14		1.079.932,67	
Contratos Programa	2.170,12		44,93		7.000,00	
Outras	47.788,39		24.090,74		10.206,61	
Receitas Próprias	7.695.918,07	29,9%	7.803.834,77	34,9%	7.348.118,40	22,00%
Empréstimos bancários	6.760.530,00	26,3%	1.846.700,00	8,3%	14.300.000,00	42,60%

FONTES FINANCIAMENTO ANO 2010



COMPARAÇÃO ANUAL FONTE FINANCIAMENTO



O quadro n.º 10 e respectivas figuras ilustrativas espelham as principais fontes de financiamento ao longo dos últimos três exercícios. Da sua leitura ressaltam duas conclusões imediatas: o elevado peso do financiamento de longo prazo contratualizado pela autarquia e o decréscimo generalizado das principais fontes de financiamento quando comparadas com as taxas obtidas em 2009.

Ao longo do presente relatório já se fez referência aos principais factores que concorreram para a redução dos fluxos financeiros obtidos pelo Município, nomeadamente o congelamento das transferências referentes à percentagem devida dos impostos cobrados pela Administração Central, bem como o impacto negativo sentido pelos fortes atrasos na concretização financeira de candidaturas aprovadas em sede de fundos comunitários.

No que diz respeito aos fundos angariados pelos próprios meios do Município sem influência de terceiros, no estrito cumprimento das atribuições e competências que a lei lhe confere, volta-se a frisar que esta diminuição apenas se deveu ao facto de a autarquia não ter sentido a necessidade de alienar qualquer tipo de património.

QUADRO 11
RESUMO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

Un: (Euros)

CÓD.	DESIGNAÇÃO	2009					2010				
		ORÇAMENTO	LIQUIDADADA	COBRADA	TAXA DE EXECUÇÃO		ORÇAMENTO	LIQUIDADADA	COBRADA	TAXA DE EXECUÇÃO	
		CORRIGIDO			LIQUIDADADA	COBRADA	CORRIGIDO			LIQUIDADADA	COBRADA
		A	B	C	B/A	C/A	A	B	C	B/A	C/A
RECEITA CORRENTE											
01	Impostos Directos	4.407.314,00	4.576.706,55	4.576.706,55	103,84	103,84	4.204.408,00	4.900.166,10	4.900.166,10	116,55	116,55
02	Impostos Indirectos	665.962,00	313.819,54	313.487,61	47,12	47,07	760.334,00	355.907,45	355.627,26	46,81	46,77
04	Taxas, Multas e outras penalidades	439.364,00	206.478,70	206.478,70	46,99	46,99	479.301,00	223.437,10	223.437,10	46,62	46,62
05	Rendimentos de Propriedade	1.228.515,00	1.051.778,56	1.051.778,56	85,61	85,61	1.463.574,00	1.049.887,55	1.049.887,55	71,73	71,73
06	Transferências Correntes	7.922.623,00	7.516.605,56	7.516.605,56	94,88	94,88	7.937.201,00	7.331.892,07	7.327.082,54	92,37	92,31
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	1.263.913,00	650.781,06	619.065,08	51,49	48,98	929.810,00	701.846,92	670.011,23	75,48	72,06
08	Outras Receitas Correntes	313.059,00	67.625,03	46.633,76	21,60	14,90	341.672,00	41.157,45	78.536,15	12,05	22,99
	TOTAL	16.240.750,00	14.383.795,00	14.330.755,82	88,57	88,24	16.116.300,00	14.604.294,64	14.604.747,93	90,62	90,62
RECEITAS DE CAPITAL											
09	Venda de Bens de Investimento	16.350.863,00	1.297.674,91	986.613,14	7,94	6,03	8.215.760,00	69.804,88	70.084,33	0,85	0,85
10	Transferências de Capital	9.584.564,00	4.702.770,65	4.974.387,81	49,07	51,90	5.729.711,00	4.169.045,38	4.467.596,28	72,76	77,97
11	Activos Financeiros	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Passivos Financeiros	4.646.700,00	1.846.700,00	1.846.700,00	39,74	39,74	16.000.000,00	14.300.000,00	14.300.000,00	89,38	89,38
13	Outras Receitas de Capital	1.808,00	3.071,37	3.071,37	169,88	169,88	4.451,00	368,68	368,68	8,28	8,28
	TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	30.583.940,00	7.850.216,93	7.810.772,32	25,67	25,54	29.949.927,00	18.539.218,94	18.838.049,29	61,90	62,90
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENT	19.050,00	55.725,04	55.725,04	292,52	292,52	70.883,00	7.611,36	7.611,36	10,74	10,74
16	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	99.517,95	99.517,95	99.517,95	100,00	100,00	116.009,55	116.009,55	116.009,55	100,00	100,00
17	OPERAÇÕES EXTRA -ORÇAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL	46.943.257,95	22.389.254,92	22.296.771,13	47,69	47,50	46.253.119,55	33.267.134,49	33.566.418,13	71,92	72,57
Receitas totais cobradas sem influência dos passivos financeiros											
12	Passivos Financeiros	4.646.700,00	1.846.700,00	1.846.700,00	39,74	39,74	16.000.000,00	14.300.000,00	14.300.000,00	89,38	89,38
	TOTAL RECEITAS DE CAPITAL SEM PASSIVOS FINANCEIROS	25.937.240,00	6.003.516,93	5.964.072,32	23,15	25,54	13.949.927,00	4.239.218,94	4.538.049,29	30,39	32,53
	TOTAL GERAL DA RECEITA SEM PASSIVOS FINANCEIROS	42.296.557,95	20.542.554,92	20.450.071,13	48,57	48,35	30.253.119,55	18.967.134,49	19.266.418,13	62,69	63,68

QUADRO 12

VARIAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS AO LONGO DOS ANOS

	Un. (Euros)						
DESIGNAÇÃO	2008	2009			2010		
	VALOR	VALOR	△	%	VALOR	△	%
RECEITAS CORRENTES							
Impostos Directos:							
Contribuição Autárquica/IMI	2.867.317,03	2.900.371,83	1,2		3.327.226,22	14,7	
Impostos Sobre Veículos/ IUC	429.253,64	503.729,95	17,4		552.562,93	9,7	
Sisa/IMT	1.220.948,11	1.172.604,77	-4,0		1.020.376,95	-13,0	
Impostos de Mais-Valias		0,00			0,00		
Outros	0,00	0,00			0,00		
Impostos Indirectos	281.648,81	313.487,61	11,3		355.627,26	13,4	
Taxas, multas e outras penalidades	190.954,72	206.478,70	8,1		223.437,10	8,2	
Rendimentos de propriedade	1.077.650,06	1.051.778,56	-2,4		1.049.887,55	-0,2	
Transferências Correntes:							
Transferências do Estado	6.833.179,74	7.417.171,03	8,5		7.314.775,88	-1,4	
Outras	199.856,39	99.434,53	-50,2		12.306,66	-87,6	
Venda de Bens e serviços correntes	667.630,78	619.065,08	-7,3		670.011,23	8,2	
Outras Receitas Correntes	28.031,57	46.633,76	66,4		78.536,15	68,4	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	13.796.470,85	14.330.755,82	3,9		14.604.747,93	1,9	
RECEITA DE CAPITAL							
Venda de Bens de Investimento	930.810,27	986.613,14	6,0		70.084,33	-92,9	
Transferências de Capital:							
Transferências do Estado	3.197.177,00	3.330.018,93	4,2		3.377.457,00	1,4	
Outras	978.246,58	1.644.368,88	68,1		1.090.139,28	-33,7	
Activos Financeiros	0,00	0,00			0,00		
Passivos Financeiros	6.760.530,00	1.846.700,00	-72,7		14.300.000,00	674,4	
Outras Receitas de Capital	1.673,08	3.071,37	83,6		368,68	-88,0	
Reposições não abatidas nos pagamentos	15.996,71	55.725,04	248,4		7.611,36	-86,3	
Saldo da Gerência Anterior	58.707,74	99.517,95	69,5		116.009,55	16,6	
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	11.943.141,38	7.966.015,31	-33,3		18.961.670,20	138,0	
TOTAL GERAL DA RECEITA	25.739.612,23	22.296.771,13	-13,4		33.566.418,13	50,5	
Receitas totais cobradas sem influência dos passivos financeiros							
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	5.182.611,38	6.119.315,31	18,1		4.661.670,20	-23,8	
	18.979.082,23	20.450.071,13	7,8		19.266.418,13	-5,8	

QUADRO 13

DÍVIDAS DE TERCEIROS				ANO FINANCEIRO DE 2010		
DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS	Dívida apurada em	Dívida apurada em	EVOLUÇÃO DURANTE O ANO DE 2010			Observações
	31/12/2008	31/12/2009	Diminuição da dívida anterior	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2010	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
I - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO:						

O quadro n.º 13 caracteriza a relação das quantias em dívida ao Município por grupos de clientes. Referimo-nos, basicamente, às seguintes tipologias de serviços prestados:

- Fornecimentos de refeições escolares servidas aos alunos que frequentam o 1.º Ciclo de Ensino Básico e Jardins-de-Infância da rede pública, bem como o prolongamento de horário pela frequência de estabelecimentos de ensino público pré-escolar;

- Utilização de infra-estruturas Municipais; e

- Compensações de encargos de funcionamento suportados pelo Município pela cedência ou utilização de recursos humanos ou equipamentos Municipais.

Grande parte da quantia devida à autarquia por estes serviços, a qual totalizava 1.057.856,96 euros, em 31 de Dezembro de 2010, diz respeito a dívidas liquidadas durante o ano em análise, mas há um montante de 26.214,51 euros que é de cobrança duvidosa, pois corresponde a dívidas liquidadas em anos anteriores e que não foi possível cobrar. Está prevista para 2011 uma profunda análise sobre o montante das dívidas em atraso no sentido de procurar encontrar mecanismos tendentes a concretizar a sua cobrança.

No que concerne às quantias reflectidas como dívidas de terceiros resultantes de candidaturas efectuadas ao abrigo do Quadro de Referência Estratégica Nacional, o ano agora sujeito a apreciação encerra com uma dívida global no montante global de 937.609,34 euros. Este valor resulta apenas das quantias em falta e devidas por conta das obras concluídas de Requalificação Urbana da Quinta de S. Mateus, Centro Educativo de Ançã e para a gestão do Gabinete da Cidade.

Por último, importa aqui mencionar que, em 13 de Dezembro de 2011, foi finalmente assinada uma adenda ao Protocolo de Financiamento que havia sido celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro em Julho de 2009. Essa adenda prevê uma reprogramação dos projectos identificados no quadro n.º 14, com um aumento efectivo do investimento elegível e um aumento das respectivas taxas de comparticipação. Com a inclusão do referido aditamento ao acordo, serão arrecadados mais 1.249.869,59 euros do que o inicialmente previsto. É de salientar ainda que, do montante global de 4.795.355,70 euros a receber, apenas o montante referente aos valores aprovados para a requalificação da Quinta de S. Mateus e para a gestão diária do Gabinete da Cidade se encontram reflectidos na conta dos devedores ao Município. Mais se informa que o reconhecimento contabilístico dos restantes valores só irá ser efectuado quando a autarquia concretizar a adjudicação dos restantes projectos.

QUADRO 14
Protocolo de Financiamento Parcerias para a Regeneração Urbana

Obra	Executor	Custo Elegível	Comparticipação
Parque Urbano da Quinta de S. Mateus	Município de Cantanhede	1.151.400,15	921.120,12
Construção /Benef. Parque Exposições de Cantanhede (Park-Expo)	Município de Cantanhede	1.475.878,91	1.074.011,84
Requalificação do Mercado Municipal de Cantanhede	Município de Cantanhede	711.616,46	517.850,41
Construção do Auditório Municipal	Município de Cantanhede	2.838.814,85	2.065.842,80
Plataforma Biotecnologia	Município de Cantanhede	110.000,00	80.048,10
Plataforma para o Empreendedorismo	Associação Empresarial de Cantanhede	110.000,00	80.048,10
Plataforma para a Qualidade de Vida	Associação de Solidariedade Social Sociedade Columbofilia Cantanhedense	110.000,00	80.048,10
Plataforma para a Cultura	INOVA, EM	60.500,00	44.026,46
Gabinete para a Cidade	Município de Cantanhede	189.109,79	136.482,43
Total Geral		6.757.320,16	4.999.478,36

É de referir também que as candidaturas geridas pelas entidades que fazem parte integrante da parceria de regeneração urbana deram início à execução financeira dos seus projectos em 2010. Essas entidades representam actividades que já se materializaram em 2010 e que se irão prolongar até meados de 2012. No seu conjunto representam medidas imateriais que totalizam despesas na ordem dos 280.500,00 euros às quais se irá obter uma comparticipação FEDER de 204.122,66 euros.

Por último, e para finalizar esta temática, justifica-se uma referência ao facto de se encontrarem devidamente aprovadas ou em fase de aprovação uma série de candidaturas, algumas das quais celebradas ao abrigo do acordo entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego – CIM-BM. São elas as seguintes:

- A construção do Centro Escolar de Cantanhede, que inclui apetrechamento de mobiliário e equipamento informático, apresentada ao regulamento específico do Programa de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar e objecto de contrato de financiamento assinado, em 23 de Julho de 2010, pelo montante global de 1.888.755,32 euros, tendo sido aceites como despesa elegível a quantia de 1.665.726,84 euros, o que permitirá ao Município arrecadar uma comparticipação financeira de 1.166.008,79 euros;

- A construção do Centro Escolar de Cadima, com equipamentos incluídos, igualmente apresentada ao mesmo programa que a candidatura anterior, cujo contrato de financiamento foi igualmente assinado em 23 de Julho de 2010, no montante total de 1.610.043,34 euros, dos quais apenas foi considerado elegível a quantia de 1.159.941,00 euros ao qual está associada uma comparticipação financeira de 811.958,70 euros;

- Candidatura apresentada ao Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento designada por Economia Digital e Sociedade do Conhecimento que prevê a colocação de quadros interactivos redes de área local implementas e sistema de vídeo vigilância, aprovada em Outubro de 2010 para um investimento no montante de 50.525,88 euros com uma comparticipação de 22.320,00 euros;

- Candidatura apresentada e aprovada ao abrigo do Fundo social Europeu, Programa Operacional Potencial Humano (POPH) para a execução de um plano Municipal de soluções integradas de acessibilidades no valor global de 90.963,54 euros, comparticipada a 71,65%;

- Com uma candidatura em apreciação na CCDRC apresentada ao Eixo Prioritário 2 para o Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos relativamente a obra adjudicada, em 2 de Março de 2010, para a construção de mais um troço da E.R.335/1 – Via Regional Cantanhede/IC1 – Tocha, concretamente, uma intervenção na parcela 320 e passagem inferior, com um investimento total elegível de 437.791,20 euros a que corresponde uma comparticipação de 255.078, 90 euros; e

- A candidatura submetida ao mesmo eixo que a anterior respeita a obra de Requalificação Urbana nas Freguesias - Rua principal da Cordinhã, considerando um investimento total elegível de 486.771,95 euros dos quais serão recebidos a fundo perdido a quantia de 389.417,56 euros.

Apesar destas duas últimas candidaturas ainda estarem em fase de apreciação na Comissão de Coordenação da Região Centro os seus montantes estão enquadrados nas verbas atribuídas a cada Município por força da sua participação na Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego – CIM-BM.

Mais se informa que os investimentos de maior vulto só terão efeitos financeiros quando o Município der início à execução dos referidos projectos. Poder-se-á ainda referir, a título informativo, que é expectável que, em 2011, se venham a iniciar as obras de construção dos Centros Educativos de Cantanhede e Cadima. Relativamente às restantes, e apesar destas se encontrarem numa fase adiantada de execução estas só irão obter as verbas quando se formalizarem os respectivos acordos de financiamento, o que se espera ser para breve.

Continua o Município, no entanto, a aguardar a concretização efectiva da transferência de verbas indo ao encontro da decisão do Governo em aumentar a taxa de comparticipação para 80% em projectos contratualizados em áreas como a regeneração urbana, os centros educativos e o ciclo urbano da água, conforme consta do protocolo entretanto celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Havendo fundadas expectativas de os investimentos a realizar em 2011 também virem a obter um taxa de comparticipação de 80%.

QUADRO 15

DÍVIDA DE TERCEIROS POR COBRAR A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Un: (Euros)

	DESIGNAÇÃO	DÍVIDA DE TERCEIROS 2009	DÍVIDA DE TERCEIROS 2010
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	331,93	612,12
0202069903	Serviço Metrologico	331,93	612,12
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	0,00	0,00
040201	Juros de mora		
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	4.809,53
060306	Estado - Particip. Portuguesa projectos co-financiados	0,00	4.809,53
06080102	Famílias-Comparticipação Forn Refeições Escolares	0,00	0,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	42.062,37	73.630,46
070106	Produtos agrícolas e pecuários	4.200,00	0,00
070107	Produtos alimentares e Bebidas	13.866,21	40.868,34
070108	Mercadorias		0,00
0702080405	Pavilhão Clube de futebol "Os Marialvas"	23.996,16	9.828,50
07020909	Prolongamento de Horário	0,00	22.933,62
070399	Outras		
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64.213,19	26.834,49
0801999901	Compensação encargos sup. Município c/ desp. Instal.	419,19	0,00
0801999902	Compensação encargos sup. Município c/ desp. Pessoal	60.768,90	22.559,33
0801999905	Gratificação proveniente de máquinas automáticas	0,00	0,00
0801999999	Diversas	3.025,10	4.275,16
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	279,45	0,00
09040102	Maquinaria e equipamento		0,00
09011001	Para construção e alinhamento	279,45	0,00
100301	ESTADO	4.825,54	0,00
1003010408	Comparticip.O.E. Contr. Prog, Pós-Conhecimento	4.825,54	0,00
100307	Estado - Part. Comunitária Projectos Co - Financiados	1.244.731,32	937.609,34
10030701	Porcentro -Comparticipação Feder -III QCA	34.300,58	0,00
10030704	Programa Leader "+"	0,00	0,00
10030706	FEOGA - Medida Agris	0,00	0,00
10030707	Comparticip.O.E. Contr. Prog. Pós-Conhecimento	1.952,94	0,00
10030708	Mais Centro - Participação FEDER - QREN	1.208.477,80	937.609,34
	SUB-TOTAL	1.356.443,80	1.043.495,94
09010101	Adiantamento por conta de vendas		
09011001	Adiantamento por conta de vendas		
	TOTAL	1.356.443,80	1.043.495,94

O quadro que se segue demonstra os níveis efectivos de cobrança ocorridos durante 2010, dando conta agora dos fluxos de entrada mensais. Tornou-se necessário incluir uma coluna específica para eliminar os valores obtidos por conta do financiamento obtido, o que facilita uma perspectiva real dos influxos de arrecadação da receita sem a influência das entradas de verbas do empréstimo contratualizado. Da sua análise resulta claro que os meses de maiores receitas globais foram os que a seguir se discriminam, por ordem decrescente, Maio, Outubro, Junho, Dezembro e Julho.

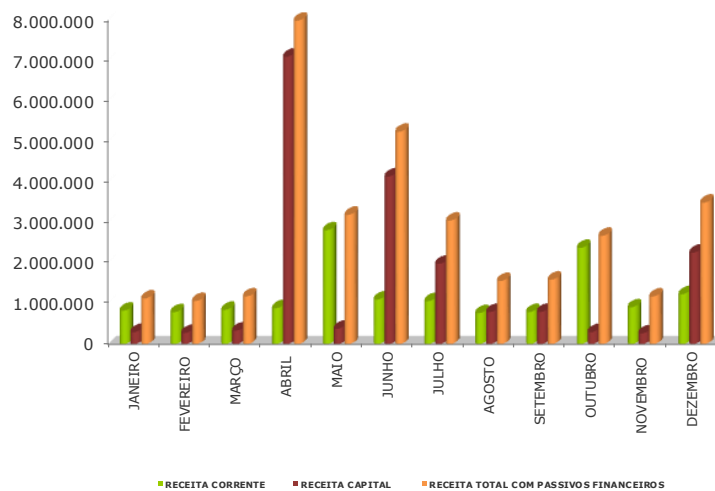
As maiores transferências ocorridas ao nível das cobranças de natureza corrente - apresentadas por ordem decrescente - ocorreram em Maio, Outubro, Dezembro, Junho e Julho. Em grande medida, as cobranças aumentaram nesses meses porque foi nessa altura que deu entrada nos cofres do Município o produto das cobranças dos impostos directos e da concessão da rede pública eléctrica em baixa tensão. Ao nível das receitas de capital, e expurgadas as receitas dos passivos financeiros, verifica-se maiores influxos no mês de Junho, relacionado com a cobrança de fundos comunitários.

QUADRO 16

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA RECEITA COBRADA LÍQUIDA

ANO 2010	RECEITA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	RECEITA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	RECEITA TOTAL COM PASSIVOS FINANCEIROS	PASSIVOS FINANCEIROS	RECEITA DE CAPITAL SEM PASSIVOS FINANCEIROS	RECEITA TOTAL SEM PASSIVOS FINANCEIROS
JANEIRO	829.756,46	829.756,46	301.744,76	301.744,76	1.131.501,22	0,00	301.744,76	1.131.501,22
FEVEREIRO	790.770,88	1.620.527,34	278.644,39	580.389,15	1.069.415,27	0,00	278.644,39	2.200.916,49
MARÇO	848.473,99	2.469.001,33	334.747,72	915.136,87	1.183.221,71	0,00	334.747,72	3.384.138,20
ABRIL	890.060,38	3.359.061,71	7.104.943,85	8.020.080,72	7.995.004,23	6.800.000,00	304.943,85	4.579.142,43
MAIO	2.814.949,64	6.174.011,35	382.704,44	8.402.785,16	3.197.654,08	0,00	382.704,44	7.776.796,51
JUNHO	1.105.267,43	7.279.278,78	4.143.962,09	12.546.747,25	5.249.229,52	3.000.000,00	1.143.962,09	10.026.026,03
JULHO	1.065.409,59	8.344.688,37	1.988.323,36	14.535.070,61	3.053.732,95	1.600.000,00	388.323,36	11.479.758,98
AGOSTO	766.474,94	9.111.163,31	796.277,90	15.331.348,51	1.562.752,84	500.000,00	296.277,90	12.542.511,82
SETEMBRO	795.899,37	9.907.062,68	800.560,33	16.131.908,84	1.596.459,70	460.000,00	340.560,33	13.678.971,52
OUTUBRO	2.380.799,71	12.287.862,39	299.211,75	16.431.120,59	2.680.011,46	0,00	299.211,75	19.358.982,98
NOVEMBRO	911.867,62	13.199.730,01	268.834,00	16.699.954,59	1.180.701,62	0,00	268.834,00	17.539.684,60
DEZEMBRO	1.236.792,30	14.436.522,31	2.261.715,61	18.961.670,20	3.498.507,91	1.940.000,00	321.715,61	19.098.192,51
	14.436.522,31		18.961.670,20		33.398.192,51	14.300.000,00	4.661.670,20	19.098.192,51

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL RECEITA



4.1.3 - Execução Orçamental da Despesa

QUADRO 17

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Un. (Euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal	5.906.891,78	23,04	6.115.847,23	27,57	6.595.944,18	19,72
Bens duradouros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens não duradouros	1.151.756,59	4,49	1.090.686,04	4,92	1.338.394,92	4,00
Aquisição de serviços	2.879.934,51	11,23	2.741.552,74	12,36	3.268.338,06	9,77
Encargos financeiros	806.295,95	3,14	568.450,27	2,56	508.311,90	1,52
<i>Transferências correntes:</i>						
Para as Freguesias	116.935,91	0,46	151.654,14	0,68	114.761,47	0,34
Outras	844.714,06	3,29	787.926,48	3,55	678.352,87	2,03
Subsídios	316.686,00	1,24	619.155,44	2,79	676.796,86	2,02
Outras despesas correntes	690.177,44	2,69	777.715,40	3,51	603.043,32	1,80
Total da despesa Corrente	12.713.392,24	49,58	12.852.987,74	57,95	13.783.943,58	41,21
DESPESAS DE CAPITAL						
<i>Investimentos:</i>						
Terrenos e recursos naturais	306.159,74	1,19	243.517,06	1,10	452.527,79	1,35
Habitação	53.000,00	0,21	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros edifícios	1.522.304,58	5,94	1.303.864,66	5,88	3.849.258,42	11,51
Construções diversas	6.010.360,61	23,44	3.156.846,26	14,23	9.149.208,02	27,35
Material de transporte	14.570,77	0,06	13.624,92	0,06	0,00	0,00
Maquinaria e equipamento	492.504,45	1,92	398.865,47	1,80	555.939,61	1,66
Outros	132.587,33	0,52	14.809,98	0,07	53.172,43	0,16
Locação Financeira	1.023.849,39	3,99	121.734,67	0,55	122.342,81	0,37
<i>Transferências de capital:</i>						
Para as Freguesias	670.416,83	2,61	689.728,60	3,11	653.191,07	1,95
Outras	1.265.143,33	4,93	714.450,94	3,22	569.426,17	1,70
<i>Activos Financeiros:</i>						
Concessão de empréstimos						
Outros	400.000,00	1,56	100.000,00	0,45	1.200.000,00	3,59
<i>Passivos financeiros:</i>						
Amortização de empréstimos	925.826,51	3,61	2.561.174,85	11,55	3.059.599,42	9,15
Outros						
<i>Outras despesas de capital</i>	109.978,50	0,43	9.156,43	0,04	0,00	0,00
Total da despesa de Capital	12.926.702,04	50,42	9.327.773,84	42,05	19.664.665,74	58,79
TOTAL DA DESPESA	25.640.094,28	100,00	22.180.761,58	100,00	33.448.609,32	100,00

QUADRO 18

VARIAÇÃO DA DESPESA AO LONGO DOS ANOS

DESIGNAÇÃO	2008	2009		2010	
	Valor	Valor	△	Valor	△
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal	5.906.891,78	6.115.847,23	3,5	6.595.944,18	7,9
Bens duradouros					
Bens não duradouros	1.151.756,59	1.090.686,04	-5,3	1.338.394,92	22,7
Aquisição de serviços	2.879.934,51	2.741.552,74	-4,8	3.268.338,06	19,2
Encargos financeiros	806.295,95	568.450,27	-29,5	508.311,90	-10,6
Transferências correntes:					
Para as Freguesias	116.935,91	151.654,14	29,7	114.761,47	-24,3
Outras	844.714,06	787.926,48	-6,7	678.352,87	-13,9
Subsídios	316.686,00	619.155,44	95,5	676.796,86	9,3
Outras despesas correntes	690.177,44	777.715,40	12,7	603.043,32	-22,5
Total da despesa Corrente	12.713.392,24	12.852.987,74	1,1	13.783.943,58	7,2
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos:					
Terrenos e recursos naturais	306.159,74	243.517,06	-20,5	452.527,79	85,8
Habitação	53.000,00	0,00		0,00	
Outros edifícios	1.522.304,58	1.303.864,66	-14,3	3.849.258,42	195,2
Construções diversas	6.010.360,61	3.156.846,26	-47,5	9.149.208,02	189,8
Material de transporte	14.570,77	13.624,92	-6,5	0,00	-100,0
Maquinaria e equipamento	492.504,45	398.865,47	-19,0	555.939,61	39,4
Outros	132.587,33	14.809,98	-88,8	53.172,43	259,0
Locação Financeira	1.023.849,39	121.734,67	-88,1	122.342,81	0,5
Transferências de capital:					
Para as Freguesias	670.416,83	689.728,60	2,9	653.191,07	-5,3
Outras	1.265.143,33	714.450,94	-43,5	569.426,17	-20,3
Activos Financeiros:					
Concessão de empréstimos					
Outros	400.000,00	100.000,00	-75,0	1.200.000,00	1100,0
Passivos financeiros:					
Amortização de empréstimos	925.826,51	2.561.174,85	176,6	3.059.599,42	19,5
Outros					
Outras despesas de capital	109.978,50	9.156,43	-91,7	0,00	-100,0
Total da despesa de Capital	12.926.702,04	9.327.773,84	-27,8	19.664.665,74	110,82
TOTAL DA DESPESA	25.640.094,28	22.180.761,58	-13,5	33.448.609,32	50,80

Centrando agora a análise noutra plano, designadamente na forma como foram aplicados os recursos auferidos pelo Município durante o ano de 2010, apresentam-se algumas abordagens que facilitam a leitura dos níveis de afectação de recursos por natureza de despesa, seja ela de natureza corrente, seja de capital.

Como a realização de despesa varia na razão directa dos níveis de arrecadação de receita, o cumprimento das competências e atribuições da autarquia não pode deixar de estar condicionada pelo montante dos recursos financeiros que dão entrada nos cofres da autarquia.

Os quadros que se seguem demonstram, com base na natureza da despesa, a forma como o Município utilizou os recursos obtidos. Como se verifica, os níveis de despesa paga totalizaram 33.448.609,32 euros, o que supera a execução de 2009 em 50,8%, ou seja 11.267.847,74 euros em valor absoluto.

Verifica-se igualmente que, dos montantes totais arrecadados, 41,21% foram aplicados em despesas correntes e o restante se destinou a fazer face a despesas habitualmente designadas de investimento, ou seja, 58,79%. Esta última percentagem representa o esforço efectuado pela autarquia em gerar mais bem-estar social utilizando os seus recursos na execução e infra-estruturas, equipamentos e em outras acções de carácter material em prol da elevação dos padrões de qualidade de vida dos seus Municípios.

Em função daquela percentagem, 2010 não pode deixar de ser considerado como um ano excepcional. Aliás, as circunstâncias em que decorreu a realização de despesa não podem ser comparadas com as de anos anteriores, sobretudo devido à contratação do empréstimo de longo prazo, o qual permitiu solver encargos assumidos no exercício anterior. De facto, o plano de acção estabelecido em 2010 incidiu na regularização do passivo de curto prazo vencido para, desse modo, reencontrar o necessário equilíbrio financeiro em anos vindouros. Apesar de não ser perceptível no presente exercício, entretanto foram já tomadas muitas medidas que irão contribuir para a diminuição das despesas de funcionamento da autarquia.

Daí que seja de reequilíbrio financeiro o contexto traduzido pelos quadros que seguir se apresentam.

DESPESAS CORRENTES

A partir da leitura dos quadros que atestam os diversos níveis de execução da despesa corrente no ano de 2010, nomeadamente os n.º 2, n.º 17 e n.º 18, vemos que a despesa corrente teve um peso de 41,21% no total da despesa paga. O aumento de 930.955,84 euros registado em relação a 2009 reflecte uma variação positiva de 7,2%, o que, em larga medida, ficou a dever-se aos encargos assumidos e não pagos do ano anterior.

Por sua vez, o quadro n.º 21 revela o elevado grau de execução da despesa realizada, a qual se situou nos 89,79%, tendo sido de 87,21% a taxa de execução da despesa corrente paga. E a este respeito, um aspecto que merece ser referido é que estas taxas de realização demonstram, por si só, o elevado grau de fiabilidade dos documentos previsionais.

Numa leitura mais detalhada da despesa, segundo a sua natureza, para perceber melhor as principais razões que estiveram na base da tendência de crescimento verificada em 2010, faz sentido referir como ponto prévio se tem continuado a acentuar a transferência de competências do Governo para o poder local, sem as fazer acompanhar das necessárias contrapartidas financeiras. A análise que se segue permite aferir o comportamento das despesas correntes pagas no ano sujeito a apreciação, de acordo com a sua tipologia, como sejam as de funcionamento, as transferências e subsídios atribuídos e outras. Relativamente ao serviço da dívida, este será apresentado em capítulo autónomo.

Despesas de Funcionamento

Este tipo de despesas costuma estar estritamente relacionado com os custos associados aos meios e recursos envolvidos no cumprimento das competências e atribuições do Município.

O quadro n.º 17 indica os montantes destinados a despesas de funcionamento, como sejam as que dizem respeito aos pagamentos de pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas de carácter residual. Nessa vertente, atingiu-se um total de 11.805.720,48 euros, mais 1.079.919,07 euros do que em 2009. Dado o seu peso específico (85,65%) na despesa corrente, o controlo e acompanhamento das despesas de funcionamento é da maior importância. Noutra perspectiva, expurgando o passivo financeiro, elas representam 61,65% da despesa global.

Pessoal

Em qualquer organização as despesas de pessoal representam uma soma considerável das verbas afectas às despesas correntes. As autarquias locais não são excepção e, no Município de Cantanhede, o ano de 2010 encerrou com uma taxa de 47,85% de gastos com pessoal em relação ao total dos montantes despendidos em despesa corrente. Verifica-se ainda, que as mesmas representam um peso significativo no total das despesas de funcionamento tendo-se situado nos 56%.

No ano de 2010 a despesa de pessoal apresenta um valor na ordem dos 6.595.944,18 euros. Pese embora aquele valor represente ainda um aumento relativamente ao ano anterior, não podemos deixar de salientar que o mesmo configura um montante abaixo do inicialmente previsto em orçamento e cujo valor ascendia a 7.107.652,00 euros.

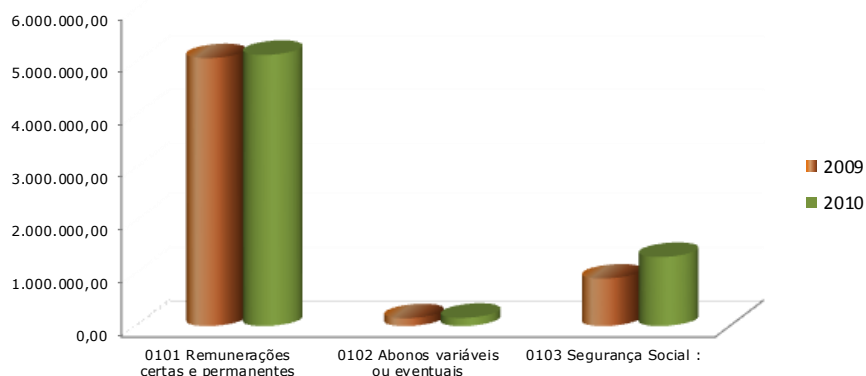
Verifica-se que no ano de 2010, por força da conjuntura económica vivida, foram tomadas algumas medidas pelo Executivo Camarário, tendentes à diminuição dos gastos com pessoal, consubstanciadas na cessação de diversos contratos de trabalho em funções públicas por tempo determinado e na redução das despesas respeitantes a horas extraordinárias (-41,57%) e ajudas de custo (-5,91%). Por outro lado, esta tendência irá acentuar-se, decorrente da aposentação de vários trabalhadores e do corte de salários imposto por lei, este na sequência da aplicação do Programa de Estabilidade e Crescimento. Paralelamente a estas medidas, todo o processo de reorganização e reestruturação dos serviços municipais encetado no final de 2010 e que tornará toda a estrutura municipal menos pesada, mais ágil e adequada à nova realidade autárquica, resultará, no ano de 2011, numa redução substancial das despesas com pessoal, razão pela qual se poderá afirmar que 2010 representa um ano de alterações profundas ao nível da gestão de recursos humanos do Município de Cantanhede.

O quadro que se segue (quadro n.º 19) decompõe os gastos com pessoal por tipologias. As rubricas que maior incremento tiveram, dizem respeito às “contribuições para a segurança social”, com um aumento global de 50,65%, fruto do aumento da taxa suportada pela Autarquia, em mais 3,62%, relativamente aos funcionários contratados a termo indeterminado, se admitidos após o dia 1 de Janeiro de 2006 e também pela concretização de pagamentos à ADSE respeitantes a anos anteriores. De registar a redução em 2,39% da verba afectada à rubrica “Pessoal dos Quadros – Transitado anterior nomeação definitiva” e que representa os trabalhadores da Autarquia com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. O aumento verificado na rubrica com pessoal a termo reflecte os encargos anuais suportados com as auxiliares de acção educativa contratadas em finais de 2009. Por fim, os 42.841, 31 euros gastos em 2010 em compensações por cessação de contratos irão traduzir-se em poupança no futuro.

Quadro 19

Quadro com a Discriminação das Despesas com Pessoal

Discriminação de Tipo da Despesa	2009	2010	Peso	Variação	
	Valores Pagos	Valores Pagos	%	Valor Absoluto	△
0101 Remunerações certas e permanentes					
Titulares órgãos de soberania e menb. órgãos autárquicos	139.923,28	136.017,50	2,06	-3.905,78	-2,79
Pessoal dos Quadros - Transitado anterior nomeação definitiva	2.832.207,82	2.764.495,79	41,91	-67.712,03	-2,39
Pessoal contratado a termo	790.927,62	919.068,18	13,93	128.140,56	16,20
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal em qualquer outra situação	188.411,03	159.200,95	2,41	-29.210,08	-15,50
Representação	72.789,00	74.061,69	1,12	1.272,69	1,75
Subsídio de refeição	309.380,69	324.823,23	4,92	15.442,54	4,99
Subsídio Férias e de Natal	675.146,40	702.167,38	10,65	27.020,98	4,00
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	61.668,29	53.418,41	0,81	-8.249,88	-13,38
SUB-TOTAL:	5.070.454,13	5.133.253,13	77,82	62.799,00	1,24
0102 Abonos variáveis ou eventuais					
Horas extraordinárias	70.072,35	40.942,45	0,62	-29.129,90	-41,57
Ajudas de custo	52.942,29	49.811,13	0,76	-3.131,16	-5,91
Abono para falhas	3.507,58	3.550,40	0,05	42,82	1,22
Indemnizações por cessação de funções	0,00	42.841,31	0,65	42.841,31	
Outros suplementos e prémios	20.157,58	18.474,92	0,28	-1.682,66	-8,35
SUB-TOTAL:	146.679,80	155.620,21	2,36	8.940,41	6,10
0103 Segurança Social :					
Encargos com a saúde	42.912,38	46.300,89	0,70	3.388,51	7,90
Outros encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídio familiar a criança e jovens	46.722,55	40.423,24	0,61	-6.299,31	-13,48
Outras prestações familiares	1.985,92	7.488,72	0,11	5.502,80	277,09
Contribuições para a Segurança Social	743.751,67	1.120.481,71	16,99	376.730,04	50,65
Outras pensões	8.692,24	25.127,87	0,38	16.435,63	189,08
Seguros	54.648,54	44.834,40	0,68	-9.814,14	-17,96
Outras despesas de segurança social	0,00	22.414,01	0,34	22.414,01	
SUB-TOTAL:	898.713,30	1.307.070,84	19,82	408.357,54	45,44
TOTAL DAS DESPESAS C/ PESSOAL	6.115.847,23	6.595.944,18	100,00	480.096,95	7,85
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	10.725.801,41	11.805.720,48		1.079.919,07	10,07
PESO DAS DESP. C/ PESSOAL NAS D. FUNCIONAMENTO	57,02	55,87			



Aquisição de bens e serviços

Quadro 20

Quadro com a Discriminação da Aquisição de Bens e Serviços

Discriminação de Tipo da Despesa	2009		2010	Peso	Variação	
	Valores Pagos	EANP 2009	Valores Pagos	%	Valor Absoluto	△
0201 Aquisição de Bens:						
Matérias-primas e subsidiárias	5.183,49	849,95	5.429,45	0,12	245,96	4,75
Combustíveis e lubrificantes	327.011,78	17.135,36	311.125,44	6,75	-15.886,34	-4,86
Munições, explosivos e artificios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Limpeza e higiene	13.518,56	1.459,36	12.238,16	0,27	-1.280,40	-9,47
Alimentação- Refeições Confeccionadas	476.223,03	319.982,00	762.289,55	16,55	286.066,52	60,07
Alimentação- Gêneros para confeccionar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vestuário e artigos pessoais	7.525,45	51,00	3.240,66	0,07	-4.284,79	-56,94
Material de escritório	69.348,13	32.492,11	78.624,41	1,71	9.276,28	13,38
Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos vendidos nas farmácias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Material de consumo clínico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Material de transporte - peças	18.013,95	22.008,28	28.704,73	0,62	10.690,78	59,35
Outro material - peças	26.690,65	13.204,35	45.899,51	1,00	19.208,86	71,97
Prêmios, condecorações e ofertas	73.879,04	22.867,34	35.182,80	0,76	-38.696,24	-52,38
Mercadorias para venda	1.254,95	10.822,91	2.918,05	0,06	1.663,10	132,52
Ferramentas e utensílios	3.252,81	296,05	2.157,46	0,05	-1.095,35	-33,67
Livros e documentação técnica	1.640,07	213,89	1.756,13	0,04	116,06	7,08
Artigos honoríficos e de decoração	776,54	234,00	619,67	0,01	-156,87	-20,20
Material de educação, cultura e recreio	29.870,96	17.366,43	25.988,11	0,56	-3.882,85	-13,00
Outros bens	36.496,63	10.695,36	22.220,79	0,48	-14.275,84	-39,12
SUB-TOTAL:	1.090.686,04	469.678,39	1.338.394,92	29,05	247.708,88	22,71
0202 Aquisição de Serviços:						
Encargos das instalações	389.786,60	67.335,57	367.005,17	7,97	-22.781,43	-5,84
Limpeza e higiene	9.950,44	10.491,98	11.712,54	0,25	1.762,10	17,71
Conservação de bens	91.107,36	20.885,72	121.731,16	2,64	30.623,80	33,61
Locação de edifícios	40.053,07	0,00	47.393,53	1,03	7.340,46	18,33
Locação de material de informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Locação de outros bens	35.367,53	33.441,21	67.126,54	1,46	31.759,01	89,80
Comunicações	149.602,11	23.371,63	129.614,26	2,81	-19.987,85	-13,36
Transportes	395.350,14	182.581,81	572.317,64	12,42	176.967,50	44,76
Representação dos serviços	320,40	1.641,00	2.213,51	0,05	1.893,11	590,86
Seguros	73.991,73	19.723,25	74.659,59	1,62	667,86	0,90
Deslocações e estadas	890,50	0,00	590,73	0,01	-299,77	-33,66
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	61.816,20	58.789,75	134.201,34	2,91	72.385,14	117,10
Formação	1.257,00	2.328,00	1.800,20	0,04	543,20	43,21
Seminários, exposições e similares	31.250,00	1.500,00	895,00	0,02	-30.355,00	-97,14
Publicidade	73.111,43	59.875,15	62.693,77	1,36	-10.417,66	-14,25
Vigilância e segurança	52.361,36	103.301,12	173.560,41	3,77	121.199,05	231,47
Assistência técnica	29.498,88	24.612,06	41.523,74	0,90	12.024,86	40,76
Outros trabalhos especializados	538.261,17	125.356,32	542.629,79	11,78	4.368,62	0,81
Encargos de cobrança de receitas	105.880,76	0,00	118.837,27	2,58	12.956,51	12,24
Outros serviços	661.696,06	37.883,93	797.831,87	17,32	136.135,81	20,57
SUB-TOTAL:	2.741.552,74	773.118,50	3.268.338,06	70,95	526.785,32	19,21
TOTAL DAS DESPESAS C/AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.832.238,78	1.242.796,89	4.606.732,98	100,00	774.494,20	20,21
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	10.725.801,41		11.805.720,48		1.079.919,07	10,07
PESO DAS DESP. C/ AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NAS D. FUNCIONAMENTO	35,73		39,02			

Totalizando 4.606.732,98 euros, os montantes pagos com a aquisição de bens e serviços aparecem devidamente discriminados no quadro n.º 20. O aumento de 774.494,20 euros relativamente a 2009 reflecte o esforço realizado para liquidar dívida de anos anteriores. Não se trata, portanto, de mais gastos, trata-se isso sim da transferência de encargos assumidos e não pagos do Orçamento de 2009 para o de 2010, no valor global de 1.242.796,89 euros. Esta situação verificou-se em apenas algumas rubricas, conforme se demonstra na coluna criada para o efeito.

Olhando especificamente para algumas rubricas que estão inseridas na conta aglutinadora de aquisição de bens, verifica-se que a rubrica “Alimentação – Refeições Confeccionadas”, tem aí um peso de 57%. A circunstância de nesta aparecer inscrito um montante de 762.289,55 euros tem a ver com o facto de incluir aqui encargos assumidos e não pagos oriundos do ano anterior. Segue-se a rubrica “combustíveis e lubrificantes”, com um valor total gasto de 311.125,44 euros, e uma variação negativa de 4,86% face aos consumos de 2009. Neste caso em concreto, trata-se de uma verba que não surge sobrevalorizada por encargos assumidos e não pagos, por corresponder a um tipo de despesas com prazos de pagamento devidamente estipulados.

A diminuição dos montantes gastos nesta rubrica, quando comparado com o ano de 2009, resulta, sobretudo, da diminuição sentida nos preços de combustíveis. Importa, igualmente, registar a diminuição de gastos ocorridos nas rubricas de prémios, condecorações e ofertas, vestuários e artigos pessoais e a rubrica residual designada por outros bens.

Na rubrica “aquisição de serviços”, que totalizou 3.268.338,06 euros, são de salientar algumas despesas, nomeadamente as seguintes:

- “Outros Serviços”, com um total de 797.831,87 euros (24,41%), dos quais 748.373,88 euros dizem respeito aos consumos de energia relacionada com a iluminação pública do Concelho.

- “Transportes”, com 572.317,64 euros (17,51%), verba que contém os encargos assumidos e não pagos realizados no ano anterior, sendo que, só em transportes escolares, a autarquia despendeu 554.466,19 euros.

- “Outros trabalhos especializados”, onde se incluem os montantes pagos com os serviços de docência adjudicados a terceiros para a realização das actividades de enriquecimento curricular, serviços esses que tiveram um custo na ordem dos 344 mil euros. Tem também significado o valor de 108.689,08 euros relacionado com encargos de cobranças dos impostos municipais.

- “Encargos das instalações” que engloba despesas relacionadas com o fornecimento de água, electricidade, climatização e condomínios, tendo encerrado o ano com um valor total de 367.005,17 euros, ou seja, menos 22.781,43 euros que o que foi gasto em 2009, o que reflecte já o impacto positivo de algumas das medidas de contenção iniciadas em 2010. E o mesmo também se verificou com as despesas em comunicação e publicidade, seminários, exposições e similares, cada uma delas com uma diminuição efectiva total de 60.760,51 euros.

Não é muito habitual, pelo menos nesta parte do relatório, mas uma vez que uma das razões apontadas para o aumento verificado nesta rubrica esteve nos encargos assumidos e não pagos do ano de 2009, justifica-se uma referência ao facto de os encargos assumidos e não pagos que transitaram para 2011 totalizarem apenas 172.901,31 euros. Isto porque não estavam vencidos os seus prazos de pagamento. Por aqui se vê que o comportamento inflacionista desta rubrica resultou do impacto dos encargos assumidos em anos anteriores e não pelo aumento do tipo de despesas a que se refere.

DESPESAS DE CAPITAL

Ao nível das despesas de capital, a seguir será feita uma abordagem à forma como elas se comportaram durante o ano de 2010. Os quadros n.º 2 e n.º 17 deixam claro que o Município reservou 58,79% das suas receitas para a formação de capital fixo.

Constata-se desde logo um aumento de 110,82%, no valor de 10.336.891,90 euros, quando comparado com os montantes pagos em 2009, sendo que os valores que mais contribuíram para isso concentram-se na rubrica de investimentos, mais especificamente, na de construções diversas, os quais representam 46,5% das despesas de capital, no valor absoluto de 9.149.208,02 euros.

Percebe-se também alguma contenção nos montantes pagos com transferências a associações, colectividades e outras entidades, tendo esta rubrica variado negativamente 181.562,30 euros em termos absolutos. Verba que não sofreu qualquer alteração relativamente ao ano anterior foi a que a autarquia destinou às dezanove Juntas de Freguesia do Concelho, no âmbito de protocolos de transferência de competências. Por outro lado, houve necessidade de fazer um reforço da participação no capital associativo do BIOCANT – Associação para a Transferência de Tecnologia, tendo sido reservado para o efeito 1,2 milhões de euros. Finalmente, o aumento de 9,15% na rubrica de passivos financeiros, deveu-se ao facto de, para além das amortizações habituais, a autarquia ter amortizado integralmente um mútuo de curto prazo no montante de 1.296.700,00 euros.

QUADRO 21
RESUMO DA DESPESA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2009					2010				
	ORÇAMENTO	DESPESAS	DESPESAS	TAXA DE EXECUÇÃO		ORÇAMENTO	DESPESAS	DESPESAS	TAXA DE EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	REALIZADAS	PAGAS	REALIZADAS	PAGAS	CORRIGIDO	REALIZADAS	PAGAS	REALIZADAS	PAGAS
	A	B	C	B/A	C/A	A	B	C	B/A	C/A
DESPESAS CORRENTES										
Despesas com Pessoal	6.328.229,00	6.258.442,74	6.115.847,23	98,90	96,64	6.960.193,00	6.652.567,60	6.595.944,18	95,58	94,77
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.317.032,95	4.377.784,03	3.832.238,78	82,34	72,07	5.778.613,55	4.779.634,29	4.606.732,98	82,71	79,72
Juros e Outros Encargos	645.421,00	641.822,61	568.450,27	99,44	88,07	714.366,00	670.799,60	508.311,90	93,90	71,16
Transferências Correntes	1.099.892,00	1.057.231,15	939.580,62	96,12	85,42	1.026.543,00	807.762,53	793.114,34	78,69	77,26
Subsídios	630.393,00	630.375,44	619.155,44	100,00	98,22	688.941,00	676.796,86	676.796,86	98,24	98,24
Outras Despesas Correntes	817.510,00	797.457,81	777.715,40	97,55	95,13	636.543,00	603.151,48	603.043,32	94,75	94,74
TOTAL DESPESAS CORRENTES	14.838.477,95	13.763.113,78	12.852.987,74	92,75	86,62	15.805.199,55	14.190.712,36	13.783.943,58	89,79	87,21
DESPESAS DE CAPITAL										
Aquisição de Bens de Investimento	25.648.107,00	15.923.055,65	5.253.263,02	62,08	20,48	23.672.837,00	15.535.612,15	14.182.449,08	65,63	59,91
Transferências de Capital	2.089.586,00	1.667.050,10	1.404.179,54	79,78	67,20	1.615.476,00	1.292.372,30	1.222.617,24	80,00	75,68
Activos Financeiros	500.005,00	100.000,00	100.000,00	20,00	20,00	2.100.005,00	1.200.000,00	1.200.000,00	57,14	57,14
Passivos Financeiros	3.857.875,00	2.561.174,85	2.561.174,85	66,39	66,39	3.059.600,00	3.059.599,42	3.059.599,42	100,00	100,00
Outras Despesas de Capital	9.207,00	9.156,43	9.156,43	99,45	99,45	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL	32.104.780,00	20.260.437,03	9.327.773,84	63,11	29,05	30.447.920,00	21.087.583,87	19.664.665,74	69,26	64,58
TOTAL GERAL	46.943.257,95	34.023.550,81	22.180.761,58	72,48	47,25	46.253.119,55	35.278.296,23	33.448.609,32	76,27	72,32

O quadro n.º 21 traduz o esforço do Município no sentido de aproximar as taxas de execução da despesa paga (64,58%) das taxas de execução da despesa realizada (69,26%). Este indicador permite concluir que apenas o montante global de 1.422.918,13 euros transitou para o orçamento de 2011 como encargos assumidos e não pagos, o que no essencial corresponde, à data de 31 de Dezembro de 2010, a dívidas não vencidas e que decorrem da normal actividade municipal.

Assim, e em jeito de conclusão, pode-se referir que o ano de 2010 encerra com níveis elevados de execução, tanto a nível das despesas realizadas como a nível das despesas pagas. As primeiras, em termos globais, encerram com uma taxa de 76,27%, e as segundas com uma taxa de 72,32%. Outro dado importante a reter prende-se com o facto de não ser significativa a variação positiva verificada entre os dois anos apresentados no quadro n.º 21, ou melhor, a variação entre a taxa total de execução da despesa realizada de 2009 quando comparada com a obtida em 2010. Isto revela que os investimentos concretizados em 2010 não representam encargos adicionais que não pudessem ter sido pagos. Também nesta vertente, houve, durante o ano de 2010, um especial cuidado de dar cumprimento às exigências do plano de saneamento financeiro.

QUADRO 22

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DIFERENTES FASES DA DESPESA

Un: (Euros)

CÓD.	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	COMPROMETIDO	FACTURADO	PAGO	REALIZADO E NÃO PAGO	COMPROMETIDO POR REALIZAR
		1	2	3	4	5=3-4	6=2-3
DESPESAS CORENTES							
01	Despesas com Pessoal	6.960.193,00	6.681.407,58	6.652.567,60	6.595.944,18	56.623,42	28.839,98
02	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.778.613,55	5.290.832,48	4.779.634,29	4.606.732,98	172.901,31	511.198,19
03	Juros e Outros Encargos	714.366,00	671.226,96	670.799,60	508.311,90	162.487,70	427,36
04	Transferências Correntes	1.026.543,00	829.069,38	807.762,53	793.114,34	14.648,19	21.306,85
05	Subsídios	688.941,00	676.796,86	676.796,86	676.796,86	0,00	0,00
06	Outras Despesas Correntes	636.543,00	611.991,25	603.151,48	603.043,32	108,16	8.839,77
TOTAL DESPESAS CORRENTES		15.805.199,55	14.761.324,51	14.190.712,36	13.783.943,58	406.768,78	570.612,15
DESPESAS DE CAPITAL							
07	Aquisição de Bens de Investimento	23.672.837,00	18.117.643,54	15.535.612,15	14.182.449,08	1.353.163,07	2.582.031,39
08	Transferências de Capital	1.615.476,00	1.399.439,34	1.292.372,30	1.222.617,24	69.755,06	107.067,04
09	Activos Financeiros	2.100.005,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00
10	Passivos Financeiros	3.059.600,00	3.059.599,42	3.059.599,42	3.059.599,42	0,00	0,00
11	Outras Despesas de Capital	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		30.447.920,00	23.776.682,30	21.087.583,87	19.664.665,74	1.422.918,13	2.689.098,43
TOTAL GERAL 2010		46.253.119,55	38.538.006,81	35.278.296,23	33.448.609,32	1.829.686,91	3.259.710,58
TOTAL GERAL 2009		46.943.257,95	41.639.555,27	34.023.550,81	22.180.761,58	11.842.789,23	7.616.004,46
TOTAL GERAL 2008		43.242.935,74	34.628.570,72	28.986.466,61	25.640.094,28	3.346.372,33	5.642.104,11

O quadro n.º 22 representa o comportamento da despesa ao longo das várias fases de realização da despesa que de seguida se passam a enunciar:

- ✓ **O Cabimento:** traduz a cativação de determinada verba estimada afectando-a a uma determinada classificação orçamental. Nos termos da lei, não é autorizada qualquer tipo de despesa não sujeita a cabimento prévio, ou seja, que não tenha dotação orçamental suficiente para a sua realização, regra de ouro no processo de execução da despesa.

- ✓ **O Compromisso:** consiste na concretização e assunção, perante um agente externo, do pedido de realização ou execução de qualquer tipo de fornecimento ou serviço, na maior parte das vezes através da emissão de uma requisição ou na formalização de um contrato escrito entre as partes.
- ✓ **A Realização:** traduz-se na recepção e respectivo movimento do documento de despesa, normalmente uma factura ou documento equivalente. É nesta fase que o Município assume a dívida para com uma entidade terceira.
- ✓ **O Pagamento:** Corresponde à liquidação de dívida, variando a sua efectivação na relação directa das disponibilidades de tesouraria.

É possível efectuar, também, uma apreciação da despesa segundo a sua natureza e consoante o seu destino, sejam as despesas correntes sejam as de capital, assim como se pode fazer uma leitura na perspectiva de afectação de gastos contabilizados de acordo com a estrutura orgânica da autarquia, a partir da qual se identificam as unidades que mais contribuirão para a realização de despesa. Por fim, uma terceira perspectiva permite a avaliação da despesa segundo as necessidades a que se destina, ou seja, de acordo com as seguintes funções: económicas, sociais ou gerais. E assim se sintetizam as três perspectivas de análise da despesa: económica, orgânica e funcional.

O quadro n.º 22 é, porventura, dos mais elucidativos do presente Relatório de Gestão, pois demonstra a forma como foram canalizados os recursos obtidos pelo Município. Partindo de um orçamento corrigido na ordem dos 46 milhões de euros, assumiram-se compromissos de 38 milhões de euros, dos quais foram facturados 35 milhões de euros e pagos 33,4 milhões de euros. Mais significa dizer que, à data de 31 de Dezembro de 2010, o montante relativo a compromissos assumidos era de 3.259.710,58 euros, enquanto as dívidas de curto prazo acumuladas totalizavam a quantia de 1.829.686,91 euros. Em termos práticos, estas quantias, num montante global de 5.089.397,49 euros, transitaram para os documentos previsionais de 2011, entretanto já aprovados. Resta acrescentar que o último valor referido é um indicador de gestão de extrema importância para o apuramento da saúde financeira de qualquer município.

QUADRO 23

Estrutura das Transferências Concedidas

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		DESPEZA REALIZADA	%	DESPEZA PAGA	%	DÍVIDA TRANSITADA	%
Un. (Euros)							
Transferências Correntes							
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras		130.542,76	6,22%	130.542,76	6,48%	0,00	0,00%
Administração Central		40.274,50	1,92%	40.274,50	2,00%	0,00	0,00%
Administração Local		169.281,48	8,06%	169.281,48	8,40%	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos		416.254,26	19,82%	403.278,00	20,01%	12.976,26	15,37%
Famílias		51.409,53	2,45%	49.737,60	2,47%	1.671,93	1,98%
Resto do Mundo		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL		807.762,53	38,46%	793.114,34	39,35%	14.648,19	17,36%
Transferências Capital							
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras		180.128,51	8,58%	180.128,51	8,94%	0,00	0,00%
Administração Central		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Administração Local		660.610,07	31,46%	653.191,07	32,40%	7.419,00	8,79%
Instituições sem Fins Lucrativos		451.633,72	21,50%	389.297,66	19,31%	62.336,06	73,86%
Famílias		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL		1.292.372,30	61,54%	1.222.617,24	60,65%	69.755,06	82,64%
TOTAL		2.100.134,83	100,00%	2.015.731,58	100,00%	84.403,25	100,00%

O quadro n.º 23 reporta-se aos montantes gastos em transferências e subsídios concedidos a colectividades, associações e afins, para estas fazerem face a despesas de natureza corrente ou a investimentos. Nele constam 300.936,27 euros que representam parte dos valores transferidos para a INOVA – EEM, constituída ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, e cujo capital social é detido a 100% pela autarquia. A INOVA – EEM é parte integrante do Município, sendo responsável por alguns sectores de vital importância para o Município, nomeadamente o saneamento básico e a protecção ambiental e a

promoção e desenvolvimento cultural. Daí justificar-se a apresentação do quadro n.º 24, demonstrativo do destino das verbas que o Município transferiu para a empresa municipal, as quais totalizaram 966.513,13 euros.

E quanto a isto, resta adiantar que a INOVA-EEM apresenta em 2010, pela primeira vez, um resultado líquido positivo, no montante de 465.376,10 euros, o que permitirá ao Município não efectuar a transferência devida caso os resultados de exploração da empresa municipal fossem negativos. E este é um indicador que diz muito sobre a forma eficiente e eficaz como a empresa municipal tem vindo a ser administrada.

QUADRO 24

Transferências Efectuadas para a Empresa Municipal

Un: (Euros)

Classificação	Designação	Valor
0102 0401010101	Transferência para cobertura de prejuízo de exploração de 2009	120.807,76
0102 0501010101	subsídio destinado à exploração de actividades citadas co contrato celebrado em 30/12/2009	665.576,86
0102 0801010101	Contrato-Programa para realização de Investimentos	149.028,51
13 0801010105	Subsídio destinado a participar na aquisição de dois ecotainers na vila da Tocha	28.100,00
13 0801010105	Contrato-Programa para Trabalhos de Limpeza e Confinação de Terrenos	3.000,00
TOTAL		966.513,13

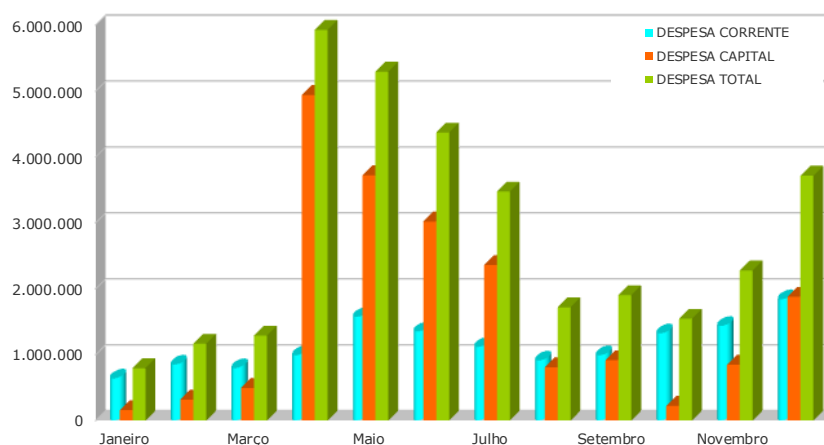
QUADRO 25

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA DESPESA

Un: (Euros)

ANO 2010	DESPESA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	DESPESA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	DESPESA TOTAL	VALOR ACUMULADO
Janeiro	635.384,69	635.384,69	157.042,88	157.042,88	792.427,57	792.427,57
Fevereiro	846.316,92	1.481.701,61	316.357,01	473.399,89	1.162.673,93	1.955.101,50
Março	792.269,65	2.273.971,26	494.080,73	967.480,62	1.286.350,38	3.241.451,88
Abril	988.679,01	3.262.650,27	4.937.066,98	5.904.547,60	5.925.745,99	9.167.197,87
Maio	1.571.350,62	4.834.000,89	3.720.443,88	9.624.991,48	5.291.794,50	14.458.992,37
Junho	1.348.869,48	6.182.870,37	3.018.058,69	12.643.050,17	4.366.928,17	18.825.920,54
Julho	1.114.944,78	7.297.815,15	2.357.631,04	15.000.681,21	3.472.575,82	22.298.496,36
Agosto	908.301,53	8.206.116,68	808.417,18	15.809.098,39	1.716.718,71	24.015.215,07
Setembro	988.446,37	9.194.563,05	912.532,63	16.721.631,02	1.900.979,00	25.916.194,07
Outubro	1.319.795,63	10.514.358,68	221.605,92	16.943.236,94	1.541.401,55	27.457.595,62
Novembro	1.431.900,93	11.946.259,61	845.050,58	17.788.287,52	2.276.951,51	29.734.547,13
Dezembro	1.837.683,97	13.783.943,58	1.876.378,22	19.664.665,74	3.714.062,19	33.448.609,32
	13.783.943,58		19.664.665,74		33.448.609,32	

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DESPESA



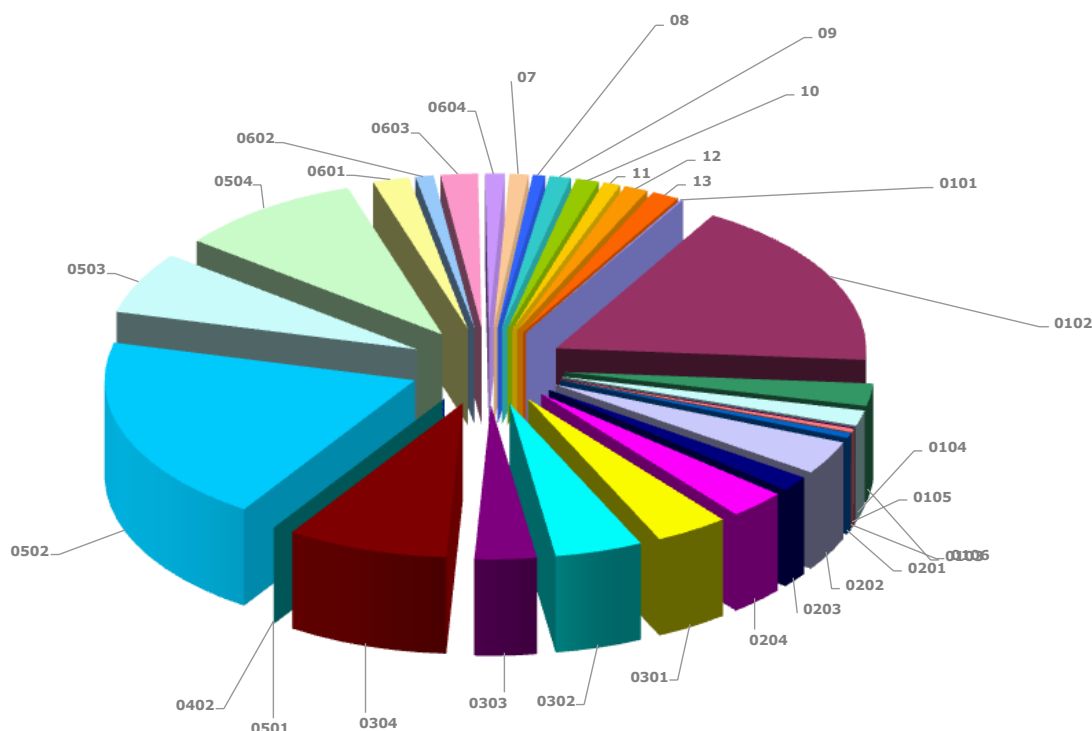
À semelhança do que foi feito aquando da apresentação dos níveis de execução orçamental da receita, o quadro n.º 25 reflecte agora, numa perspectiva mensal, a forma como evoluíram as despesas ao longo do ano de 2010, embora não seja possível apurar os efeitos da utilização do empréstimo. Assim, resulta claro que, os meses em que se realizaram mais pagamentos foram os de Abril, Maio, Junho e Dezembro. Também aqui não há qualquer tipo de dúvidas quanto ao facto de 2010, com maior incidência a partir do mês de Abril, ter sido um ano de avultados pagamentos.

QUADRO 26

DESPESA CORRENTE POR ORGÂNICA

		Un. (Euros)							
ORGÂNICA	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ACTUAL	COMPROMETIDO	TAXA EXECUÇÃO	REALIZADO	TAXA EXECUÇÃO	PAGO	TAXA EXECUÇÃO
0101	Assembleia Municipal	21.107,00	21.107,00	18.089,16	0,12	18.089,16	0,13	15.702,53	0,11
0102	Orgãos da Autarquia	2.836.783,00	2.644.836,55	2.514.840,73	17,04	2.455.243,95	17,30	2.445.778,79	17,74
0103	Operações Financeiras	299.110,00	323.373,00	323.243,71	2,19	323.243,71	2,28	323.243,71	2,35
0104	Gabinete de Apoio ao Município e à Presidência	217.639,00	258.699,00	234.233,20	1,59	222.627,90	1,57	221.001,73	1,60
0105	Classes Inactivas	3.364,00	11.082,00	11.074,97	0,08	11.074,97	0,08	11.074,97	0,08
0106	Gab. de Sanidade e Pecuária	54.927,00	54.062,00	51.936,78	0,35	51.322,40	0,36	50.471,21	0,37
0201	Departamento Administrativo e Financeiro	109.715,00	75.186,00	74.137,45	0,50	74.000,67	0,52	73.337,00	0,53
0202	Divisão Financeira	507.840,00	507.564,00	491.468,90	3,33	487.295,10	3,43	482.930,73	3,50
0203	Div. Aprov. Gestão de Stocks	236.585,00	229.122,00	223.554,08	1,51	222.871,06	1,57	220.366,17	1,60
0204	Div. Adm. e de Rec. Humanos	469.810,00	454.970,00	421.867,79	2,86	418.401,79	2,95	413.254,84	3,00
0301	Departamento de Obras Municipais	658.412,00	624.551,00	553.157,78	3,75	544.924,22	3,84	529.183,00	3,84
0302	Divisão de Vias	700.059,00	759.567,00	727.029,05	4,93	721.978,06	5,09	630.013,61	4,57
0303	Div. Equipamentos Colectivos	517.868,00	543.319,00	501.483,36	3,40	486.681,20	3,43	444.348,93	3,22
0304	Div. de Apoio e Manutenção	1.064.084,00	1.198.818,00	1.167.255,34	7,91	1.164.567,02	8,21	1.159.959,58	8,42
0402	Águas e Saneamento	2.669,00	29.493,00	2.672,42	0,02	2.672,42	0,02	47,78	0,00
0501	Departamento Desenv. Económico e Social	39,00	43,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0502	Div. Educaç. e Acção Social	3.140.848,00	3.283.254,00	3.073.255,99	20,82	2.798.719,14	19,72	2.709.872,64	19,66
0503	Divisão de Cultura	1.074.879,00	1.084.655,00	970.475,59	6,57	926.062,06	6,53	895.632,38	6,50
0504	Div. Desporto e Tempos Liv.	1.775.057,00	1.663.755,00	1.467.639,35	9,94	1.386.332,87	9,77	1.326.740,34	9,63
0601	Departamento de Urbanismo	278.554,00	280.884,00	266.955,06	1,81	263.034,13	1,85	260.648,29	1,89
0602	Div. de Gestão Urbanística	135.489,00	135.690,00	130.956,33	0,89	130.718,43	0,92	129.583,50	0,94
0603	Div. Ordenamento Território	241.216,00	306.432,00	289.961,06	1,96	286.373,43	2,02	267.318,34	1,94
0604	Div. Informação Geográfica	143.086,00	143.320,00	139.583,97	0,95	138.970,72	0,98	137.644,33	1,00
07	Divisão Jurídica	173.514,00	151.274,00	139.804,33	0,95	138.185,28	0,97	136.741,72	0,99
08	Div. Planeamento e Coorde.	76.054,00	94.718,00	91.982,01	0,62	90.553,92	0,64	89.946,26	0,65
09	Div. Estudos e Projectos	190.891,00	165.035,00	156.151,68	1,06	155.306,75	1,09	153.828,98	1,12
10	Divisão de Informática	176.487,00	183.237,00	178.972,62	1,21	172.932,48	1,22	166.046,18	1,20
11	Div. Fiscalização Municipal	134.360,00	130.646,00	124.486,00	0,84	123.814,55	0,87	122.560,73	0,89
12	Div. Comunic. e Relaç. Públic.	232.841,00	214.786,00	199.771,96	1,35	172.639,44	1,22	170.377,03	1,24
13	Div. Prot. Civil e Rec. Nat.	210.403,00	231.721,00	215.283,84	1,46	202.075,53	1,42	196.288,28	1,42
TOTAL		15.683.690,00	15.805.199,55	14.761.324,51	100,00	14.190.712,36	100,00	13.783.943,58	100,00

DESPESA PAGA POR ORGÂNICA



Os valores apresentados no quadro n.º 26 demonstram a distribuição das despesas ao longo das suas diferentes fases de realização, estas devidamente distribuídas pela estrutura orgânica do Município. No quadro encontram-se reflectidas as despesas de funcionamento, as transferências e subsídios efectuados, bem como os encargos financeiros, na componente de juros, suportados com o serviço da dívida. Além disso é possível retirar da sua leitura uma melhor percepção da forma como de repartem as despesas pelos diversos departamentos e divisões da Câmara Municipal.

Tal como aconteceu em 2009, não houve alteração quanto à origem de gastos por divisões. Assim sendo, verifica-se que as estruturas que mais contribuíram para a realização e pagamento de despesas correntes (as mesmas que em 2009) são as que a seguir se passam a enunciar por ordem decrescente de valor:

- ✓ Divisão de Educação e Acção Social, com 2.709.872,64 euros pagos (19,66% da despesa corrente);
- ✓ Órgãos da Autarquia, com 2.445.778,79 euros pagos (17,74% da despesa corrente);
- ✓ Divisão de Desporto e Tempos Livres, com 1.326.740,34 euros pagos (9,63% da despesa corrente);
- ✓ Divisão de Apoio e Manutenção, com 1.159.959,58 euros pagos (8,42% da despesa corrente); e
- ✓ Divisão de Cultura, com 895.632,38 euros pagos (6,5% da despesa corrente).

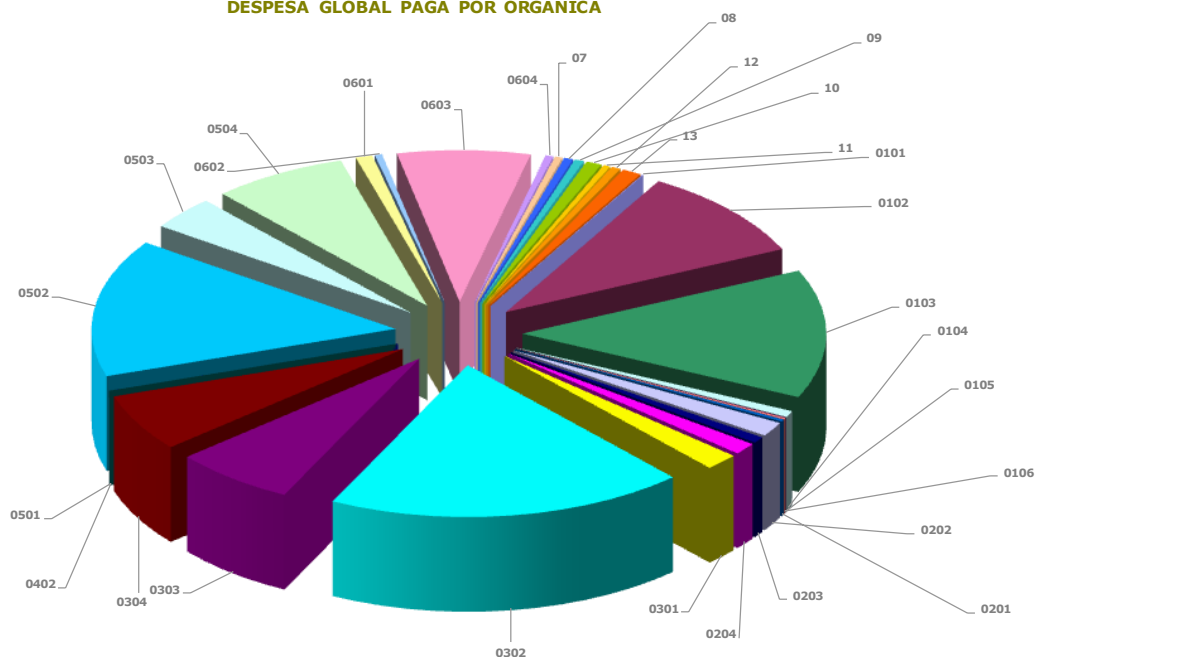
Uma das justificações para a circunstância de serem sempre as mesmas divisões a atingirem o maior nível de gastos encontra fundamento no facto de elas serem, na prática, centros de custos por tipologia de serviços prestados à comunidade e que, em termos orçamentais, as suas despesas reflectem-se apenas ao nível da despesa corrente. Como exemplo disso, podem apontar-se os serviços prestados nas áreas da educação, cultura, desporto e ocupação dos tempos livres, onde uma grande fatia das despesas realizadas para dar corpo às diversas actividades são de índole corrente. Assim sendo, a distribuição das despesas apuradas desta maneira permitem determinar, em qualquer momento, o seu destino.

QUADRO 27
DESPESA GLOBAL POR ORGÂNICA

Un. (Euros)

ORGÂNICA	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ACTUAL	COMPROMETIDO	TAXA EXECUÇÃO	REALIZADO	TAXA EXECUÇÃO	PAGO	TAXA EXECUÇÃO
0101	Assembleia Municipal	21.107,00	21.107,00	18.089,16	0,05	18.089,16	0,05	15.702,53	0,05
0102	Orgãos da Autarquia	3.806.272,00	3.642.396,55	3.405.266,41	8,84	3.287.622,51	9,32	3.277.407,35	9,80
0103	Operações Financeiras	5.457.758,00	5.482.978,00	4.582.843,13	11,89	4.582.843,13	12,99	4.582.843,13	13,70
0104	Gabinete de Apoio ao Municípe e à Presidência	229.575,00	290.656,00	241.034,02	0,63	228.844,71	0,65	226.034,68	0,68
0105	Classes Inactivas	3.364,00	11.082,00	11.074,97	0,03	11.074,97	0,03	11.074,97	0,03
0106	Gab. de Sanidade e Pecuária	56.730,00	55.865,00	51.988,38	0,13	51.374,00	0,15	50.522,81	0,15
0201	Departamento Administrativo e Financeiro	114.459,00	79.936,00	74.760,67	0,19	74.623,89	0,21	73.960,22	0,22
0202	Divisão Financeira	558.741,00	558.529,00	524.475,06	1,36	520.301,26	1,47	515.739,66	1,54
0203	Div. Aprov. Gestão de Stocks	239.501,00	233.345,00	225.724,62	0,59	225.041,60	0,64	222.536,71	0,67
0204	Div. Adm. e de Rec. Humanos	510.173,00	495.377,00	428.357,14	1,11	424.891,14	1,20	419.744,19	1,25
0301	Departamento de Obras Municipais	749.476,00	716.314,00	620.929,73	1,61	612.696,17	1,74	596.954,95	1,78
0302	Divisão de Vias	8.825.099,00	9.120.989,00	7.827.467,05	20,31	6.879.163,44	19,50	6.390.849,98	19,11
0303	Div. Equipamentos Colectivos	3.007.065,00	3.101.679,00	2.555.864,12	6,63	2.389.152,72	6,77	2.176.223,93	6,51
0304	Div. de Apoio e Manutenção	2.471.544,00	2.319.973,00	2.081.166,22	5,40	2.058.841,36	5,84	2.051.503,35	6,13
0402	Águas e Saneamento	29.136,00	56.118,00	26.724,87	0,07	12.679,84	0,04	47,78	0,00
0501	Departamento Desenv. Económico e Social	39,00	43,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0502	Div. Educaç. e Acção Social	6.505.564,00	6.633.304,00	5.767.814,18	14,97	5.444.770,97	15,43	4.915.326,11	14,70
0503	Divisão de Cultura	1.725.828,00	1.752.770,00	1.435.526,58	3,72	1.312.954,96	3,72	1.195.166,93	3,57
0504	Div. Desporto e Tempos Liv.	3.774.005,00	3.927.035,00	3.034.192,21	7,87	2.649.576,60	7,51	2.401.154,58	7,18
0601	Departamento de Urbanismo	317.589,00	321.412,00	306.872,19	0,80	302.951,26	0,86	300.565,42	0,90
0602	Div. de Gestão Urbanística	143.136,00	143.360,00	131.575,90	0,34	131.338,00	0,37	130.203,07	0,39
0603	Div. Ordenamento Território	5.153.434,00	4.685.158,00	3.410.779,27	8,85	2.484.397,01	7,04	2.368.643,63	7,08
0604	Div. Informação Geográfica	152.216,00	152.520,00	142.777,29	0,37	142.164,04	0,40	140.837,65	0,42
07	Divisão Jurídica	175.360,00	153.126,00	140.754,72	0,37	139.135,67	0,39	137.692,11	0,41
08	Div. Planeamento e Coorde.	560.325,00	823.498,00	294.546,14	0,76	162.658,83	0,46	162.051,17	0,48
09	Div. Estudos e Projectos	204.449,00	179.860,00	169.472,23	0,44	168.554,70	0,48	167.076,93	0,50
10	Divisão de Informática	496.191,00	432.622,00	321.629,51	0,83	312.509,37	0,89	281.787,01	0,84
11	Div. Fiscalização Municipal	138.052,00	134.351,00	127.485,03	0,33	126.813,58	0,36	125.559,76	0,38
12	Div. Comunic. e Relaç. Públic.	233.806,00	215.751,00	200.033,20	0,52	172.900,68	0,49	170.638,27	0,51
13	Div. Prot. Civil e Rec. Nat.	464.616,00	511.965,00	378.782,81	0,98	350.330,66	0,99	340.760,44	1,02
TOTAL		46.124.610,00	46.253.119,55	38.538.006,81	100,00	35.278.296,23	100,00	33.448.609,32	100,00

DESPESA GLOBAL PAGA POR ORGÂNICA



No quadro n.º 27 é possível avaliar o peso efectivo de cada divisão na estrutura global de realização de despesa. Neste caso concreto, as divisões que mais contribuíram para a realização de despesa são as mesmas que as apresentadas em 2009, mas estas surgem agora ordenadas de forma diferente, em função dos valores dispendidos.

- ✓ Divisão de Vias, com 6.390.849,98 euros pagos (19,11% da despesa total);
- ✓ Divisão de Educação e Acção Social, com 4.915.326,11 euros pagos (14,70% da despesa total);
- ✓ Operações Financeiras, com 4.582.843,13 euros pagos (13,70% da despesa total);
- ✓ Órgãos da Autarquia, com 3.277.407,35 euros pagos (9,80% da despesa total);
- ✓ Divisão de Desporto e Tempos Livres, com 2.401.154,58 euros pagos (7,18% da despesa total);
- ✓ Divisão de Ordenamento do Território, com 2.368.643,63 euros pagos (7,08% da despesa total).

4.2 – Poupança

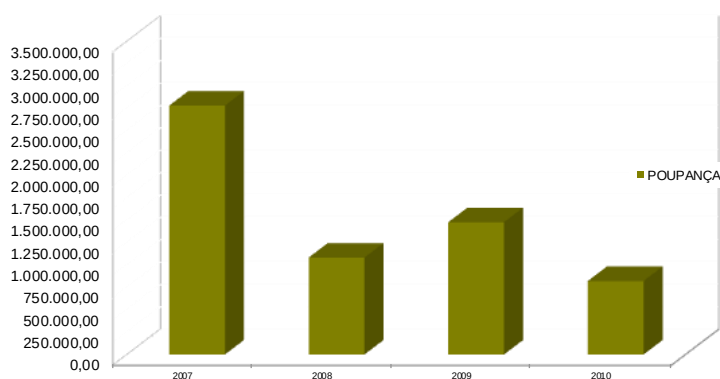
QUADRO 28

Evolução da Poupança da Câmara Municipal de Cantanhede de 2007 a 2010

Un: (Euros)

ANO	RECEITA CORRENTE	△	DESPESA CORRENTE	△	POUPANÇA
2007	14.050.569,74		11.269.810,71		2.780.759,03
2008	13.796.470,85	-1,81	12.713.392,24	12,81	1.083.078,61
2009	14.330.755,82	3,87	12.852.987,74	1,10	1.477.768,08
2010	14.604.747,93	1,91	13.783.943,58	7,24	820.804,35

Evolução da Poupança



A poupança traduz a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente e o valor daí resultante é aplicado em despesas de capital, conseguindo-se, por essa via, expandir o capital fixo, ou seja, canalizar verbas para investimento em infra-estruturas e equipamentos municipais.

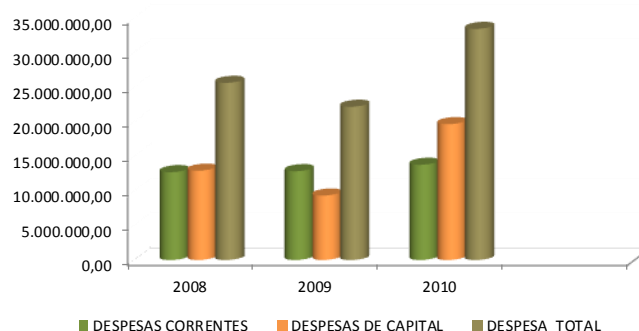
O nível da poupança alcançado em 2010, no montante de 820.804,35 euros, apesar de ter diminuído em relação a 2009, não reflecte a verdadeira capacidade de poupança do Município. Isto porque, numa medida de carácter excepcional, o executivo decidiu em 2010 regularizar definitivamente o seu passivo de curto prazo, independentemente da sua natureza (corrente ou de capital). Consolidado que está o passivo financeiro e reencontrado o necessário equilíbrio financeiro, poder-se-á retomar em 2011 o controlo efectivo dos níveis de poupança.

QUADRO 29

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE AO LONGO DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Un.: (Euros)

ANO	DESPESAS CORRENTES	△	DESPESAS DE CAPITAL	△	DESPESA TOTAL	△
2008	12.713.392,24	12,81	12.926.702,04	2,24	25.640.094,28	7,22
2009	12.852.987,74	1,10	9.327.773,84	-27,84	22.180.761,58	-13,49
2010	13.783.943,58	7,24	19.664.665,74	110,82	33.448.609,32	50,80



4.3 – Evolução do Endividamento

Os princípios orientadores do endividamento autárquico encontram-se claramente patenteados na Lei das Finanças Locais em vigor desde o dia 1 de Janeiro de 2007. Orientada para um efectivo controlo da estabilidade orçamental das Autarquias Locais, o diploma tem na base alguns pressupostos a ter na devida conta. Um deles é o conceito de endividamento líquido municipal, que resulta da diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua natureza, incluindo os empréstimos

contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas de fornecedores e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Tendo como base este conceito, a referida lei impõe ainda a fixação de três limites ao endividamento autárquico, fixando sanções para o seu incumprimento. E os limites são os seguintes:

- ✓ O montante do Endividamento Líquido total de cada Município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior;
- ✓ O montante da dívida de cada Município referente a empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, 100% do montante referido na alínea anterior;
- ✓ O montante dos contratos de empréstimos de curto prazo não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, 10% do montante inicialmente referido.

Existem algumas excepções a considerar que irão sendo paulatinamente introduzidas e explicadas à medida que se for avançando na presente exposição.

Por fim, apenas mais uma referência quanto ao facto de se ter que analisar esta realidade tendo em conta duas perspectivas distintas. Quer isto dizer que os níveis de endividamento obtidos neste exercício variam consoante o tipo de documento de prestação de contas que esteja a ser analisado. Ou seja, a informação obtida através dos níveis de execução orçamental diferem necessariamente dos níveis apurados através dos documentos elaborados numa perspectiva patrimonial (balanço), o que se poderá resumir da seguinte forma:

- A perspectiva orçamental reflecte apenas os montantes da facturação emitida e não paga num determinado ano, usualmente associada à dívida de curto prazo;
- A perspectiva patrimonial reflecte a totalidade da dívida contraída pelo Município, sejam elas de curto, médio ou longo prazo.

Dada a importância deste assunto na estrutura de capitais do Município, justifica-se inteiramente um capítulo dedicado à análise exaustiva do endividamento da autarquia, começando por dizer que o Município de Cantanhede avançou com a contratação de um empréstimo para saneamento financeiro, nos termos do que está previsto na Lei das Finanças Locais. É com base nestes pressupostos que deverão ser interpretados e analisados os quadros que se seguem.

QUADRO 30

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO						
ANO FINANCEIRO DE 2010						
Dividas a terceiros						
DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmulas)	Dívida apurada em 31/12/2008	Dívida apurada em 31/12/2009	Diminuição da dívida	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2010	Observações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
I - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO:						
<i>1. Empréstimos:</i>						
1. Para a recuperação de danos causados pelas intempéries 2000/2001 em infra-estruturas municipais, ao abrigo do DL n.º 378-C/2001, de 8 de Fevereiro	156.806,93	105.752,00	52.684,33		53.067,67	
2. P/ investimentos diversos de obras financiadas pelo III QCA	2.743.061,58	2.438.276,96	304.784,62		2.133.492,34	
3. Empréstimo bonificado para financiamento de projectos aprovados no âmbito do FEDER/III QCA - Medida 1.8 do PORCentro	1.073.146,16	768.342,74	254.475,54		513.867,20	O empréstimo contratado foi de 2.178.962,48,00, tendo sido apenas utilizada a quantia de 2.110.716,20
4. Tendo por base o resultado do rateio que coube ao Município nos termos da LOE de 2003 tendo em vista investimentos relacionados com construções diversas e aquisição de terrenos para Z. Ind./Z. Com./P. Tecnológico/P. Desport.	645.673,90	528.278,66	117.395,25		410.883,41	
5. Tendo por base o resultado do rateio que coube ao Município nos termos da LOE de 2004 tendo em vista investimentos relacionados com a rede viária e requalificações urbanas	866.158,30	737.838,54	128.319,76		609.518,78	
6. P/ o financiamento da obra: Manutenção e Ampliação da Rede de Saneamento- Drenagem de Águas Domésticas da Freguesia de Febres (Sanguinheira, Serradade e pequenos troços distribuídos pela freguesia) - III QCA	245.200,43	211.379,67	33.820,76		177.558,91	O empréstimo contratado foi de 271.870,00 tendo sido apenas utilizada a quantia de 270.566,00
7. P/ o financiamento das seguintes obras: Variante de Portunhos, - ER 335 - 1: Via Regional Cantanhede/Tocha e Arranjo Urbanístico e Paisagístico da Área envolvente à Lagoa do Montinho - III QCA	1.701.565,53	1.568.109,41	133.456,12		1.434.653,29	O empréstimo contratado foi de 1.734.930,00.
8. P/ investimentos diversos de obras	6.950.000,00	7.500.000,00	576.923,04		6.923.076,96	
9. Empréstimo com o Estado no âmbito da Resolução n.º 34/2008 para adesão ao Programa pagar a Tempo e Horas	536.800,00	536.800,00	0,00		536.800,00	
10. Empréstimo no âmbito da Resolução n.º 34/2008 para adesão ao Programa pagar a Tempo e Horas	805.200,00	644.160,00	161.040,00		483.120,00	
11. Empréstimo no âmbito do Saneamento Financeiro				7.150.000,00	7.150.000,00	O empréstimo contratado foi de 8.000.000,00.
12. Empréstimo no âmbito do Saneamento Financeiro				7.150.000,00	7.150.000,00	O empréstimo contratado foi de 8.000.000,00.
SOMA DE I	15.723.612,83	15.038.937,98	1.762.899,42	14.300.000,00	27.576.038,56	

QUADRO 31

EVOLUÇÃO DURANTE O ANO DE 2010					
DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmulas)	Dívida apurada em 31/12/2008	Dívida apurada em 31/12/2009	Diminuição da dívida	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2010
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
II - DÍVIDAS A CURTO PRAZO:					
<i>1. Empréstimos:</i>					
a) Para fazer face a dificuldades momentâneas de tesouraria	1.326.500,00	1.296.700,00	1.296.700,00	0,00	0,00
SOMA I - 1	1.326.500,00	1.296.700,00	1.296.700,00	0,00	0,00
<i>2. Dívidas a empreiteiros:</i>					
1 Empreiteiros c/c:	1.108.045,68	5.118.593,24	7.547.655,93	3.431.032,62	1.001.969,93
2 Factoring - Fornecedores de Imobilizado e Empreiteiros c/c	1.302.114,68	3.058.533,26	4.922.697,89	2.014.283,44	150.118,81
3 Factoring- Forn./Empreiteiros subsídio concedidos	249.431,60	543.806,12	537.186,40	79.619,26	86.238,98
SOMA II - 2	2.659.591,96	8.720.932,62	13.007.540,22	5.524.935,32	1.238.327,72
<i>3. Dívidas a fornecedores e credores:</i>					
1 Fornecedores c/c	269.331,70	1.693.654,91	6.060.688,41	4.663.260,28	296.226,78
2 Factoring - Fornecedores c/c	203.990,46	829,98	24.686,02	23.856,04	0,00
3 Fornecedores por vendas a dinheiro	0,00	761,30	9.228,99	8.467,69	0,00
4 Fornecedores de facturas em recepção e conferência	539.605,73	428.653,79	2.770.047,02	2.678.558,84	337.165,61
5 Estado e outros entes público	0,00	68.176,52	68.176,52	52.840,31	52.840,31
6 Fornecedores de imobilizado	667.841,46	793.167,49	658.223,45	406.312,26	541.256,30
7 Fornecedores de imobilizado por locação financeira	3.469.750,50	4.351.781,39	184.545,75	199.086,72	4.366.322,36
8 Fornecedores Imob. facturas em recepção e conferência	197.478,45	72.824,11	344.406,51	350.940,94	79.358,54
9 Pessoal	0,00	3.090,60	5.417.939,67	5.417.647,78	2.798,71
10 Administração Autárquica	2.750,00	28.258,50	1.792.956,27	1.772.116,77	7.419,00
11 Consultores, acessores e intermediários	0,00	0,00	387.651,53	387.651,53	0,00
12 Outros credores					
12.1 Membros das mesas de voto	68,98	68,98	0,00	0,00	68,98
12.2 Organismos públicos	0,00	140.684,43	484.785,14	345.085,11	984,40
12.3 Proprietários de imóveis	1.220,40	1.503.929,59	1.416.134,61	1.016.487,77	1.104.282,75
12.4 Fornecedores/empreiteiros de subsídios concedidos	49.066,23	500.916,55	628.273,43	208.723,79	81.366,91
12.5 Credores diversos por subscrição de capital social	2.200.000,00	2.100.000,00	1.200.001,00	1,00	900.000,00
12.6 Credores de quotizações	4.500,00	19.145,79	355.442,66	336.296,87	0,00
12.7 Credores por operações de permutas	0,00	0,00	0,00	42.871,00	42.871,00
12.8 Outros credores diversos	135,68	135,68	2.668,14	3.074,49	542,03
12.9 Credores de transferências das autarquias locais	10.715,46	360.913,61	890.173,46	606.175,12	76.915,27
SOMA II - 3	7.616.455,05	12.066.993,22	22.696.028,58	18.519.454,31	7.890.418,95
<i>4. Dívidas a terceiros (Operações de Tesouraria):</i>					
1 Clientes, Contribuintes e utentes com cações	22.661,58	11.754,69	1.104,00	0,00	10.650,69
2 Estado e outros entes público	120.139,61	85.127,20	2.169.675,92	2.190.871,21	106.322,49
3 Sindicatos	525,38	564,94	5.901,73	5.774,28	437,49
4 Credores por depósitos de garantia	792.917,91	615.453,65	306.871,40	255.520,85	564.103,10
5 Outros credores de operações de tesouraria	7.216,09	9.082,10	77.843,90	77.826,48	9.064,68
SOMA II - 4	943.460,57	721.982,58	2.561.396,95	2.529.992,82	690.578,45
<i>5. Adiantamentos por conta de vendas</i>					
1 Adiantamentos por conta de venda de bens de investim.	366.742,50	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMA II - 5	366.742,50	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMA DE II	12.912.750,08	22.806.608,42	39.561.665,75	26.574.382,45	9.819.325,12
TOTAL GERAL	28.636.362,91	37.845.546,40	41.324.565,17	40.874.382,45	37.395.363,68

Enquanto que os quadros anteriores mostram os níveis de endividamento global do Município, reportados à data de 31 de Dezembro de 2010, o quadro n.º 32, representa apenas os níveis de endividamento de curto prazo. A sua elaboração teve por base as peças orçamentais e foi executado de acordo com estrutura orgânica do Município. O montante de 1.829.686,91 euros, que habitualmente designamos por encargos assumidos e não pagos, reflecte apenas as dívidas de curto prazo assumidas com fornecedores, fornecedores de imobilizado, empreiteiros, bem como subsídios atribuídos e não pagos a diversas entidades.

QUADRO 32

Distribuição dos Encargos Assumidos e não Pagos por Classificação Orgânica

Un: (Euros)					
ORGÂNICAS	VALOR 2009	%	VALOR 2010	%	△
0101 - Assembleia Municipal	2.609,84	0,0%	2.386,63	0,1%	-8,55
0102 - Câmara Municipal - Órgãos da Autarquia	219.108,72	1,9%	10.215,16	0,6%	-95,34
0103 - Operações Financeiras	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
0104 - Serviços de Apoio à Presidência	15.049,41	0,1%	2.810,03	0,2%	-81,33
0105 - Classes Inactivas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
0106 - Gabinete de Sanidade e Pecuária	181,11	0,0%	851,19	0,0%	369,99
0201 - Direcção do Depart. Administrativo e Financeiro	0,00	0,0%	663,67	0,0%	0,00
0202 - Divisão Financeira	30.764,31	0,3%	4.561,60	0,2%	-85,17
0203 - Divisão de Aprovisionamento e G. Stocks	990,86	0,0%	2.504,89	0,1%	152,80
0204 - Divisão Administrativa e de Recursos Humanos	14.239,52	0,1%	5.146,95	0,3%	-63,85
0301 - Direcção do Departamento de obras	75.043,13	0,6%	15.741,22	0,9%	-79,02
0302 - Divisão de Vias	5.037.245,70	42,5%	488.313,46	26,7%	-90,31
0303 - Divisão de Equipamentos Colectivos	1.316.181,92	11,1%	212.928,79	11,6%	-83,82
0304 - Divisão de Apoio e Manutenção	773.980,65	6,5%	7.338,01	0,4%	-99,05
0402 - Águas e Saneamento	12.675,54	0,1%	12.632,06	0,7%	-0,34
0501 - Direcção do Dep. De Desenv. Económico e Social	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
0502 - Divisão de Educação e Acção Social	1.038.843,75	8,8%	529.444,86	28,9%	-49,04
0503 - Divisão de Cultura	254.996,33	2,2%	117.788,03	6,4%	-53,81
0504 - Divisão de Desporto e Tempos Livres	1.001.107,05	8,5%	248.422,02	13,6%	-75,19
0601 - Direcção do Departamento de Urbanismo	38.135,46	0,3%	2.385,84	0,1%	-93,74
0602 - Divisão de Gestão Urbanística	8,40	0,0%	1.134,93	0,1%	0,00
0603 - Divisão de Ordenamento do Território	1.847.946,68	15,6%	115.753,38	6,3%	-93,74
0604 - Divisão de Informação Geográfica	2.565,11	0,0%	1.326,39	0,1%	0,00
07 - Divisão Jurídica	1.044,95	0,0%	1.443,56	0,1%	38,15
08 - Divisão de Planeamento e Coordenação	0,00	0,0%	607,66	0,0%	0,00
09 - Divisão de Estudos e Projectos	6.053,76	0,1%	1.477,77	0,1%	-75,59
10 - Divisão Informática	58.502,54	0,5%	30.722,36	1,7%	-47,49
11 - Divisão de Fiscalização Municipal	3.377,62	0,0%	1.253,82	0,1%	-62,88
12 - Divisão de Comunicação e Relações Públicas	13.691,54	0,1%	2.262,41	0,1%	-83,48
13 - Divisão de Protecção Civil e Recursos Naturais	78.445,33	0,7%	9.570,22	0,5%	-87,80
SUB- TOTAL	11.842.789,23	100,0%	1.829.686,91	100,0%	-84,55
0603 - Divisão de Ordenamento do Território	0,00		0,00		
0302 - Divisão de Vias	-21.000,00		0,00		
0503 - Divisão de Cultura	-1.500,00		0,00		
0504 - Divisão de Desporto e Tempos Livres	-30.000,00		0,00		
SUB- TOTAL	11.790.289,23		1.829.686,91		
Saldo da Gerência *	116.009,55		117.808,81		
Receita Liquidada e não Cobrada III QCA	34.300,58		0,00		
Receita Liquidada e não Cobrada QREN	22.951,27		638.659,47		
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	11.617.027,83		1.073.218,63		-90,76

De seguida apresenta-se um resumo dos principais factores que justificam as divergências encontradas quando se comparam os valores obtidos segundo as duas perspectivas atrás enunciadas (orçamental e patrimonial):

- ✓ A relação de todos os valores arrecadados de terceiros, habitualmente designados como receitas de operações de tesouraria, entregues a terceiros dentro dos prazos legalmente estabelecidos;
- ✓ O montante global de facturação contabilizada em recepção e conferência. Nos termos estabelecidos pelo POCAL, estas quantias só passam a ter reflexo na execução orçamental da despesa quando deixam de estar em conferência, ou seja, quando se efectua o movimento contabilístico de passagem da classificação patrimonial 228 (fornecedores – facturas em recepção e conferência) para a 221 (fornecedores c/c);

- ✓ O montante dos contratos de locação financeira devidos a médio e longo prazo;
- ✓ O valor dos empréstimos bancários contratados com instituições financeiras de curto, médio e longo prazo;
- ✓ Os adiantamentos recebidos por conta da venda de bens de investimento.

O quadro que se segue reflecte, em termos numéricos, o que acabou de ser referido, demonstrando as principais diferenças existentes entre os níveis de endividamento apurados no âmbito da execução orçamental e os níveis de endividamento obtidos quando apreciados numa perspectiva patrimonial.

QUADRO 33

Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros

Un: (Euros)

Classificação	Caracterização da Dívida	ANO 2008			ANO 2009			ANO 2010		
		Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro	Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro	Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro
217	Clientes e Utentes c/ Cauções	22.661,58	22.661,58	0,00	11.754,69	11.754,69	0,00	10.650,69	10.650,69	0,00
221	Fornecedores C/C	269.331,70		269.331,70	1.693.654,91		1.693.654,91	296.226,78		296.226,78
222	Factoring - Fornecedores c/c	203.990,46		203.990,46	829,98		829,98	0,00		0,00
223	Fornecedores C/C VND	0,00		0,00	761,30		761,30	0,00		0,00
228	Forn Fact Recepção e Conferência	539.605,73	539.605,73	0,00	428.653,79	428.653,79	0,00	337.165,61	337.165,61	0,00
24	Impostos	120.139,61	120.139,61	0,00	153.303,72	153.303,72	0,00	159.162,80	106.322,49	52.840,31
2611	Fornecedores Imobilizado	667.841,46	576.000,00	91.841,46	793.167,49	552.000,00	241.167,49	541.256,30	480.000,00	61.256,30
2612	Empreiteiros c/c	1.108.045,68		1.108.045,68	5.118.593,24		5.118.593,24	1.001.969,93		1.001.969,93
2613	Fornecedores Imobilizado por Locação Financeira	3.469.750,50	3.469.750,50	0,00	4.351.781,39	4.351.781,39	0,00	4.366.322,36	4.366.322,36	0,00
2614	Factoring-Form. De Imobilizado e Empreiteiros c/c	1.302.114,68		1.302.114,68	3.058.533,26		3.058.533,26	150.118,81		150.118,81
2618	Forneced. Im. Fact. Recepção e Conferência	197.478,45	197.478,45	0,00	72.824,11	72.824,11	0,00	79.358,54	79.358,54	0,00
262	Pessoal	0,00		0,00	3.090,60		3.090,60	2.798,71		2.798,71
263	Sindicatos	525,38	525,38	0,00	564,94	564,94	0,00	437,49	437,49	0,00
264	Administração Autárquica	2.750,00		2.750,00	28.258,50		28.258,50	7.419,00		7.419,00
267	Consultores, Assesores e Intermediários	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
268	Devedores e Credores Diversos	3.315.272,35	3.000.134,00	315.138,35	5.794.136,50	4.148.736,55	1.645.399,95	2.866.438,10	2.609.381,03	257.057,07
SUB - TOTAL		11.219.507,58	7.926.295,25	3.293.212,33	21.509.908,42	9.719.619,19	11.790.289,23	9.819.325,12	7.989.638,21	1.829.686,91
269	Adiantamento por conta de venda bens invest.	366.742,50	366.742,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamento a fornecedores de imobilizado	0,00	53.160,00	53.160,00	0,00	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		11.586.250,08	8.346.197,75	3.346.372,33	21.509.908,42	9.772.119,19	11.842.789,23	9.819.325,12	7.989.638,21	1.829.686,91

A dívida de curto prazo, apresentada no quadro n.º 33, totaliza 1.829.686,91 euros. Se a este montante lhe deduzirmos as disponibilidades com solvabilidade a curto prazo, que incluem apenas o montante das disponibilidades em caixa, à data de 31 de Dezembro, e o montante das quantias pendentes a aguardar transferência do QREN, a dívida de curto prazo, à data de 31 de Dezembro de 2010, seria de 1.073.218,63 euros.

A diferença verificada e quantificada em 7.989.638,21 euros, materializou-se, em termos financeiros, através dos seguintes factores:

- ✓ Quantias cobradas de e para terceiros (operação de tesouraria), incluindo o IVA – Imposto sobre o valor acrescentado e outras dívidas ao Estado, no total de 690.510,43 euros;
- ✓ Facturação contabilizada em recepção e conferência, na quantia de 416.524,15 euros;
- ✓ Valor relativo à subscrição do património associativo da Associação de Transferência e Tecnologia – BIOCANT, no valor de 900.000,00 euros;

- ✓ Os encargos resultantes de vários contratos de locação financeira, no montante total de 4.366.322,36 euros, que terão impacto financeiro em exercícios futuros;
- ✓ Reconhecimento de compromissos assumidos pelo Município, devidamente reflectidos nas peças contabilísticas de 2010, no montante global de 1.093.342,25 euros, que se passam a discriminar: aquisição do edifício onde estava localizada a Joalto; última prestação devida para a aquisição da casa pertencente ao António Lima Fragoso, na Pocariça; entrega de parcelas a constituir na área de intervenção de alteração ao Plano de Pormenor da zona sul da Cidade Cantanhede; e execução das infra-estruturas urbanísticas no loteamento envolvente à capela de S. Bento, em Ançã.
- ✓ Reconhecimento do montante em dívida à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, por força do contrato de compra e venda do antigo quartel, cujo valor em dívida, à data de 31 de Dezembro de 2010, ascendia a 480.000,00 euros.
- ✓ Outras dívidas de menor importância na quantia global de 42.939,02 euros.

O impacto financeiro dos valores referidos nos últimos três itens irá apenas repercutir-se a médio e longo prazo, ou seja, só terão impacto em termos orçamentais quando os montantes actualmente reconhecidos com dívida de médio e longo prazo se transformar em dívida de curto prazo.

Em bom rigor, estes valores deveriam constar no quadro n.º 30, pois este reflecte o montante das dívidas a médio e longo prazo. Contudo, face a limitações da aplicação informática da Autarquia, a qual se encontra em desenvolvimento, tal não é possível. Assim, pelo facto de traduzirem valores não vencidos à data de 31 de Dezembro de 2010, deverão ser tidos em linha de conta na análise do endividamento municipal.

Pode-se assim concluir que, no final de 2010, o montante do endividamento a terceiros era de 9.819.325,12 euros, mas aqui é preciso ter em conta que a análise não se deve restringir apenas a esse valor, uma vez que não se encontra reflectido o passivo de longo prazo devido por empréstimos bancários devidamente contratualizados. Assim, para se obter uma perspectiva global da dívida de curto, médio e longo prazo, à data de 31 de Dezembro, deverá somar-se ao valor supra mencionado, constante nos quadros n.º 31 e n.º 33, o montante de 27.576.038,56 euros que está no quadro n.º 30. Assim, o ano de 2010 encerra com uma dívida total de 37.395.363,68 euros.

Comparando os valores da dívida total de 2010 com os valores da dívida apurada em 2009, verifica-se ter havido uma diminuição de 450.182,72 euros, valor que apesar de não ser significativo, revela o esforço efectuado para fazer um controlo apertado do serviço da dívida.

Os quadros n.º 30 e n.º 31 evidenciam a consolidação de todo o seu passivo efectuada durante o ano de 2010, transformando assim dívida de curto prazo em dívida de longo prazo. Ou seja, verifica-se um aumento da dívida de longo prazo em 12.537.100,58 euros e uma diminuição da dívida de curto prazo em 13.987.283,30 euros.

QUADRO 34
Dívida a Terceiros por Escalões

Un: (Euros)

Nº	ESCALÕES	ANO 2008		ANO 2009		ANO 2010	
		N.º de Entidades	Valor	N.º de Entidades	Valor	N.º de Entidades	Valor
1º	0 < 100	18	821,86	70	3.953,98	52	3.107,02
2º	101 < 500	43	12.525,97	95	26.326,28	38	10.109,56
3º	501 < 1.000	29	21.164,45	42	30.472,26	22	15.238,63
4º	1.001 < 5.000	59	130.227,46	114	252.536,50	36	87.231,42
5º	5.001 < 10.000	13	92.559,69	41	302.666,65	9	66.730,72
6º	10.001 < 20.000	13	184.778,71	20	280.343,71	9	133.013,87
7º	20.001 < 50.000	5	194.832,06	20	611.130,94	11	365.654,48
8º	50.001 < 100.000	7	490.244,45	14	1.041.719,53	4	308.612,85
9º	100.001 < 500.000	5	1.598.954,04	17	3.617.568,41	4	787.148,05
10º	500.001 <	1	567.103,64	6	5.623.570,97	0	0,00
TOTAL		193	3.293.212,33	439	11.790.289,23	185	1.776.846,60

O quadro n.º 34 apresenta o montante da dívida a terceiros organizada por escalões. Como se vê, em 31 de Dezembro de 2010, o Município devia 115.686,63 euros a 148 entidades, por conta de dívidas inferiores a cinco mil euros. Trata-se de dívidas que já estariam pagas se os fornecedores tivessem optado por fazer descontos de pronto pagamento, o que lhes teria dado a possibilidade de receber no prazo médio de uma semana.

A dívida restante encontra-se repartida por um universo de 37 entidades, na esmagadora maioria dos casos fornecedores e empreiteiros. Da dívida de 1.829.686,91 euros, o montante de 1.170.597,74 euros corresponde à que não estava vencida à data do fecho de contas, o que constitui um bom indicador a ter em atenção.

Nesta fase, faz sentido uma análise mais pormenorizada aos passivos financeiros de médio e longo prazo, quer pelo impacto que terão em exercícios futuros, quer por serem encargos com limitações impostas por lei e que, por isso, convém acompanhar de perto. E justifica-se ainda a análise aos níveis de endividamento líquido, no sentido de se aferir o seu grau de cumprimento face às limitações impostas pela Lei das Finanças Locais.

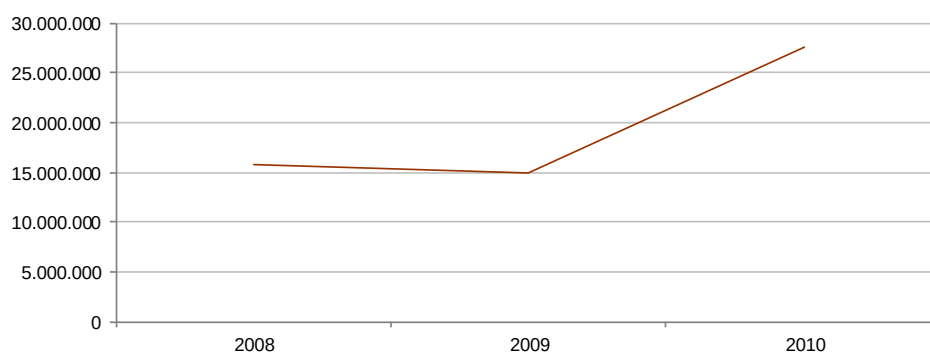
Refira-se que os níveis de endividamento que se irão apresentar não incluem os valores referentes às contas da Inova, EEM. Isto porque, tendo por base o estipulado no n.º 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, devidamente articulado com a alínea b) do n.º 2 do artigo n.º 36 da Lei das Finanças Locais, o Município optou por efectuar uma transferência pecuniária à empresa municipal para colmatar os resultados de exploração negativos obtidos no exercício do 2009. Cumprida a lei, através da necessária transferência, os montantes relacionados com o endividamento líquido e os empréstimos do sector empresarial local deixaram de contar para os limites de endividamento impostos ao Município. Os quadros que se seguem reflectem essa realidade.

QUADRO 35

MAPA DE EMPRÉSTIMOS DO MUNICÍPIO

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010
Empréstimos curto prazo:			
<i>Que conta para endividamento</i>	1.326.500,00	1.296.700,00	0,00
Empréstimos a m/l prazo:			
<i>Que contam para endividamento:</i>			
<i>Câmara Municipal</i>	9.803.832,20	9.947.077,20	23.263.399,15
<i>Que não contam para endividamento</i>			
<i>Câmara Municipal</i>	5.919.780,63	5.091.860,78	4.312.639,41
Apuramento da dívida de médio e longo prazo em 31 de Dezembro da CMC	15.723.612,83	15.038.937,98	27.576.038,56
Apuramento da dívida em 31 de Dezembro da CMC	17.050.112,83	16.335.637,98	27.576.038,56

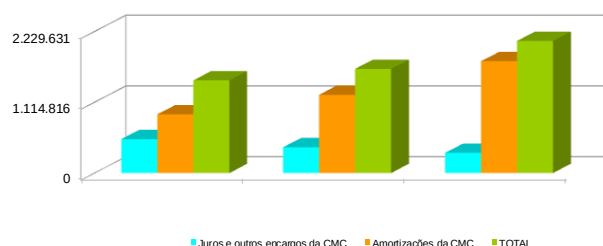


Apuramento da dívida de médio e longo prazo em 31 de Dezembro da CMC

ENCARGOS COM A DÍVIDA MUNICIPAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010
Execução Orçamental	534.440,13	406.671,35	318.515,54
Bonificações	38.910,31	0,00	0,00
Acréscimos de custos	81.489,76	17.663,34	18.168,63
Juros e outros encargos da CMC	534.440,13	406.671,35	318.515,54
Amortizações da CMC	925.826,51	1.234.674,85	1.762.899,42
TOTAL	1.460.266,64	1.641.346,20	2.081.414,96

Encargos com a Dívida Municipal



QUADRO 36

Empréstimos Bancários que não contam para o Cálculo do Endividamento

Un: (Euros)						
Entidade	Empr.	Finalidade do Empréstimo	Valor do empréstimo contratado	Valor do empréstimo efectivamente utilizado	Amortizações acumuladas até 31.12.2010	Capital Dívida 31.12.10
Credora	n.º					
CGD	0204/000019/887/0019	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	3.962.200,00	3.962.200,00	1.828.707,66	2.133.492,34
BES	353006702104	Beneficiação da Estrada EM 588 Balsas/Monte Arcado	72.018,21	72.018,21	53.712,07	18.306,14
BES	353006702406	Beneficiação da EM 583 T- Corgo Encheiro	78.591,51	65.458,87	49.859,98	15.598,89
BES	353032862903	Drenagem e Tratamento de Água de Sepins	73.323,96	73.323,96	55.841,90	17.482,06
BES	353006702201	Alargamento e Rectificação do CM Marvão/Barroco das Latas	42.819,84	42.819,84	32.615,83	10.204,01
BES	353006702805	Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Bolho	49.655,23	49.655,23	37.816,29	11.838,94
BES	353032862105	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	82.960,69	82.960,69	63.181,00	19.779,69
BES	353006702503	Alargamento e Rectificação da E 612 entre Febres e Vilamar	146.881,88	98.645,87	75.138,50	23.507,37
BES	353006702007	Alargamento e Rectificação do C1017 entre Febres e Barracão	70.358,82	70.358,82	52.474,47	17.884,35
BES	353006702309	Construção da Praia Fluvial do Olhos da Fervença - Piscina Natural	110.432,13	110.432,13	84.116,08	26.316,05
BES	353006702600	Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal de Cantanhede	463.706,14	463.706,14	353.204,55	110.501,59
BES	353032862806	Arranjos Urbanísticos na P Tocha 2ª Fase	55.029,09	55.029,09	41.908,92	13.120,17
BES	353032872003	Arranjos Urbanísticos na P Tocha 1ª Fase	83.905,00	83.242,15	58.660,49	24.581,66
BES	353032862709	Revitalização Urbana da zona PPU de Cantanhede	44.988,61	44.021,35	33.523,27	10.498,08
BES	353032862407	Circular Urbana de Cantanhede	41.469,59	41.469,59	31.582,31	9.887,28
BES	353032862202	Drenagem de Águas Residuais d Zambujal e Fornos	100.408,02	100.408,02	76.468,47	23.939,55
BES	353032862318	EM Olhos da Fervença / Escoural CM Criação/Olhos da Frevença	155.821,64	155.821,64	118.670,26	37.151,38
BES	353006702708	Abastecimento de Água Drenagem de Águas Residuais Franciscas, Tarelhos e Lirios	76.412,06	76.412,06	58.193,69	18.218,37
BES	353032862008	Drenagem de Águas Residuais de Cordinhã	90.087,95	90.087,95	68.608,99	21.478,96
BES	353006702902	Drenagem de Águas Residuais de Ourentã	108.288,52	107.454,70	80.127,14	27.327,56
BES	353032872100	Drenagem de Águas Residuais de Outil	99.660,12	99.660,12	75.898,91	23.761,21
BES	353032862504	Beneficiação da Estrada Corticeiro de Cima / EN 234	132.143,46	127.729,77	95.245,88	32.483,89
CGD	0204/000017/187/0019	Prejuízo resultantes das intempéries 2000/2001 em infra-estruturas municipais, ao abrigo do DL n.º 38 C/2001, de 8/2	835.404,73	835.404,73	782.337,06	53.067,67
BTA	0003.01613784096	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	271.870,00	270.566,00	93.007,09	177.558,91
BPI	1608603830001	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	1.734.930,00	1.734.930,00	300.276,71	1.434.653,29
Total Empréstimos que não contam para endividamento			8.983.367,20	8.913.816,93	4.601.177,52	4.312.639,41

Empréstimos Bancários que contam para o Cálculo do Endividamento

Entidade	Empr.					
Credora	n.º	Finalidade do Empréstimo	Valor do empréstimo contratado	Valor do empréstimo efectivamente utilizado	Amortizações acumuladas até 31.12.2010	Capital Dívida 31.12.10
Empréstimo de Curto Prazo						
BTA	315.701.814.097	P/ocorrer a dificuldades de tesouraria	1.296.700,00	1.296.700,00	1.296.700,00	0,00
Empréstimo de Médio e Longo Prazo						
CGD	9140/000125/887/0019	P/ Obras diversas	939.162,00	939.162,00	528.278,59	410.883,41
BTA	0003.01058196096	P/ Investimentos em diversas obras	1.026.558,00	1.026.558,00	417.039,22	609.518,78
BTA	0003.03325874096	P/ investimentos diversos	7.500.000,00	7.500.000,00	576.923,04	6.923.076,96
BTA	0003.04253618096	Programa Pagar a Tempo e Horas	805.200,00	805.200,00	322.080,00	483.120,00
Estado		Programa Pagar a Tempo e Horas	536.800,00	536.800,00	0,00	536.800,00
CGD	9015006668591	Saneamento Financeiro	8.000.000,00	7.150.000,00	0,00	7.150.000,00
BPI	1608603830002	Saneamento Financeiro	8.000.000,00	7.150.000,00	0,00	7.150.000,00
Total Empréstimos da CMC que contam p/ Cálculo Endividamento			28.104.420,00	26.404.420,00	3.141.020,85	23.263.399,15
Total dos Empréstimos da CMC			37.087.787,20	35.318.236,93	7.742.198,37	27.576.038,56

QUADRO 37
CÁLCULO DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO

	2009	Taxa utilização	2010	Taxa utilização
Total de Impostos Municipais (Receita Líquida obtida ano anterior)	4.255.137,69		4.227.795,35	
Derrama	0,00		0,00	
Participação nos resultados das entidades do SEL	0,00		0,00	
FEF+IRS (Valores do Mapa XIX anexo ao OE do respectivo ano)	9.100.418,00		9.585.308,00	
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (A)	13.355.555,69		13.813.103,35	
Limite ao Endividamento de Curto Prazo (A*10%)	1.335.555,57		1.381.310,34	
Empréstimos que contam para o cálculo do endividamento CMC	1.296.700,00		0,00	
Empréstimos que contam para o cálculo do endividamento CMC e Inova	1.446.700,00	108,32	0,00	
Margem	-111.144,43		1.381.310,34	
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo (A*100%)	13.355.555,69		13.813.103,35	
Empréstimos que contam para o cálculo do endividamento CMC	11.243.777,20	84,19	23.263.399,15	168,42
Empréstimos que contam para o cálculo do endividamento CMC e Inova	14.787.394,86	110,72	0,00	
Margem	-1.431.839,17		-9.450.295,80	
Limite ao Endividamento Líquido (A*125%)	16.694.444,61		17.266.379,19	
Endividamento Líquido CMC	17.273.280,57	103,47	15.664.198,01	90,72
Endividamento Líquido CMC e INOVA	22.297.676,49	133,56	0,00	
Margem	-5.603.231,88		1.602.181,18	

* De acordo com o cálculo efectuado pela Direcção-Geral das Autarquias Locais

O quadro n.º 36 discrimina todos os empréstimos de longo prazo contratualizados junto de várias instituições financeiras, estando separados os que contam para os limites de endividamento dos que não são tidos em conta para esse efeito. Da leitura do quadro n.º 37 resulta que o Município ultrapassou o limite imposto por lei, mas, por força da aprovação do plano de saneamento financeiro, passa a estar sujeito a outro tipo de obrigações. De acordo com o n.º 3 do artigo n.º 39 da LFL, fica obrigado a reduzir em cada ano subsequente 10% do montante que excede o seu limite de empréstimos, até que aquele limite seja cumprido. Significa isto dizer que do excesso verificado e quantificado em 9.450.295,80 euros, a autarquia terá que reduzir 945.029,58 euros em 2011. Tendo em conta as amortizações realizadas em 2010, que totalizaram a quantia de 1.762.899,42 euros, é de crer que tal imposição não será difícil de cumprir.

No concernente aos níveis de endividamento líquido obtidos pelo Município, apresentados no quadro n.º 37, o ano de 2010 encerra num cenário completamente diferente do de 2009. Efectivamente passa de um “excesso” de endividamento, quantificado em 5.911.274,96,00 euros, para uma margem “disponível” de 1.602.181,18 euros. Trata-se, sem dúvida, de uma inversão espantosa, conseguida em apenas um ano! É que, à luz do plano de saneamento financeiro em vigor, poder-se-ia ter diminuído apenas 10% ao excesso verificado sem que isso representasse um incumprimento.

O quadro que se segue demonstra a fórmula de cálculo efectuada para obtenção do endividamento líquido da autarquia devidamente reportado à data de 31 de Dezembro de 2010.

QUADRO 38
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

		Un. Euros					
DESCRIÇÃO		ACTIVO	PASSIVO	ACTIVO	PASSIVO	VARIAÇÃO ACTIVO	VARIAÇÃO PASSIVO
CONTA	DESIGNAÇÃO	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-10	31-Dez-10		
11000	Caixa	1.613,12		2.715,83		1.102,71	
12000	Depósitos em Instituições Financeiras	836.342,13		785.605,36		-50.736,77	
15900	Títulos Negociáveis						
21100	Clientes c/c	96.112,96		44.341,66		-51.771,30	
21200	Contribuintes c/c	368,81		680,14		311,33	
21300	Utentes c/c			22.933,62			22.933,62
21700	Clientes e utentes c/c		11.754,69		10.650,69		-1.104,00
21800	Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa	10.442,05		26.214,51		15.772,46	
22100	Fornecedores c/c		1.695.246,19		296.226,78		-1.399.019,41
22800	Fornecedores-Facturas em recepc. e conferência		428.653,79		337.165,61		-91.488,18
23111	Empréstimo bancários curto prazo		1.296.700,00		0,00		
23121	Empréstimo bancários médio e longo prazo		15.038.937,98		27.576.038,56		12.537.100,58
24000	Estado e outros entes públicos		153.303,72		159.162,80		5.859,08
26110	Fornecedores de imobilizado c/c		13.394.899,49		6.139.025,94		-7.255.873,55
26190	Adiantamento a fornecedores de imobilizado						
26200	Pessoal		3.090,60		2.798,71		-291,89
26300	Sindicatos		564,94		437,49		-127,45
26460	Freguesias		28.258,50		7.419,00		-20.839,50
26700	Consultores, assessores e intermed.		0,00		0,00		
26800	Devedores e credores diversos		4.530.286,64		1.902.751,07		-2.627.535,57
26900	Adiantamentos por conta de vendas						
27110	Juros a receber	562,40		648,79		86,39	
27190	Outros acréscimos de proveitos	383.104,20		4.358.514,18		3.975.409,98	
27290	Outros custos diferidos	68.269,08		68.055,48		-213,60	
27310	Seguros a liquidar				3.805,85		3.805,85
27320	Remunerações a liquidar		681.828,31		675.931,66		-5.896,65
27330	Juros a liquidar		19.702,49		22.217,48		2.514,99
27390	Outros acréscimos de custos		356.766,48		330.881,85		-25.884,63
2741	Rendas recebidas				895,65		
2742	Bens e serviços a fornecer no ano seguinte				31,62		
2746	Vendas de bens futuros - Permutas				1.084.857,50		
41100	Partes de capital	13.878.037,72		13.263.751,27		-614.286,45	
TOTAL		15.274.852,47	37.639.993,82	18.573.460,84	38.550.298,26	3.298.608,37	910.304,44
EXCEPÇÕES AO ENDIVIDAMENTO		5.091.860,78		4.312.639,41		-779.221,37	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		17.273.280,57		15.664.198,01		-1.609.082,56	
Limite do Endividamento Líquido				17.266.379,19			
% da Capacidade de Endividamento Líquido Utilizada				90,72%			

4.4 – Prazo Médio de Pagamentos (PMP) para 2010

Em 2008, o Município aderiu ao “Programa Pagar a Tempo e Horas”, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34, de 22 de Fevereiro. O principal objectivo da iniciativa é a redução dos prazos de pagamento praticados por entidades públicas. Para isso foram fixadas metas de prazos médios de pagamentos, cujo cumprimento ou incumprimento estão associados a incentivos ou sanções. Neste âmbito, a autarquia contratualizou, na sequência de uma candidatura, um empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 1.342.000,00 euros, financiado maioritariamente por uma instituição financeira (60%) e minoritariamente pelo Estado (40%), através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças. Beneficiou por isso de condições especiais de financiamento, abaixo das do mercado.

A fórmula para calcular o prazo médio de pagamento está definida no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, que veio adaptar o antigo modo de cálculo do indicador de PMP, previsto no n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro. Nestes termos, de acordo com a fórmula abaixo indicada, o prazo médio de pagamento praticado pelo Município de Cantanhede em 2010 situou-se nos 102 dias.

$$PMP = (\Sigma tt-3 (DF/4) / (\Sigma tt-3 A)) * 365 \quad PM = 102 \text{ Dias}$$

- ✓ (DF) corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores no final de um trimestre;
- ✓ (A) corresponde às aquisições de bens e serviços efectuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

4.5. – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano de 2010

Abre-se agora novo capítulo para uma análise aos investimentos realizados em 2010. Os valores que se seguem, constantes do quadro n.º 39, representam então as despesas de capital organizadas pela sua natureza de despesa nas suas diferentes fases de execução (compromisso, realizado e pago).

Seguir-se-ão outros quadros, com a relação das verbas gastas numa perspectiva global, ou seja, analisada à luz das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Actividade mais Relevantes), documento que, recorde-se, está na origem de toda a estrutura do Orçamento Municipal.

QUADRO 39

Estrutura e Execução do Investimento do Município

DOMÍNIOS	Orçamento Corrigido		Compromisso		Taxa de Execução		Realizado		Taxa de Execução		Pago		Desvio	Taxa de
	VALOR	%	VALOR	%	Compromisso		VALOR	%	Realizado		VALOR	%	VALOR	Execução
													Orçamento	Pago
	A		B		B/A		C		C/A		D		C-A	D/A
Terrenos e recursos naturais	401.263,00	1,70%	361.587,74	2,00%	90,11%		326.429,11	2,101%	81,35%		325.540,11	2,30%	-74.833,89	81,13%
Edifícios e outras construções														
Habituação	3,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%		0,00	0,000%	0,00%		0,00	0,00%	-3,00	0,00%
Edifícios	7.353.242,00	31,06%	5.596.909,20	30,89%	76,11%		4.613.435,49	29,696%	62,74%		3.849.258,42	27,14%	-2.739.806,51	52,35%
Construções Diversas	2.818.597,00	11,91%	2.511.916,89	13,86%	89,12%		2.327.190,66	14,980%	82,57%		2.174.994,78	15,34%	-491.406,34	77,17%
Material de Transporte	10.161,00	0,04%	7.716,69	0,04%	75,94%		0,00	0,000%	0,00%		0,00	0,00%	-10.161,00	0,00%
Equipamento de Informática	156.287,00	0,66%	40.306,72	0,22%	25,79%		40.306,72	0,259%	25,79%		39.122,86	0,28%	-115.980,28	25,03%
Software informático	157.546,00	0,67%	98.992,88	0,55%	62,83%		95.912,88	0,617%	60,88%		95.912,88	0,68%	-61.633,12	60,88%
Equipamento Administrativo	342.330,00	1,45%	207.925,13	1,15%	60,74%		207.446,67	1,335%	60,60%		207.051,45	1,46%	-134.883,33	60,48%
Equipamento Básico	633.082,00	2,67%	292.308,03	1,61%	46,17%		229.550,24	1,48%	36,26%		208.590,01	1,47%	-403.531,76	32,95%
Ferramentas e utensílios	5.206,00	0,02%	2.642,41	0,01%	50,76%		2.642,41	0,017%	50,76%		2.642,41	0,02%	-2.563,59	50,76%
Artigos e objectos de valor	35.500,00	0,15%	2.500,00	0,01%	7,04%		2.500,00	0,016%	7,04%		2.500,00	0,02%	-33.000,00	7,04%
Investimentos Incorpóreos	500,00	0,00%	120,00	0,00%	24,00%		120,00	0,000%	24,00%		120,00	0,00%	-380,00	24,00%
Outros investimentos	194.955,00	0,82%	130.043,17	0,72%	66,70%		53.172,43	0,342%	27,27%		53.172,43	0,37%	-141.782,57	27,27%
Locação Financeira	451.042,00	1,91%	122.342,81	0,68%	27,12%		122.342,81	0,787%	27,12%		122.342,81	0,863%	-328.699,19	27,12%
Bens de Domínio público														
Terrenos e recursos naturais	389.257,00	1,64%	344.918,05	1,90%	88,61%		137.174,86	0,883%	35,24%		126.987,68	0,895%	-252.082,14	32,62%
Outras construções e infraestruturas	10.723.866,00	45,30%	8.397.413,82	46,35%	78,31%		7.377.387,87	47,487%	68,79%		6.974.213,24	49,175%	-3.346.478,13	65,03%
TOTAL GERAL	23.672.837,00	100,00%	18.117.643,54	100,00%	76,53%		15.535.612,15	100,00%	65,63%		14.182.449,08	100,00%	-8.137.224,85	59,91%

O quadro n.º 39 mostra os níveis efectivos de execução apurados no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) Nele se pode ver que, dos 76,53% compromissos assumidos pela autarquia, se atingiu uma taxa de execução do investimento pago na ordem dos 60%.

Numa análise mais pormenorizada aos investimentos realizados em cada uma das rubricas, verifica-se que houve uma concentração substancial na classificação designada por “edifícios”, seguindo-se a rubrica de “construções diversas”. Os montantes envolvidos só nos investimentos destas duas rubricas ascendem a 6.024.253,20 euros, o que, em termos relativos, representa 42,48% do investimento total pago.

QUADRO 40
RELAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO AO LONGO DOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Un: Euros

OBJECTIVOS		Ano 2008				Ano 2009				Ano 2010			
		Investimentos realizados em 2008	%	Investimentos pagos em 2008	%	Investimentos realizados em 2009	%	Investimentos pagos em 2009	%	Investimentos realizados em 2010	%	Investimentos pagos em 2010	%
Funções Gerais	Administração Geral	1.662.987,34	9,7	1.520.620,28	10,9	1.510.522,73	7,4	831.457,88	9,1	1.448.275,46	6,7	1.322.789,10	6,5
	Proteção civil e luta contra incêndios	89.100,00	0,5	89.100,00	0,6	52.344,81	0,3	32.372,30	0,4	89.963,53	0,4	85.466,03	0,9
	Ensino não superior	2.035.876,41	11,9	1.956.568,81	14,0	2.859.589,97	14,1	1.977.448,06	21,6	4.248.847,91	19,6	3.779.220,12	41,3
	Serviços Individuais de Saúde*	30.112,90	0,2	30.112,90	0,2	28.034,00	0,1	28.034,00	0,3	35.806,36	0,2	35.806,36	0,4
	Ação Social	391.706,32	2,3	375.255,48	2,7	286.281,83	1,4	203.366,13	2,2	115.665,07	0,5	113.165,07	1,2
Funções Sociais	Habituação	587.635,00	3,4	537.718,37	3,8	305.263,62	1,5	244.370,53	2,7	360.587,19	1,7	305.717,62	3,3
	Ordenamento do Território	1.479.511,42	8,7	1.255.590,55	9,0	2.312.850,96	11,4	534.823,91	5,8	2.060.440,11	9,5	1.963.741,82	21,5
	Saneamento	43.396,46	0,3	33.389,04	0,2	10.007,42	0,0	0,00	0,0	10.007,42	0,0	0,00	0,0
	Abastecimento de Água	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
	Prot. Meio Ambiente e Conservação da natureza	219.828,86	1,3	158.685,88	1,1	132.272,16	0,7	72.901,89	0,8	95.715,07	0,4	91.327,36	1,0
	Cultura	546.430,11	3,2	463.622,60	3,3	528.636,40	2,6	353.900,99	3,9	534.324,56	2,5	441.993,58	4,8
	Desporto Recreio e Lazer	1.661.061,52	9,7	938.182,07	6,7	2.215.952,97	10,9	1.371.660,62	15,0	1.325.025,67	6,1	1.155.546,49	12,6
	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	0,00	0,0	0,00	0,0	21.500,00	0,1	11.500,00	0,1	10.720,00	0,0	10.720,00	0,1
Funções Económicas	Agricultura, Pecuária, Siv., Caça e Pesca	93.941,11	0,55	93.941,11	0,7	2.456,11	0,0	2.456,11	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
	Indústria e Energia	1.432.379,62	8,4	1.405.999,26	10,0	1.794.960,38	8,9	1.023.991,48	11,2	3.738.974,74	17,2	3.712.408,11	40,6
	Transportes Rodoviários	5.882.167,70	34,4	4.303.068,92	30,7	6.696.889,74	33,0	1.704.939,98	18,6	6.143.440,65	28,3	5.747.091,64	62,8
	Mercados e Feiras	200.519,24	1,2	146.646,15	1,0	820.868,16	4,0	62.989,90	0,7	812.141,98	3,7	800.714,41	8,8
	Turismo	5.014,11	0,0	2.939,82	0,0	2.206,14	0,0	2.206,14	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
	Outras Funções Económicas	29.040,00	0,2	29.040,00	0,2	0,00	0,0	0,00	0,0	6.958,85	0,0	6.958,85	0,1
Outras Funções	Transferências entre administrações	687.527,39	4,0	685.277,39	4,9	700.934,10	3,5	689.128,60	7,5	679.182,50	3,1	678.432,50	7,4
	Diversas não Especificadas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	120,00	0,0	120,00	0,0
TOTAL		17.078.235,51	100,0	14.025.758,63	100,0	20.281.571,50	100,0	9.147.548,52	100,0	21.716.197,07	100,0	20.251.219,06	100,0

O quadro n.º 40 demonstra a evolução da Grandes Opções do Plano ao longo dos três últimos exercícios. Da sua análise conclui-se que os níveis de investimentos realizados em cada um desses anos têm sofrido uma tendência crescente, tendo atingido em 2010 um limite máximo de 21.716.197,07 euros, enquanto em 2008 se situou nos 17.078.235,51 euros. No que respeita aos níveis de pagamentos concretizados, o ano de 2010 é seguramente marcante, ao encerrar com 20.251.219,06 euros pagos.

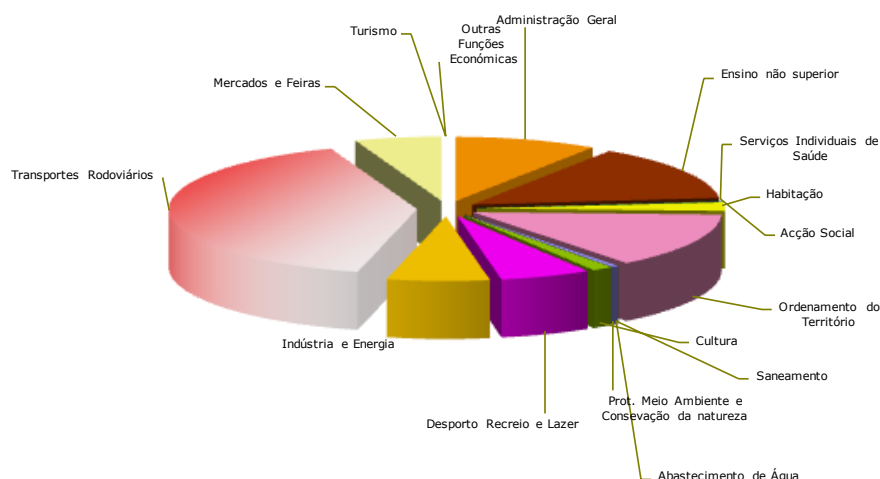
Os quadros n.º 41 e n.º 42 referem os valores pagos no ano sujeito a apreciação, repartidos por montantes gastos no “PPI – Plano Plurianual de Investimentos” e nas “AMR – Actividades Mais Relevantes”.

QUADRO 41
RELAÇÃO DAS VERBAS DE INVESTIMENTO
DESPENDIDAS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Un. (Euros)

OBJECTIVOS		VALOR	%
Funções Gerais	Administração Geral	1.322.789,10	9,3
	Ensino não superior	1.986.475,08	14,0
	Serviços Individuais de Saúde	0,00	0,0
	Ação Social	14.880,00	0,1
Funções Sociais	Habituação	305.717,62	2,2
	Ordenamento do Território	1.963.741,82	13,8
	Saneamento	0,00	0,0
	Abastecimento de Água	0,00	0,0
	Prot. Meio Ambiente e Conservação da natureza	60.227,36	0,4
	Cultura	192.835,11	1,4
	Desporto Recreio e Lazer	841.428,08	5,9
Funções Económicas	Indústria e Energia	946.428,86	6,7
	Transportes Rodoviários	5.747.091,64	40,5
	Mercados e Feiras	800.714,41	5,6
	Turismo	0,00	0,0
Outras Funções		120,00	0,0
TOTAL		14.182.449,08	100,0

Distribuição das Verbas de Investimento Despendidas por Plano Plurianual de Investimentos



A execução do PPI – Plano Plurianual de Investimentos demonstra, por funções, a forma como se concretizou o aumento de capital fixo da autarquia, reflectindo assim as funções em que o Município concentrou efectivamente os seus recursos. De seguida apresenta-se, de forma resumida, o que de maior relevo houver para relatar a esse nível.

Funções Económicas

Nesta função, continua a merecer destaque a rubrica “Transportes Rodoviários”, onde se concretizaram pagamentos em investimentos de 5.702.514,85 euros para a requalificação da rede viária, arruamentos, passeios e obras complementares no Concelho, com destaque para a ER 335-1: Via Regional Cantanhede (IC1) / Tocha.

Merece ainda referência destacada a verba de 800.714,41 euros despendida em infra-estruturas de mercados e feiras, sendo de salientar aqui os investimentos realizados no Mercado de Febres e no recinto da Feira da Tocha.

Funções Sociais

Neste âmbito, as áreas que mais se destacaram em 2010 foram sensivelmente as mesmas de 2009, designadamente as seguintes:

- No ensino não superior, a construção do novo Centro Educativo de Ançã, com um montante gasto de 1.482.086,73 euros;
- No Ordenamento do Território, as verbas despendidos na construção do Parque Urbano de São Mateus, na Requalificação Urbana do Quintal da Fonte de Ançã, bem como em diversas obras de requalificação urbana um pouco por todo o Concelho. Só a este nível os investimentos pagos foram da ordem de 1,8 milhões euros;

- No Desporto, Recreio e Lazer, os 841.428,08 euros aplicados nesta função centralizaram-se sobretudo nos investimentos relativos ao Parque Desportivo de Cantanhede, Construção e Beneficiação dos Campos de Ténis e execução das infra-estruturas da Academia Municipal de Golfe.

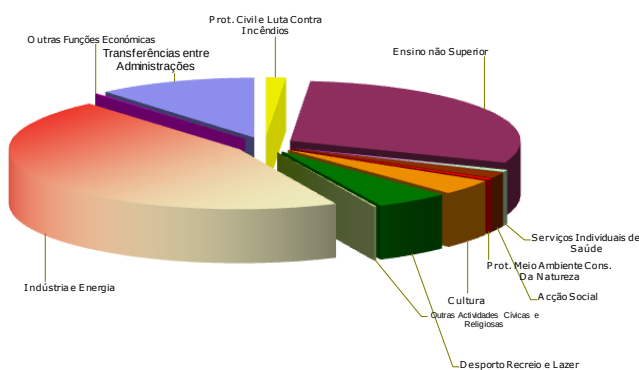
Funções Gerais

As funções gerais têm vindo a ter particular relevância na estrutura dos investimentos realizados pela autarquia, com especial incidência nos últimos dois exercícios, sobretudo devido à reabilitação do edifício dos Paços do Concelho que está a ser realizada. Só nesta obra foram despendidos 650.079,07 euros. Os valores restantes repartem-se por despesas relacionadas com a qualificação de instalações e modernização tecnológica e apetrechamento dos diferentes serviços municipais ou com a aquisição de equipamento informático, básico e administrativo para valorização das condições dos estabelecimentos de ensino.

QUADRO 42
Relação das Verbas
Despendidas por Actividades Mais Relevantes

			Un. (Euros)
	OBJECTIVOS	VALOR	%
Funções Gerais	Prot. Civil e Luta Contra Incêndios	85.466,03	1,4
	Ensino não Superior	1.792.745,04	29,5
Funções Sociais	Serviços Individuais de Saúde	35.806,36	0,6
	Acção Social	98.285,07	1,6
Funções Económicas	Prot. Meio Ambiente Cons. Da Natureza	31.100,00	0,5
	Cultura	249.158,47	4,1
	Desporto Recreio e Lazer	314.118,41	5,2
	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	10.720,00	0,2
Outras Funções	Indústria e Energia	2.765.979,25	45,6
	Outras Funções Económicas	6.958,85	0,1
Outras Funções	Transferências entre Administrações	678.432,50	11,2
TOTAL		6.068.769,98	100,0

Distribuição das Verbas de Investimento Despendidas com as Actividades mais Relevantes



O quadro n.º 42 apresenta os montantes pagos com as Actividades Mais Relevantes. A este nível tem algum significado o montante referente à “Indústria e Energia”, enquadrada nas Funções Económicas, que registou gastos da ordem de 2.765.979,25 euros. Nesta rubrica e à semelhança do que aconteceu em 2009, as rubricas com maior expressão foram:

- A transferência efectuada de 1,2 milhões de euros para reforço do património associativo do BIOCANT, de forma a suportar os encargos com a construção do BIOCANT PME'S, inaugurado em Fevereiro de 2010, pelo Primeiro-ministro;

- Os pagamentos efectuados com a rubrica de “Energia Consumida na Iluminação Pública”, cujo valor ascendeu a 748.373,88 euros;

- As transferências anuais efectuadas à INOVA-EEM, que totalizaram 814.605,11 euros.

Nas funções sociais, é de salientar a rubrica de ensino não superior, com um valor global gasto de 1.792.745,04 euros. Aqui têm especial significado as rubricas de transportes escolares, com um montante pago de 600.667,28 euros, o fornecimento de refeições aos alunos do 1.º CEB e ao pré-escolar, com um valor pago de 762.289,55 euros, e o Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular, cujos custos totalizaram 318.702,84 euros.

Em Outras Funções aparecem reflectidas as transferências efectuadas às dezanove Juntas de Freguesia do Concelho, num total de 620.032,49 euros, que foram repartidos nos termos constantes nos quadros que se seguem.

QUADRO 43

TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

Un.(Euros)			
JUNTAS DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	TOTAL
ANÇÃ	22.258,24	37.306,69	59.564,93
BOLHO	1.355,69	45.575,00	46.930,69
CADIMA	8.387,81	52.911,89	61.299,70
CAMARNEIRA	7.516,69	31.321,05	38.837,74
CANTANHEDE	1.692,42	43.383,53	45.075,95
CORDINHÃ	8.700,49	35.101,56	43.802,05
CORTICEIRO DE CIMA	1.871,30	19.567,75	21.439,05
COVÕES	1.343,92	65.835,05	67.178,97
FEBRES	2.076,23	48.702,76	50.778,99
MURTEDE	278,50	25.676,09	25.954,59
OURENTÃ	4.928,83	28.129,39	33.058,22
OUTIL	8.854,04	19.424,13	28.278,17
POCARIÇA	7.078,94	20.664,21	27.743,15
PORTUNHOS	6.576,00	19.752,19	26.328,19
SANGUINHEIRA	5.131,53	36.646,91	41.778,44
SÃO CAETANO	1.792,64	21.154,19	22.946,83
SEPINS	8.748,72	23.072,97	31.821,69
TOCHA	15.435,84	53.802,94	69.238,78
VILAMAR	733,64	25.162,77	25.896,41
TOTAL GERAL	114.761,47	653.191,07	767.952,54

QUADRO 44
DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFECTUADAOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2010

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES												
JUNTAS DE FREGUESIA	CORRENTES											Total
	0405010201 Actualização Recens. / Eleições	0405010204 Acordo de Coop. Lei 5/97 (a)	0405010205 Subs. Portarias 29-A/98 e 50/98 (b)	0405010206 Outras	0405010207 Cursos de Educação Extra- Escolar	0405010208 Encargos com Postos de Enfermagem	0405010209 J. Freguesia- Projecto de dinamização cultural	0405010211 Trsf.p/ Gestão Posto de Turismo	0405010212 J. Freguesia- Trsf p/ Eventos Culturais	0405010215 J. Freguesia- Trsf p/ Eventos Desportivos	0405010216 J. Freguesia- Trsf Âmbito protecção da Floresta	
ANÇÃ	339,02			3.750,00	2.200,00		2.500,00	9.719,22	3.750,00			22.258,24
BOLHO	255,69				1.100,00							1.355,69
CADIMA	387,81			4.850,00	1.650,00				1.500,00			8.387,81
CAMARNEIRA	252,07				550,00	6.714,62						7.516,69
CANTANHEDE	592,42				1.100,00							1.692,42
CORDINHÃ	264,89					4.935,60			3.000,00	500,00		8.700,49
CORTICEIRO DE CIMA	237,30			1.134,00						500,00		1.871,30
COVÕES	343,92								1.000,00			1.343,92
FEBRES	426,23				1.650,00							2.076,23
MURTEDE	278,50											278,50
OURENTÃ	275,55				1.100,00	3.553,28						4.928,83
OUTIL	238,42				550,00	7.315,62			750,00			8.854,04
POCARIÇA	266,04			552,00		6.260,90						7.078,94
PORTUNHOS	264,16	1.764,00			550,00	3.997,84						6.576,00
SANGUINHEIRA	303,03			1.300,00		3.028,50				500,00		5.131,53
SÃO CAETANO	242,64				550,00				1.000,00			1.792,64
SEPINS	268,72	1.148,00	5.132,00		2.200,00							8.748,72
TOCHA	435,84										15.000,00	15.435,84
VILAMAR	233,64								500,00			733,64
SUB-TOTAL	5.905,89	2.912,00	5.132,00	11.586,00	13.200,00	35.806,36	2.500,00	9.719,22	11.500,00	1.500,00	15.000,00	114.761,47

QUADRO 45
DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFECTUADAOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2010

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL						
JUNTAS DE FREGUESIA	0805010201 Protocolo Anual p/Obras e Melhoramentos	0805010203 Outras Obras/ Melhoramentos- Edif.e Outras Construções	0805010204 Outras Obras/ Melhoramentos- Requalificação Urbana	0805010205 Obras e Melhoramentos Freguesias - Outros	0805010206 Trsf. J.F. Aq./Ben. Edific. p/ Fins Culturais e recreativos	TOTAL
ANÇÃ	32.122,20	2.000,00	2.038,59	1.145,90		37.306,69
BOLHO	20.575,00	25.000,00				45.575,00
CADIMA	40.911,89	12.000,00				52.911,89
CAMARNEIRA	22.082,08		9.238,97			31.321,05
CANTANHEDE	43.383,53					43.383,53
CORDINHÃ	22.191,96			2.909,60	10.000,00	35.101,56
CORTICEIRO DE CIMA	19.567,75					19.567,75
COVÕES	42.401,47			1.155,00	22.278,58	65.835,05
FEBRES	48.702,76					48.702,76
MURTEDE	25.676,09					25.676,09
OURENTÃ	23.129,39		5.000,00			28.129,39
OUTIL	19.424,13					19.424,13
POCARIÇA	20.664,21					20.664,21
PORTUNHOS	19.752,19					19.752,19
SANGUINHEIRA	36.646,91					36.646,91
SÃO CAETANO	21.154,19					21.154,19
SEPINS	22.072,97				1.000,00	23.072,97
TOCHA	53.802,94					53.802,94
VILAMAR	20.162,77		5.000,00			25.162,77
SUB-TOTAL	554.424,43	39.000,00	21.277,56	5.210,50	33.278,58	653.191,07

QUADRO 46

Protocolo Anual com as Juntas de Freguesia

Un: (Euros)

Designação	Valor do Protocolo em Numerário	Valor do Protocolo de Materiais	Valor dos Materiais efectivamente pagos
Junta de Freguesia de Ançã	27.266,66	4.855,54	4.855,54
Junta de Freguesia do Bolho	17.464,92	3.110,08	3.110,08
Junta de Freguesia de Cadima	34.727,71	6.184,18	6.184,18
Junta de Freguesia da Camarneira	18.744,19	3.337,89	3.337,89
Junta de Freguesia de Cantanhede	36.825,74	6.557,79	6.557,79
Junta de Freguesia de Cordinhã	18.837,46	3.354,50	3.354,50
Junta de Freguesia do Corticeiro de Cima	16.609,92	2.957,83	2.957,83
Junta de Freguesia dos Covões	35.992,13	6.409,34	6.409,34
Junta de Freguesia de Febres	41.340,93	7.361,83	7.361,83
Junta de Freguesia de Murte de	21.794,93	3.881,16	3.881,16
Junta de Freguesia de Ourentã	19.633,19	3.496,20	3.496,20
Junta de Freguesia de Outil	16.488,01	2.936,12	2.936,12
Junta de Freguesia da Pocariça	17.540,64	3.123,57	3.123,57
Junta de Freguesia de Portunhos	16.766,48	2.985,71	2.985,71
Junta de Freguesia da Sanguinheira	32.491,37	5.785,94	4.155,54
Junta de Freguesia de São Caetano	17.956,56	3.197,63	3.197,63
Junta de Freguesia de Sepins	18.736,45	3.336,52	3.336,52
Junta de Freguesia da Tocha	45.670,17	8.132,77	8.132,77
Junta de Freguesia de Vilamar	17.115,00	3.047,77	3.047,77
TOTAL	472.002,46	84.052,37	82.421,97

V – Situação Económico-Financeira

Fazendo incidir agora a análise numa vertente económico-financeira, serão apresentados os resultados alcançados a este nível bem como será feita uma avaliação da situação patrimonial e financeira, com reporte à data do encerramento das contas.

Para melhor compreensão a tudo o que de seguida se passará a relatar, sugere-se que a análise seja efectuada em articulação com as demonstrações financeiras e respectivas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

Todas as peças constantes do presente documento foram elaboradas nos termos preconizados pelo Plano Oficial das Autarquias Locais – POCAL, permitindo assim obter um conhecimento integral e exacto da composição do património, direitos e obrigações da autarquia.

5.1 – Análise do Balanço

O balanço, enquanto documento contabilístico de base financeira, expressa a situação patrimonial de uma entidade, normalmente elaborado e reportado à data do encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil.

No caso vertente, a análise do balanço será efectuada através de vários quadros que apresentam separadamente as três massas patrimoniais do balanço. Estas como base o balanço sintético do Município.

QUADRO 47

BALANÇO

(Un: euros)				
DESCRIÇÃO	2010	2010	2010	2009
	AB	VALOR AP	AL	VALOR AL
Activo				
Imobilizado				
Bens de domínio público	80.612.238,71	26.674.458,94	53.937.779,77	49.588.349,88
Imobilizações Incorpóreas	46.650,00	1.266,54	45.383,46	1.050,00
Imobilizações Corpóreas	61.651.726,09	12.048.108,58	49.603.617,51	47.854.643,11
Investimentos Financeiros	13.263.751,27	0,00	13.263.751,27	13.878.037,72
Existências	1.401.411,64	0,00	1.401.411,64	1.393.397,69
Dívidas de terceiros- médio e longo prazo	1.057.856,96	26.214,51	1.031.642,45	1.360.331,63
Dívidas de terceiros-curto prazo		0,00	0,00	
Titulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa	788.321,19	0,00	788.321,19	837.955,25
Acréscimos e Diferimentos	4.427.218,45	0,00	4.427.218,45	451.935,68
Total do Activo	163.249.174,31	38.750.048,57	124.499.125,74	115.365.700,96
Fundos Próprios				
Património			48.358.693,11	41.685.814,30
Ajustamentos em partes de capital			0,00	0,00
Reservas			21.337.311,51	21.046.901,83
Subsídios			4.809,53	0,00
Resultados Transitados			-3.612.759,07	-1.253.738,49
Resultado líquido do exercício			3.415.346,88	-2.359.020,58
Total Fundos Próprios	0,00	0,00	69.503.401,96	59.119.957,06
Passivo				
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo			30.549.910,04	21.115.807,63
Dívidas a terceiros - curto prazo			6.845.453,64	16.729.738,77
Acréscimos e Diferimentos			17.600.360,10	18.400.197,50
Total do Passivo	0,00	0,00	54.995.723,78	56.245.743,90
Total dos fundos próprios e do passivo	0,00	0,00	124.499.125,74	115.365.700,96

5.1.1– Imobilizado

O princípio da consistência impõe que a autarquia não altere as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro. Se o fizer, essas alterações deverão ser devidamente evidenciadas e justificada nos anexos ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Neste membro do balanço verifica-se essa situação, razão pela qual se volta a relembrar que, à data de 31 de Dezembro de 2011, dever-se-á ter sempre em conta que o balanço não espelha ainda a totalidade do património do Município.

Todos os anos, e 2010 não foi excepção, têm sido encetados esforços no sentido de se recuperarem bens do activo imobilizado da autarquia. No ano sujeito a análise, conseguiram-se recuperar activos que totalizaram 6.536.685,78 euros, dos quais se salientam os seguintes:

- Recuperação de infra-estruturas municipais provenientes da execução de loteamentos e obras de urbanização promovidas por particulares, revertendo para o domínio público a quantia de 5.685.690,05 euros e para domínio privado o montante de 41.925,00 euros. Estes valores reportam-se a alvarás emitidos entre 1 de Janeiro de 2002 e 31 de Dezembro de 2005.

- No sentido de se finalizar o trabalho de recuperação de todos os contratos de permutas efectuados em anos anteriores e resultantes de compromissos assumidos por conta da entrega de bens futuros, nomeadamente parcelas localizadas na área sujeita a alteração no Plano de Pormenor da Zona Sul da Cidade Cantanhede, em 2010 foram recuperadas todas as parcelas da propriedade do Município, no montante global de 809.070,73 euros. Deste montante, 730.950,00 euros dizem respeito a parcelas de terreno do domínio privado da autarquia e o restante a parcelas do domínio público.

QUADRO 48

DESCRIÇÃO	2009	2010	Δ
	VALOR	VALOR	%
	AB	AB	AB
Activo			
Imobilizado			
Bens de domínio público			
Terrenos e recursos naturais	3.507.092,66	6.952.646,62	98,25
Edifícios	436.892,41	441.018,57	0,94
Outras construções e infra-estruturas	55.625.476,66	69.267.489,24	24,52
Bens do património histórico, artístico e cultural	539.611,85	539.611,85	0,00
Outros bens de domínio público	552.860,46	567.557,03	2,66
Imobilizações em curso	11.489.965,55	2.843.915,40	-75,25
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
	72.151.899,59	80.612.238,71	11,73
Imobilizações Incorpóreas	1.050,00	46.650,00	
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	6.447.287,13	9.732.097,31	50,95
Edifícios e outras construções	25.520.485,45	33.491.393,66	31,23
Equipamento básico	3.559.355,31	3.844.561,91	8,01
Equipamento de transporte	1.488.572,96	1.496.289,65	0,52
Ferramentas e utensílios	700.389,76	832.337,77	18,84
Equipamento administrativo	1.465.759,16	1.657.146,71	13,06
Taras e vasilhame	40,00	40,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	5.465.614,09	6.510.771,10	19,12
Imobilizações em curso	13.497.896,37	4.087.087,98	-69,72
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00
	58.145.400,23	61.651.726,09	6,03
Total	130.298.349,82	142.310.614,80	9,22

Da análise ao quadro n.º 48 conclui-se que, em relação a 2009, a rubrica de bens de domínio público sofreu um aumento positivo de 8.460.339,12 euros. Quanto às imobilizações corpóreas, estas tiveram um aumento mais modesto, mas ainda assim com o valor significativo de 3.506.325,86 euros, o que representa um aumento de 6.03% em termos relativos. Os dois valores somados acrescido do montante contabilizado em imobilizações incorpóreas, representam um incremento de 12.012.264,98 euros, dos quais 6,5 milhões de euros ficam a dever-se à recuperação de património municipal. Além disso o aumento referido inclui o reconhecimento de 1,2 milhões de euros resultante de obras realizadas por administração directa, sendo o restante relativo a aquisições e execução de obras diversas concretizadas no decurso do exercício económico em análise.

QUADRO 49

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	Quantidade	2008 VALOR	2009 VALOR	2010 VALOR	% Participação
Investimentos financeiros					
Partes de Capital					
Empresas municipais e intermunicipais					
INOVA - Empresa Desenvolvimento Económico Social-EM		11.647.332,00	11.647.332,00	11.647.332,00	100
Empresas privadas ou cooperativas					
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	13.639	68.195,00	68.195,00	68.195,00	1,67
Laboratórios Azevedo- Indústria Farmacêutica	300				
SIMRIA - Saneamento Integrado Municípios Ria, S.A		199.746,00	199.746,00	199.746,00	1,20
Agências de desenvolvimento regional					
WRC - Web para a Região Centro, ADR, S.A.		10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,75
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro		5.000,00	5.000,00	5.000,00	7,69
Coimbravita - Agência Desenvolvimento Regional, S.A.	3.000	14.970,00	14.970,00	14.970,00	2,21
Associações sem fins lucrativos					
ABAP-Associação Beira Atlântico Parque		963.154,74	881.825,11	594.527,15	96,90
BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia		1.988.600,72	1.022.969,61	719.481,12	99,91
Inst. Invest. Desenvolv. Tecnológico C. Const. - IteCons.		3.000,00	3.000,00	4.500,00	
Fundações					
Fundação Carlos Oliveira		25.000,00	25.000,00		
Total investimentos financeiros		14.924.998,46	13.878.037,72	13.263.751,27	

O quadro n.º 49 demonstra, detalhadamente, os valores contabilizados na classificação de investimentos financeiros. Esta, à data de 31 de Dezembro de 2011, totalizava 13.263.751,27 euros, ou seja, menos 614.286,45 euros do que no ano de 2009. A sua variação negativa deve-se ao movimento contabilístico efectuado pelo método de equivalência patrimonial para reconhecer o valor das participações financeiras do Município nas associações Biocant e ABAP.

Efectuou-se o movimento de anulação do investimento financeiro reconhecido pelo Município na Fundação Carlos Oliveira, no montante da sua participação financeira de 25.000,00 euros. Tal operação foi feita em virtude de não ter sido reconhecida, por parte do Conselho de Ministros, suficiência patrimonial para constituição da fundação, o que levou a autarquia a deliberar, em 19 de Abril de 2010, a sua extinção. Com esta deliberação, o património reverteu para a posse dos instituidores. Assim, o capital reconhecido neste membro do balanço reverteu para proveitos do exercício.

5.1.2 – Circulante

O activo circulante representa o valor das existências, bens destinados a consumo imediato, adquiridos, produzidos e armazenados pela autarquia a 31 de Dezembro de cada do ano sujeito a apreciação. Representa também as dívidas a receber de terceiros, bem como o montante das disponibilidades e seus equivalentes detidos nesse mesmo ano. São valores que, em regra, permanecem na instituição menos de um ano.

O quadro n.º 50 apresenta a evolução do activo circulante do Município ao longo dos últimos dois anos.

QUADRO 50

DESCRIÇÃO	(Un: euros)		
	2009 VALOR	2010 VALOR	Δ %
Circulante			
Existências			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	293.941,35	302.773,76	3,00
Mercadorias	1.099.456,34	1.098.637,88	-0,07
Total de Existências	1.393.397,69	1.401.411,64	0,58
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo			
Clientes, c/c	96.112,96	44.341,66	-53,87
Contribuintes, c/c	368,81	680,14	
Outros devedores	1.263.849,86	963.687,03	-23,75
Total de Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	1.360.331,63	1.008.708,83	-25,85
Caixa e depósitos em instituições financeiras			
Caixa	1.613,12	2.715,83	68,36
Depósitos em instituições financeiras			
Caixa Geral de Depósitos, S.A.			
Operações Orçamentais	82.855,98	78.548,56	-5,20
Operações de Tesouraria	95.605,67	96.626,90	1,07
Banco Espírito Santo, S.A.	10.955,75	8.322,92	-24,03
Caixa Económica Montepio Geral	39,14	614,67	1.470,44
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL			
Operações Orçamentais	883,15	617,52	-30,08
Operações de Tesouraria	626.340,03	573.885,48	-8,37
Finibanco, S.A.	0,00	0,00	
Banco Português de Investimento, S.A.	1.678,61	2.260,18	34,65
Banco Comercial Português, S.A.	993,79	3.008,03	202,68
Banco Português de Negócios, S.A.	45,50	95,71	110,35
Banco Santander Totta, S.A.	16.868,78	20.791,63	23,26
Banif-Banco Internacional do Funchal, S.A.	48,21	661,88	1.272,91
Banco Popular Portugal, S.A.	27,52	171,88	524,56
Total de depósitos em instituições financeiras	836.342,13	785.605,36	-6,07
Total de Operações Orçamentais	116.009,55	117.808,81	1,55
Total de Operações de Tesouraria	721.945,70	670.512,38	-7,12
Total das disponibilidades	837.955,25	788.321,19	-5,92
Total Circulante	3.591.684,57	3.198.441,66	-10,95

Este quadro decompõe, por ordem crescente de liquidez, todo o activo circulante em poder do Município à data de 31 de Dezembro de 2010. Relativamente aos montantes das existências nada de relevante há a referenciar, uma vez que os valores apurados estão muito próximos dos de 2009. Também quanto ao valor das dívidas de terceiros, e conforme análise escarpada aos quadros n.º 13 e n.º 14, elas não suscitam outros comentários.

O montante constante das contas bancárias, que incluem os valores relativos a operações de tesouraria, encerrou com um valor global de 670.512,38 euros. Tem-se verificado, ano após ano, o seu decréscimo e 2010 não foi excepção, já que, face aos valores de 2009, decresceu 5,92%. Esta descida justifica-se, em larga medida, pelo facto de as garantias prestadas para regular a execução das obras municipais estarem a ser suportadas por fundos documentais, ou seja, através da apresentação de garantias bancárias.

5.1.3 – Acréscimos e Diferimentos

O balanço regista ainda, em ambos os lados, uma rubrica denominada *Acréscimos e Diferimentos*, que visa dar cumprimento ao princípio da especialização do exercício ou do acréscimo. Este princípio estabelece que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos e incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, independentemente do período em que ocorrem os fluxos financeiros que se lhes associam.

Deste modo, ficam inscritos os custos e proveitos nos exercícios respectivos, o que permite uma adequada determinação do resultado económico, tornando mais apropriada a análise dos seus níveis de desempenho e da sua posição financeira ao longo dos sucessivos exercícios económicos.

O quadro n.º 51 expõe o valor correspondente de todas as componentes que integram o primeiro membro do balanço, ou melhor, apresenta os designados movimentos de especialização do exercício, os quais ocorrem nas contas do POCAL intituladas de acréscimos de proveitos e, por contrapartida, custos diferidos, ambas constituindo, portanto, um activo para o Município.

QUADRO 51
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

(Un: euros)						
CONTA	DESIGNAÇÃO	2008	2009	Δ	2010	Δ
271 Acréscimos de Proveitos						
2711	Juros a receber	2.187,67	562,40	-74,29	648,79	15,36
2712	Encargos com pessoal a receber	575,86	710,39	23,36	1.714,84	141,39
27131	Comparticipação no fornecimento de refeições	36.123,97	30.645,40	-15,17	85.862,60	180,18
27132	Comparticipação em transportes escolares	8.087,05	3.768,63	-53,40	971,44	-74,22
27133	Comparticipação transferências/subsídios obtidos	52.841,93	128.854,22	143,85	202.032,20	56,79
27134	Comparticipações por serviços prestados		2.513,98		21.774,80	766,15
27135	Comparticipação prolongamentode horário	0,00	0,00		32.534,78	
2714	Impostos Directos	240.507,25	216.611,58	-9,94	3.989.352,59	1.741,71
2715	Indemnizações	1.142,21	0,00	-100,00	0,00	0,00
2719	Outros acréscimos de proveitos	0,00	0,00	0,00	24.270,93	
	Sub-Total	341.465,94	383.666,60	24.225,65	4.359.162,97	1.036,19
272 Custos Diferidos						
2721	Prémios de seguros antecipados	58.621,94	57.005,22	-2,76	58.413,28	2,47
2722	Juros Liquidados	1.295,01	64,19	-95,04	332,62	418,18
2724 Fornecimentos e Serviços Externos						
27246	Jornais e revistas	234,27	485,72	107,33	433,43	-10,77
27247	Contratos de Assistência e Manutenção	3.985,76	4.910,32	23,20	4.222,95	-14,00
27248	Rendas	1.100,00	1.132,00	2,91	1.732,00	53,00
27249	Outros Fornecimentos e Serviços Externos	40.332,85	546,63	-98,64	2.921,20	434,40
2729 Outros Custos Diferidos						
27291	Quotizações	4.125,00	4.125,00	0,00	0,00	-100,00
	Sub-Total	109.694,83	68.269,08	-37,76	68.055,48	-0,31
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		451.160,77	451.935,68	0,17	4.427.218,45	879,61

O valor de 4.427.218,45 euros, contabilizado nestas rubricas, representa um aumento exponencial quando comparado com os 451.935,68 euros apurados em 2009. Embora esta subida represente uma variação positiva de 879,61%, ela resulta, somente, do reconhecimento do imposto municipal sobre imóveis (IMI) relativo ao ano de 2010 que será liquidado e cobrado, nos termos da lei, em 2011. Em bom rigor, este movimento já deveria ter sido efectuado em anos anteriores, só que apenas este neste ano de 2010 foi efectuado o reconhecimento do proveito no ano a que este diz efectivamente respeito. Contraria-se assim o princípio da consistência, razão pela que se refere expressamente esta realidade nas notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Mais se informa que este proveito foi lançado tendo por base o princípio da prudência, reportando-se ao valor do imposto de 2009 cobrado em 2010.

Por outro lado, é aqui reflectido, pela primeira vez, o reconhecimento dos proveitos que a autarquia irá cobrar, em 2011, por força da aplicação da taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas, usualmente designada de Derrama.

Resumindo e anulando o efeito do reconhecimento do IMI e da Derrama, pode-se comparar, em igualdade de circunstâncias, o valor de 2009 com o valor de 2010. Nesta base, verifica-se ter havido uma variação positiva de 200.496,37 euros, ou seja, um aumento de 52,26%. Os valores globais resultam assim do leque de dívidas de terceiros por cobrar ou liquidar à data do fim de exercício, enquanto 68.055.48 euros são para custos diferidos, correspondendo a montantes pagos neste exercício económico mas que dizem respeito a custos do exercício económico seguinte, nomeadamente, a título de exemplo, o pagamento dos prémios de seguro.

5.1.4 – Fundos Próprios

QUADRO 52
ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2009 VALOR	2010 VALOR	Variação VALOR	%
Fundos Próprios				
Património	41.685.814,30	48.358.693,11	6.672.878,81	16,01
Reservas Legais	1.000.293,55	1.000.293,55	0,00	0,00
Reservas Livres	19.005.512,45	19.005.512,45	0,00	0,00
Doações	1.041.095,83	1.331.505,51	290.409,68	27,89
Resultados Transitados	-1.253.738,49	-3.612.759,07	-2.359.020,58	188,16
Resultado líquido do exercício	-2.359.020,58	3.415.346,88	5.774.367,46	-244,78
Total	59.119.957,06	69.498.592,43	10.378.635,37	17,56



O quadro n.º 52 evidencia as variações ocorridas na Estrutura dos Fundos Próprios, sendo notória a inversão total do seu comportamento relativamente aos dois exercícios anteriores.

O sentido ascendente obtido em 2010 prende-se, por um lado, com o facto de se ter recuperado património municipal, resultando assim num aumento, em termos absolutos, de 6.672.878,81 euros (foram contabilizados directamente na rubrica de património por força da recuperação de infra-estruturas municipais provenientes da execução de loteamentos e obras de urbanização promovidas por particulares, conforme oportunamente referido). Por outro lado, tem a ver com a alteração da Estrutura de Custos e Proveitos da autarquia, culminando na obtenção de um resultado líquido do exercício positivo. O ano de 2010 encerra com um resultado de 3.415.346,88 euros, situação que não se verificava nos dois exercícios anteriores.

5.1.5 – Passivo

O passivo consiste, grosso modo, no relato das dívidas da autarquia, devidamente discriminadas por ordem decrescente de exigibilidade.

QUADRO 53
PRINCIPAIS IMPOSTOS A ENTREGAR AO ESTADO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2008	2009	Δ	2010	Δ
242	Imposto Sobre o Rendimento	34.415,85	41.380,70	20,24	45.484,89	9,92
243	Imposto Sobre o Valor Acrescentado	34.182,99	13.617,60	-60,16	19.998,05	46,85
244	Imposto de Selo	1.363,97	1.061,08	-22,21	0,00	-100,00
	SUB-TOTAL	69.962,81	56.059,38	-19,87	65.482,94	16,81
2452	Caixa Geral de Aposentações	33.823,22	57.017,18	68,57	58.102,45	1,90
2453	Segurança Social	8.863,77	31.709,77	257,75	26.973,65	-14,94
2455	ADSE	3.717,50	4.907,76	32,02	4.802,92	-2,14
2456	Outras Contribuições Para Segurança Social	121,57	874,26	619,14	2.628,29	200,63
	245 Contribuições Para a Segurança Social	46.526,06	94.508,97	103,13	92.507,31	-2,12
249	Outras Tributações	3.650,74	2.735,37	-25,07	1.172,55	-57,13
	TOTAL	120.139,61	153.303,72	27,60	159.162,80	3,82

No quadro n.º 53 apresentam-se as dívidas relacionadas com os impostos a entregar ao Estado e Outros Entes Públicos, na sua maioria resultantes de cobranças habitualmente designadas por operações de tesouraria. Estas reportam-se a retenções ou apuramentos já realizados mas que apenas serão entregues aos diversos organismos da administração central no decurso do ano de 2011 ou quando os vários normativos legais assim o impuserem. O mesmo significa dizer que a verba de 159.162,80 euros representa montantes pagos em Janeiro de 2011.

QUADRO 54

OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2008	Δ	2009	Δ	2010	Δ
217	Clientes e Utentes Com Cauções	22.661,58	75,03	11.754,69	-48,13	10.650,69	-9,39
21701	Cauções de Água (OT)	0,00		0,00		0,00	
21702	Loteamentos e Obras (OT)	21.793,27	80,43	10.886,38	-50,05	9.782,38	-10,14
21703/4/5	Outras Cauções Cobradas a Terceiros (OT)	868,31	0,00	868,31	0,00	868,31	0,00
263	Sindicatos	525,38	-4,64	564,94	7,53	437,49	-22,56
2685	Credores Por Depósitos de Garantia	792.917,91	18,63	615.453,65	-22,38	564.103,10	-8,34
26851	Cauções Prestadas Por Fornecedor (OT)	11.763,74	60,57	6.636,95	-43,58	6.636,95	0,00
26852	Cauções Prestadas Por Fornecedor Imobilizado (OT)	6.783,75	823,35	5.783,75	-14,74	5.783,75	0,00
26853	Cauções Prestadas Por Empreiteiros (OT)	771.420,42	17,35	596.052,95	-22,73	545.722,40	-8,44
26855	Outras Cauções Prestadas	2.950,00	0,00	6.980,00	136,61	5.960,00	-14,61
2686	Devedores e Credores de Operações de Tesouraria	7.216,09	4,87	9.082,10	25,86	9.064,68	-0,19
26861	Estágios Profissionais -Portaria n.º 268/97 (OT)	1.064,76	0,00	1.064,76	0,00	1.064,76	0,00
26862	Outros Devedores e Credores de OT	3.863,63	12,91	3.960,96	2,52	3.983,48	0,57
26863	Estágios IntegraçãoSócio-Profissional-RCM 13 (OT)	728,91	0,00	728,91	0,00	728,91	0,00
26864	Credores P/Cheques em Trânsito não Recebidos (OT)	1.435,35	0,00	2.681,01	86,78	2.681,01	0,00
26866	Execuções diversas p/ conta de penhoras(OT)	123,44	-46,30	609,58	393,83	538,50	-11,66
26868	Outros devedores e credores de OT - Passagem			36,88		68,02	
	TOTAL	823.320,96	19,53	636.855,38	-22,65	584.255,96	-8,26

Por sua vez, o quadro n.º 54 reflecte a relação de quantias retidas pelo Município ao abrigo de diversos normativos legais. Estas apenas serão restituídas aos seus titulares quando se extinguir a obrigatoriedade da sua retenção. O ano de 2010 encerra com um montante de 584.255,96 euros em contas de disponibilidades por conta destas quantias cativas a favor de terceiros.

QUADRO 55

ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Un.(Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2008	Δ	2009	Δ	2010	Δ
273	Acréscimos de Custos						
2731	Seguros a liquidar	3.090,92	304,67	0,00	-100,00	3.805,85	
2732	Remunerações a liquidar	514.913,72	10,34	681.828,31	32,42	675.931,66	-0,86
27321	Férias	514.913,72	10,86	681.828,31	32,42	675.278,26	-0,96
27322	Senhas de Presença	0,00		0,00		0,00	
27323	Remunerações diversas	0,00	-100,00	0,00		0,00	
27329	Outros encargos	0,00		0,00		653,40	
2733	Juros a Liquidar	81.489,76	3.103,25	19.702,49	-75,82	22.217,48	12,76
2734	Encargos adicionais com imobilizado	0,00		0,00		25.051,32	
2739	Outros Acréscimos de Custos	412.991,79	-4,12	356.766,48	-13,61	305.830,53	-14,28
27391	Fornecimentos e Serviços Externos a Liquidar	154.991,08	-7,82	137.072,48	-11,56	130.872,62	-4,52
273911	Electricidade	58.696,77	-20,76	48.904,96	-16,68	69.863,88	42,86
273912	Combustíveis	12.372,00	6,27	6.211,56	-49,79	0,00	-100,00
273913	Comunicação	9.238,69	-9,45	13.386,54	44,90	4.795,71	-64,18
273914	Refeições escolares	52.344,95		29.923,09	-42,83	9.335,30	-68,80
273915	Portagens	0,00	-100,00	0,00		67,20	
273916	Jornais e Revistas	0,00		0,00		61,12	
273918	Encargos de cobrança	5.491,77	-1,80	5.375,68	-2,11	5.113,65	-4,87
273919	Outros fornecimentos e serviços externos	16.846,90	-74,45	33.270,65	97,49	41.635,76	25,14
27392	Transferências Correntes Concedidas	125.086,86	4,09	65.142,63	-47,92	57.645,83	-11,51
273922	Despesas com transporte crianças port. deficiências	8.123,19	96,35	10.010,70	23,24	3.054,80	-69,48
273923	Despesas c/ acordo cooperação pré-escolar	61.395,06	-18,30	29.524,61	-51,91	32.387,64	9,70
273924	Despesas com atribuição de bolsas de estudo	4.266,83					
273926	Encargos com postos de enfermagem	3.265,78	6,96	8.036,32	146,08	3.805,29	-52,65
273927	Despesas com auxílios económicos	48.036,00	41,36	17.571,00	-63,42	18.398,10	4,71
273929	Outras transferências correntes	0,00	-100,00	0,00		0,00	
27393	Encargos sobre remunerações	128.966,61	-8,23	154.538,19	19,83	117.010,03	-24,28
27394	Custos e Perdas Operacionais	2.539,34	177,11	10,26	-99,60	299,13	2.815,50
273941	Quotizações	0,00		0,00		262,50	
273942	Impostos e taxas	0,00		10,26		36,63	257,02
273949	Outros custos e perdas operacionais	2.539,34		0,00	-100,00	0,00	
27395	Custos e Perdas Financeiros	1.407,90	47,94	2,92	-99,79	2,92	0,00
27396	Custos e Perdas Extraordinários	0,00	-100,00	0,00		0,00	
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	1.012.486,19	12,41	1.058.297,28	4,52	1.032.836,84	-2,41

À semelhança do que foi visto quanto à especialização dos exercícios do lado esquerdo do balanço (activo), verifica-se que o mesmo se passa no passivo: conforme demonstra o quadro anterior, os “Acréscimos de Custos” totalizaram 1.032.836,84 euros, menos 25.460,44 euros que no ano anterior; os “Proveitos Diferidos”, no quadro n.º 56, dizem respeito às entradas de fluxos ao abrigo de candidaturas efectuadas a fundos comunitários e que vão sendo reconhecidos como Proveitos do Exercício, os quais se observam no quadro n.º 57, em função da parte respeitante à amortização do exercício quanto ao investimento alvo de financiamento.

Em 2010, passam a constar na rubrica de “Proveitos Diferidos” a totalidade das obras financiadas pelo III QCA. Reconhecem-se assim, pela primeira vez, os incentivos recebidos por conta das seguintes obras:

- ✓ Parque Desportivo de Cantanhede;
- ✓ Ampliação da Rede de Saneamento da Tocha;
- ✓ Construção da ER 335/1 – Cantanhede/Tocha;
- ✓ Construção da Variante a Portunhos;
- ✓ Construção do Jardim de Infância da Tocha e do Bolho.

Esta situação apenas ocorreu pelo facto de as referidas obras só terem transitado de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo ou de domínio público em 2010.

O comportamento evolutivo de todos os proveitos auferidos ao longo dos últimos anos com fundos comunitários é apresentado, por sua vez, no quadro n.º 56. Ressalva-se que neste quadro se encontra uma rubrica que nada tem a ver com esta matéria. Referimo-nos, concretamente, à rubrica designada como “venda de bens futuros – permutas”, a qual resulta de compromissos futuros assumidos pelo Município em virtude da realização de várias escrituras de permutas.

Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2009, os serviços procederam à recuperação das restantes escrituras de permuta, relevando-as nas suas demonstrações financeiras.

QUADRO 56

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2009	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2010
27451	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO				
2745111	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	2.390.024,70	11.760,00	65,54	2.392.199,16
274511101	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	127.628,65			127.628,65
274511102	Contrato-Programa M. Educação -Eqto/Mat Did.P. Esc	17.511,28			17.511,28
274511103	Contrato- Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	258.734,59			258.734,59
274511104	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1.733.572,08			1.733.572,08
274511105	Contrato- Programa c/Min.Plan - Intempéries 2000/01	43.814,41			43.814,41
274511106	P. nº 275/03 c/ Inst.Amb-P/Aq.Equipamento M.Ruído	2.213,40			2.213,40
274511107	P. nº 328/03 c/ Instituto Amb-P/ Elab.Carta do Ruído	7.800,00			7.800,00
274511108	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	141.092,00			141.092,00
274511109	A Colaboração C/DGAI p/ Constr. Feira Quinzenal Cantanhede	51.934,09			51.934,09
274511110	Espaço Público de acesso à Internet - Musue da Pedra	964,20		65,54	898,66
274511111	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.	4.760,00	4.760,00		0,00
2745411112	Acordo Coop. Prog. Rede Nac. Bibliotecas Escolares	0,00	7.000,00		7.000,00
27454	EXTERIOR				
274541	FEDER				
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO				
274541011	EIXO I	12.479.939,09	0,00	0,00	12.479.939,09
2745410111	MEDIDA I.I - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	3.209.786,94	0,00	0,00	3.209.786,94
274541011101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	229.104,27			229.104,27
274541011102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	431.973,08			431.973,08
274541011103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	238.893,45			238.893,45
274541011104	Alargamento e Rectificação EM 612 Febres/Vilamar	345.240,62			345.240,62
274541011105	Alargamento e Rectificação do CM Marvão/B. Latas	172.645,75			172.645,75
274541011106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	192.804,82			192.804,82
274541011107	Alargamento e Rectificação Cm 1017 Febres/Barracão	201.307,73			201.307,73
274541011108	Construção do Jardim de Infância de Ançã	182.050,09			182.050,09
274541011109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	228.767,63			228.767,63
274541011110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murte de	247.337,51			247.337,51
274541011111	Drenagem de à. Pluviais EM 585 Pontão (Font.Febres)	224.750,24			224.750,24
274541011112	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede- Amol. 2.ª fase	387.472,67			387.472,67
274541011113	Arranjo Urb./Paissagistico área envolvente Lagoa Montinho	127.439,08			127.439,08
2745410112	MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	4.032.193,83	0,00	0,00	4.032.193,83
274541011201	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tarelos e Lários	404.571,42			404.571,42
274541011202	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	288.222,50			288.222,50
274541011203	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	210.707,90			210.707,90
274541011204	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	113.962,79			113.962,79
274541011205	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Ourentã	18.192,03			18.192,03
274541011206	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	145.762,24			145.762,24
274541011207	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	22.057,23			22.057,23
274541011208	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	601.354,18			601.354,18
274541011209	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	181.354,40			181.354,40
274541011210	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Portunhos	186.014,23			186.014,23
274541011211	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Murte de	114.762,96			114.762,96
274541011212	Abastecimento de água e DTAR de Marvão	324.039,90			324.039,90
274541011213	Abast. Água Picoto, Montouro, Q. Troviscais e Malhada	281.186,18			281.186,18
274541011214	Ampliação da Rede de Saneamento da Tocha	779.250,99			779.250,99
274541011215	Drenagem Águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	360.754,88			360.754,88

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2009	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2010
2745410113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	2.841.568,63	0,00	0,00	2.841.568,63
274541011301	EM ^o Fervença/L. Negra/Escoural e CM 1017 Criação/ ^o Ferv.	824.466,65			824.466,65
274541011302	Circular Urbana de Cantanhede	233.500,75			233.500,75
274541011303	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intenmpéries 1.ª Fase	351.671,22			351.671,22
274541011304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	505.632,99			505.632,99
274541011305	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intenmpéries 2.ª Fase	926.297,02			926.297,02
2745410114	MEDIDA I.4 - QUALIFICAÇÃO AGLOMERADOS URBANOS	2.396.389,69	0,00	0,00	2.396.389,69
274541011401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1.ª Fase	861.434,63			861.434,63
274541011402	Arranjos Urbanístico no Largo de S. João	173.258,28			173.258,28
274541011403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase	220.115,52			220.115,52
274541011404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	278.756,85			278.756,85
274541011405	Revitalização Urbana Cant. -Execução de Passeios e Pavimentos	215.861,27			215.861,27
274541011406	Revitalização Urb. Areas mais Centrais Cidade Cantanhede	366.384,31			366.384,31
274541011407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	280.578,83			280.578,83
274541012	EIXO II				
274541013	EIXO III	4.025.615,87	6.618,14	0,00	4.018.997,73
27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	342.517,13	6.618,14	0,00	335.898,99
2745410130101	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	54.868,12			54.868,12
2745410130102	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho	122.904,60	1.890,40		121.014,20
2745410130103	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha	164.744,41	4.727,74		160.016,67
27454101310	MEDIDA III. 10 - DESPORTO	1.688.896,15	0,00	0,00	1.688.896,15
2745410131001	Ampliação e Beneficiação da piscina Municipal	1.293.672,94			1.293.672,94
2745410131002	Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo de Cantanhede	395.223,21			395.223,21
27454101312	MEDIDA III. 12 - Acessibilidades	1.927.471,54	0,00	0,00	1.927.471,54
2745410131201	Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/IC1 Tocha	1.539.971,54			1.539.971,54
2745410131202	Variante de Portunhos (Poente)	387.500,00			387.500,00
27454101314	MEDIDA III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Regional	25.571,83	0,00	0,00	25.571,83
2745410131401	Prevenção Riscos Prov. Agentes Biótico e Abióticos	25.571,83			25.571,83
27454101316	MEDIDA III.16 -Pescas -Equipamentos e Transformação	41.159,22	0,00	0,00	41.159,22
2745410131601	Arm. Apoio de Pesca e a Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha	41.159,22			41.159,22
274541014	EIXO IV	12.879,45	3.905,88	0,00	10.926,51
27454101406	MEDIDA IV.3- PROMOVER UTILIZAÇÃO INTERNET B. LARGA	12.879,45	1.952,94	0,00	10.926,51
2745410140301	Espaço público de acesso à Internet - Museu da Pedra	2.169,45	687,47		1.481,98
2745410140302	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.	10.710,00	1.265,47		9.444,53
274541015	EIXO V	265.691,52	0,00	0,00	265.691,52
27454101506	MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EQUIP. /SERV.P.D. SOCIAL				
2745410150601	Casa do Chico Pinto	119.246,70			119.246,70
274541013110	Programa Operacional da Cultura	146.444,82	0,00	0,00	146.444,82
2745410201	Museu da Pedra Município Cantanhede	43.592,64			43.592,64
2745410202	Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos	102.852,18			102.852,18
27454103	QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO	1.309.698,61	0,00	781.381,77	2.091.080,38
274541032	Eixo II - Desenvolvimento Cidades Sistemas Urban	690.840,31	0,00	233.243,47	924.083,78
27454103201	Parque Urbano da Quinta de S. Mateus	690.840,31		230.279,81	921.120,12
27454103202	Gabinete da Cidade	0,00		2.963,66	2.963,66
274541033	Eixo III- Consolidação Qualificação Esp. Sub-Regional	618.858,30	0,00	548.138,30	1.166.996,60
27454103301	Centro Educativo de Anã	618.858,30		548.138,30	1.166.996,60
274544	FEOGA _ MEDIDA AGRIS	248.461,40	0,00	0,00	248.461,40
27454401	Limpeza e Valorização da Lagoa dos Coadiçais	48.329,04			48.329,04
27454402	Beneficiação do Caminho Agrícola Cordinhã/Cantanhede	88.995,94			88.995,94
27454403	Caminho Rural Bolho/Espinheiro/P. Carros	111.136,42			111.136,42
274545	PROGRAMA LEADER +	19.011,14	0,00	0,00	97.025,74
27454501	Criação de uma Ludoteca/Mediateca Municipal	8.828,50			8.828,50
27454505	Parque Prosepe	10.182,64			10.182,64
27454503	Banco de Recursos de Cantanhede	14.413,50			14.413,50
27454504	Biblioteca Itinerante - Biblioteca de Praia	63.601,10			63.601,10
2746	Vendas de Bens Futuros - Permutas	912.817,50	650.470,14	178.048,80	1.084.857,50
274601	Construção do Edifício do Gaveto no L. Cândido Reis	516.405,00			516.405,00
274602	Zona do Plano Pormenor da Zona Sul Cantanhede	396.412,50		172.040,00	568.452,50
274604	Loteamento Municipal Zona Envolvente ao P.D. Febres	644.461,34	650.470,14	6.008,80	0,00
TOTAL		21.664.139,28	672.754,16	959.496,11	22.689.179,03

QUADRO 57

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2010	AUMENTOS/ DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2010	TOTAL 2010
27451	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO				
2745111	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	1.802.528,00	7.000,00	108.109,05	1.701.418,95
274511101	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	48.126,14		0,00	48.126,14
274511103	Contrato- Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	232.389,41		3.632,53	228.756,88
274511104	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1.336.982,56		86.678,60	1.250.303,96
274511105	Contrato- Programa c/Min.Plan - Imtempéries 2000/01	29.027,05		2.190,72	26.836,33
274511106	P. nº 275/03 c/ Inst.Amb-P/Aq.Equipamento M.Ruído	395,99		316,07	79,92
274511108	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	103.628,42		7.054,60	96.573,82
274511109	A Colaboração C/DGAI p/ Constr. Feira Quinzenal Cantanhede	46.254,23		2.731,73	43.522,50
274511110	Espaço Público de acesso à Internet - Museu da Pedra	964,20		744,80	219,40
274541111	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.	4.760,00		4.760,00	0,00
274541112	Acordo Coop. Prog. Rede Nac. Bibliotecas Escolares	0,00	7.000,00		7.000,00
27454	EXTERIOR				
274541	FEDER				
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIAO CENTRO				
274541011	EIXO I	8.443.028,75	0,00	637.078,53	7.805.950,22
2745410111	MEDIDA I.1 - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	2.197.032,99	0,00	156.145,84	2.040.887,15
27454101101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	141.280,98		11.455,21	129.825,77
27454101102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	257.129,83		21.666,34	235.463,49
27454101103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	153.289,97		11.944,67	141.345,30
27454101104	Alargamento e Rectificação EM 612 Febres/Vilamar	220.825,00		17.262,03	203.562,97
27454101105	Alargamento e Rectificação do CM Marvão/B. Latas	110.781,03		8.632,29	102.148,74
27454101106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	128.268,49		9.289,14	118.979,35
27454101107	Alargamento e Rectificação Cm 1017 Febres/Barracão	143.513,31		9.336,84	134.176,47
27454101108	Construção do Jardim de Infância de Anã	163.361,42		2.331,35	161.030,07
27454101109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	152.654,35		11.732,35	140.922,00
27454101110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murte de	188.109,25		12.735,82	175.373,43
27454101111	Drenagem de à Pluviais EM 585 Pontão (Font.Febres)	162.007,47		11.237,51	150.769,96
27454101112	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede- Ampl. 2.ª fase	265.186,27		20.381,06	244.805,21
27454101113	Arranjo Urb./Paissagístico área envolvente Lagoa Montinho	110.625,62		8.141,23	102.484,39
2745410112	MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	2.886.218,60	0,00	254.323,64	2.631.894,96
274541011201	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tarelos e Lirios	85.073,66		6.502,45	78.571,21
274541011202	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	211.363,17		14.411,12	196.952,05
274541011203	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	143.983,75		10.535,39	133.448,36
274541011204	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	73.642,73		4.738,72	68.904,01
274541011206	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	89.513,43		6.589,95	82.923,48
274541011207	Ampliação da Rede de Saneamento de Anã	10.063,39		1.102,87	8.960,52
274541011208	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	456.659,81		29.621,17	427.038,64
274541011209	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	121.658,60		9.067,72	112.590,88
274541011210	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Portunhos	141.835,84		9.300,71	132.535,13
274541011211	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Murte de	102.808,48		5.738,15	97.070,33
274541011212	Abastecimento de água e DTAR de Marvão	229.704,30		15.936,19	213.768,11
274541011213	Abastecimento de água Quinta dos Troviscais, Malhada, Conduta Adutora dos Covões	141.395,08		11.736,89	129.658,19
274541011214	Ampliação da Rede de Sanemanento da Tocha	779.250,99		110.393,89	668.857,10
274541011215	Drenagem de águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	299.265,37		18.648,42	280.616,95

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2009	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2009	TOTAL 2010
2745410113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	2.040.075,56	0,00	112.647,10
274541011301	EM Fervença/L. Negra/Escural e CM 1017 Criação/9Ferv.	510.051,72		37.330,74
274541011302	Circular Urbana de Cantanhede	147.034,00		11.675,04
274541011303	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intenmpéries 1.ª Fase	232.982,23		17.583,56
274541011304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	339.877,05		25.346,95
274541011305	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intenmpéries 2.ª Fase	810.130,56		20.710,81
2745410114	MEDIDA I.4 - QUALIFICAÇÃO AGLOMERADOS URBANOS	1.319.701,60	0,00	113.961,95
274541011401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1.ª Fase	434.307,53		40.001,09
274541011402	Arranjos Urganístico no Largo de S. João	102.512,11		8.377,09
274541011403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase	135.107,70		11.015,79
274541011404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	146.692,68		14.905,33
274541011405	Revitalização Urbana Cant. -Execução de Passeios e Pavimentos	150.095,31		10.793,04
274541011406	Revitalização Urb. Áreas mais Centrais Cidade Cantanhede	220.242,30		15.456,05
274541011407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	130.743,97		13.413,56
274541012	EIXO II			
274541013	EIXO III	3.866.826,75	0,00	300.143,57
27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	337.040,80	0,00	28.203,86
2745410130101	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	49.391,79		720,63
2745410130102	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho	122.904,60		8.965,30
2745410130103	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha	164.744,41		18.517,93
27454101310	MEDIDA III. 10 - DESPORTO	1.557.170,31	0,00	26.063,80
2745410131001	Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal	1.161.947,10		18.162,63
2745410131002	Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede	395.223,21		7.901,17
27454101312	Medida III- 12 Acessibilidades	1.927.471,54	0,00	240.481,95
2745410131201	Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha	1.539.971,54		175.081,43
2745410131202	Variante de Portunhos (Poente)	387.500,00		65.400,52
27454101314	MEDIDA III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Regional	7.243,32	0,00	3.336,00
2745410131401	Prevenção Riscos Prov. Agentes Biótico e Abióticos	7.243,32		3.336,00
27454101316	MEDIDA III.16 -Pescas -Equipamentos e Transformação	37.900,78	0,00	2.057,96
2745410131601	Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha	37.900,78		2.057,96
274541014	Eixo IV	12.879,45	0,00	12.071,81
27454101406	MEDIDA IV.3- PROMOVER UTILIZAÇÃO INTERNET B. LARGA	12.879,45		12.071,81
2745410140301	Espaço público de acesso à Internet - Museu da Pedra	2.169,45		1.361,81
2745410140302	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.	10.710,00		10.710,00
274541015	Eixo V	100.834,13	0,00	9.197,87
27454101506	MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. /SERV.P.D. SOCIAL	100.834,13	0,00	9.197,87
2745410150601	Casa do Chico Pinto	100.834,13		9.197,87
27454102	Programa Operacional da Cultura	28.459,34	0,00	5.834,39
2745410202	Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos	28.459,34		5.834,39
27454103	QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO	1.309.698,61	781.381,77	0,00
274541032	Eixo II - Desenvolvimento Cidades Sistemas Urbanos	690.840,31	233.243,47	0,00
27454103201	Parque Urbano da Quinta de S. Mateus	690.840,31	230.279,81	0,00
27454103202	Gabinete da Cidade	0,00	2.963,66	2.963,66
274541033	Eixo III- Consolidação Qualificação Esp. Sub- Regional	618.858,30	548.138,30	0,00
27454103301	Centro Educativo de Ançã	618.858,30	548.138,30	0,00
274544	FEOGA _ MEDIDA AGRIS	178.832,16	0,00	12.029,78
27454402	Beneficiação do caminho agrícola Cordinhã/ Cantanhede	75.275,72		4.449,80
27454403	Caminho Rural Bolho/Espinheiro/P. Carros	103.556,44		7.579,98
274545	PROGRAMA LEADER +	41.534,19	0,00	6.799,66
27454501	Criação Ludoteca / Mediateca Municipal	300,14		189,54
27454502	Parque Prosepe	7.441,66		912,98
27454503	Banco de Recursos de Cantanhede	5.501,31		940,50
27454504	Biblioteca Itinerante - Biblioteca de Praia	28.291,08		4.756,64
	TOTAL	15.784.621,38	788.381,77	1.091.264,66

QUADRO RESUMO

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2010	AUMENTOS/ DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2010	TOTAL 2010
ORÇAMENTO DE ESTADO - COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	1.802.528,00	7.000,00	108.109,05	1.701.418,95
FUNDOS COMUNITÁRIOS- EXTERIOR				
FEDER	12.452.028,42		964.326,17	11.487.702,25
FEOGA _ MEDIDA AGRIS	178.832,16	0,00	12.029,78	166.802,38
PROGRAMA LEADER +	41.534,19	0,00	6.799,66	34.734,53
Sub-Total III QCA	12.672.394,77	0,00	983.155,61	11.689.239,16
QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO	1.309.698,61	781.381,77	0,00	2.091.080,38
Total Geral	15.784.621,38	788.381,77	1.091.264,66	15.481.738,49

5.2 – Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados agrupa e classifica os vários tipos de custos e proveitos segundo a sua natureza, demonstrando como variou a situação patrimonial da autarquia durante um determinado período de tempo, em regra coincidente com o exercício económico. Ou seja, demonstra a forma como decorreu a actividade da autarquia em determinado período económico.

De seguida apresentam-se, segundo a sua natureza, os proveitos e os custos ocorridos ao longo do exercício.

QUADRO 58

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Un: (Euros)

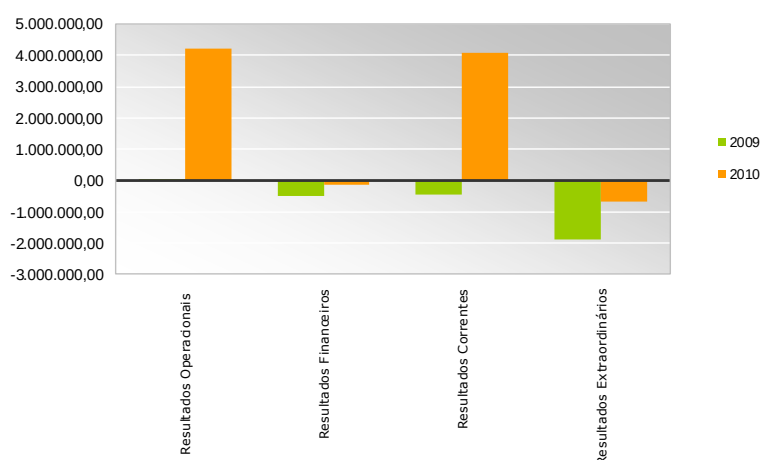
CONTA	DESIGNAÇÃO	2009	2010	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
	Custas e Perdas				
61	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.305.029,70	569.039,62	-735.990,08	-56,40
62	Fornecimento e Serviços externos	4.792.081,25	4.275.836,19	-516.245,06	-10,77
64	Remunerações e Encargos Sociais	6.473.889,82	6.448.128,24	-25.761,58	-0,40
63	Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.627.251,38	1.348.778,94	-278.472,44	-17,11
66	Amortizações do Exercício	4.165.833,20	4.863.551,61	697.718,41	16,75
67	Provisões do Exercício	7.914,81	17.145,41	9.230,60	116,62
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	356.833,39	379.665,06	22.831,67	6,40
68	Custos e Perdas Financeiras	1.545.636,06	1.229.319,91	-316.316,15	-20,47
69	Custos e Perdas Extraordinárias	3.055.875,72	2.023.170,90	-1.032.704,82	-33,79
	Total	23.330.345,33	21.154.635,88	-2.175.709,45	-9,33
	Proveitos e Ganhos				
71	Vendas e Prestações de Serviços	707.876,42	862.760,74	154.884,32	21,88
72	Impostos e Taxas	4.776.229,08	9.122.042,69	4.345.813,61	90,99
	Variação da Produção	0,00	0,00	0,00	
75	Trabalhos Para a Própria Entidade	2.233.727,61	1.290.063,75	-943.663,86	-42,25
73	Proveitos Suplementares	0,00	0,00	0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	10.946.682,59	10.783.818,30	-162.864,29	-1,49
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	69.877,72	59.675,24	-10.202,48	-14,60
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	1.072.864,70	1.081.981,09	9.116,39	0,85
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.164.066,63	1.369.640,95	205.574,32	17,66
	Total	20.971.324,75	24.569.982,76	3.598.658,01	17,16
88	Resultado Líquido do Exercício	-2.359.020,58	3.415.346,88	5.774.367,46	-244,78

Quadro 59

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO		2009	2010	Varição
Resultados Operacionais	(A)	5.559,87	4.216.215,65	75.732,99
Resultados Financeiros	(B)	-472.771,36	-147.338,82	-68,84
Resultados Correntes	(A)+ (B)	-467.211,49	4.068.876,83	-970,89
Resultados Extraordinários	(C)	-1.891.809,09	-653.529,95	134,55
Resultado Líquido do Exercício	(A)+(B)+ (C)	-2.359.020,58	3.415.346,88	-244,78



Com base na leitura dos elementos constantes nos quadros n.º 58 e n.º 59, que resumem a Demonstração de Resultados do Município, verifica-se que há, claramente, uma alteração do comportamento da estrutura de custos e de proveitos da autarquia, o que aliás já foi referido em sede de análise dos fundos próprios.

Resumindo, por estruturas, os vários factores que concorreram para os resultados obtidos e que já foram detalhadamente evidenciados ao longo de presente relatório, temos:

Estrutura de Custos

A diminuição generalizada dos custos, registada na grande maioria das rubricas, compensou largamente os aumentos verificados na estrutura de custos com o pessoal e com amortizações. Sem nos alongarmos com a rubrica de pessoal, que já foi devidamente justificada em capítulos anteriores, resta justificar o aumento verificado na conta de amortizações, que varia positivamente em 16,75% face aos valores de 2009. Esta subida deveu-se ao facto de ter sido realizada, em 2010, uma operação maciça de transferências contabilísticas relacionadas com obras em curso para as contas de domínio público ou de imobilizações corpóreas, o que, por sua vez, teve impacto ao nível das amortizações. Foram amortizados, pela primeira vez, 17.441.590,39 euros de activo permanente.

Estrutura de Proveitos

Neste membro, as variações são na globalidade positivas. Apesar de se ter verificado uma quebra de 42,25% na rubrica de “trabalhos para a própria entidade”, esta foi largamente compensada pelo reconhecimento dos impostos de 2010 no exercício a que estes dizem efectivamente respeito. Trata-se de um movimento que poderá ser entendido como extraordinário e que não se voltará a repetir em exercícios futuros. Foi efectuado para se dar integral cumprimento ao princípio da especialização do exercício, reconhecendo os respectivos proveitos no período a que estes dizem respeito, tal como aconteceu com o reconhecimento do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Os proveitos aumentam assim, em termos globais, 3.598.658,01 euros, mais 17,16% do que em 2009. Os proveitos operacionais tiveram o mesmo comportamento, aumentando 4.216.215,65 euros.

O balanço desta realidade é francamente positivo, pois significa mais eficiência na capacidade de gerar proveitos resultantes da principal actividade do Município, maior controlo e contenção na realização dos custos, traduzindo uma verdadeira capacidade de gerar riqueza de modo sustentável.

VI – Rácios Financeiros

Seguem-se alguns rácios financeiros que ajudam a ter melhor percepção da situação económica e financeira da autarquia.

QUADRO 60

Rácios Financeiros	2009	2010
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Activo Líquido)	89,88%	98,50%
Autonomia Financeira para efeitos de financiamento (Capital Próprio+Prov. Diferidos Subs. Ao invest./Activo Líquido)	113,88%	120,44%
Endividamento [(Passivo Curto Prazo)/(Passivo Curto prazo+Passivo MLP)]	44,21%	18,31%
Dependência [(Passivo)/(Capital próprio + Passivo)]	48,75%	44,17%
Rácios de Liquidez	2009	2010
Índice de Liquidez (Activo Circulante/Passivo Curto Prazo)	0,21	0,47
Índice de Liquidez Reduzida ((Activo Circulante-Existências)/Passivo Curto Prazo)	0,13	0,27
Índice de Liquidez Imediata ((CX+DO)/Passivo Curto Prazo)	0,05	0,12

Adoptando uma perspectiva realista relativamente ao rácio **Autonomia Financeira**, foi expurgado do activo líquido o montante referente aos bens de domínio público, porque se entende que este indicador deve claramente demonstrar os rendimentos do património da autarquia como receita própria passível de ser utilizada autonomamente. Ora, como os bens de domínio público são, em regra, qualificados de bens impenhoráveis ou impossíveis de serem alienados, optou-se por retirá-los da sua fórmula de cálculo.

VII – Contabilidade de Custos

Dando integral cumprimento ao disposto no POCAL, 2010 foi o ano da plena consolidação do processo de implementação da Contabilidade de Custos iniciado em 2009.

A Contabilidade de Custos é um instrumento de gestão interno que tem como principais objectivos a contenção de custos e a sua efectiva racionalização aspectos, pelo que contribui para a tomada de decisões orientadas para a utilização eficaz de todos os recursos à disposição da organização.

São objectivos desta ferramenta:

- ✓ Determinar os custos das intervenções efectuadas nas obras por administração directa (obras novas e grandes reparações que produzem efeitos no aumento do imobilizado do Município);
- ✓ Quantificar o custo dos eventos;
- ✓ Quantificar o custo dos bens e serviços prestados pelo Município.
- ✓ Apoiar na tomada de decisão, como seja o exemplo de decidir se é mais vantajoso para o Município, fazer por administração directa ou entregar o serviço a empresa externas;
- ✓ Clarificar a utilização dos recursos públicos numa perspectiva económica e eficiente;
- ✓ Medir a eficiência, eficácia e económica, da sub actividade e sobre actividade;
- ✓ Suportar a tomada de decisão;
- ✓ Análise de desvios entre custos reais e custos previsionais;
- ✓ Determinar a quantia das taxas e preços públicos;
- ✓ Controlo orçamental por funções.

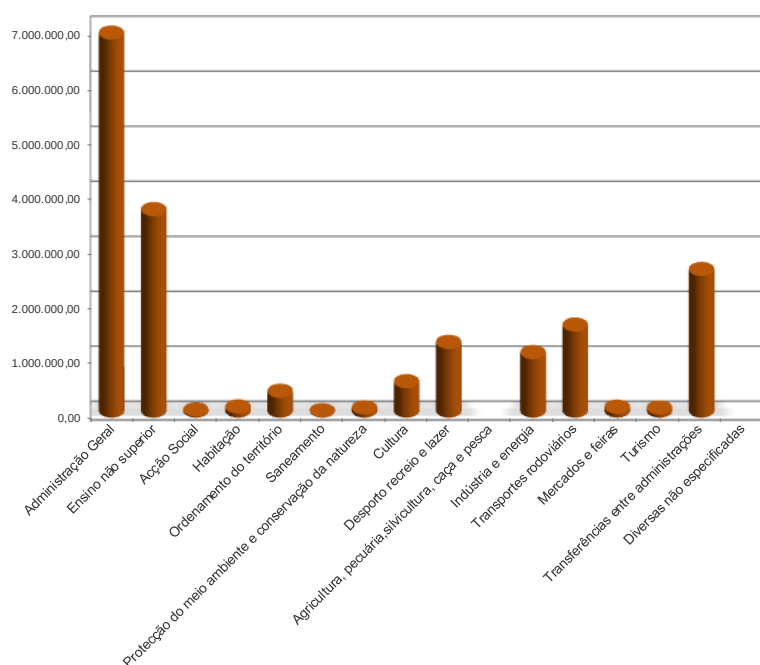
Em 2010, estes objectivos foram alcançados na generalidade, não obstante os desafios auto-impostos terem um carácter dinâmico, ambicioso, na procura constante da melhoria da informação obtida.

À semelhança de 2009, continuou-se a apurar os custos repartidos por funções, imputando-os aos respectivos centros de custos. A informação que este sistema contabilístico proporciona contribuiu para a análise pormenorizada e quantificada dos custos incorridos em diversas infra-estruturas. Tem sido, efectivamente, um apoio fulcral na decisão e na fundamentação económico-financeira relativa à fixação de taxas, tarifas e preços de bens e serviços prestados pela autarquia, ao abrigo do Decreto-lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro (tabela aprovada pela Assembleia Municipal a 31/12/2009).

QUADRO 61

Custos por funções, com repartição da função 111

		Custos por função	%	Custos por função com distribuição da função 111	%
1	Funções Gerais	6.873.011,90	37,84%		
111	Administração Geral	6.873.011,90	37,84%	0,00	
2	Funções sociais	5.962.557,15	32,83%		53%
211	Ensino não superior	3.664.046,35	20,18%	5.894.996,51	32%
232	Ação Social	20.332,71	0,11%	32.712,81	0%
241	Habitação	75.519,51	0,42%	121.501,53	1%
242	Ordenamento do território	358.591,44	1,97%	576.929,19	3%
243	Saneamento	4.285,69	0,02%	6.895,14	0%
246	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	57.699,87	0,32%	92.831,94	1%
251	Cultura	533.182,80	2,94%	857.825,05	5%
252	Desporto recreio e lazer	1.248.898,78	6,88%	2.009.323,37	11%
3	Funções económicas	2.751.834,75	15,15%		24%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca		0,00%	0,00	0%
320	Indústria e energia	1.062.967,71	5,85%	1.710.183,32	9%
331	Transportes rodoviários	1.564.930,21	8,62%	2.517.778,77	14%
341	Mercados e feiras	70.492,14	0,39%	113.413,12	1%
342	Turismo	53.444,69	0,29%	85.985,88	0%
4	Outras funções	2.573.638,94	14,17%		23%
420	Transferências entre administrações	2.573.638,94	14,17%	4.140.666,11	23%
430	Diversas não especificadas		0,00%	0,00	0%
TOTAL GERAL		18.161.042,74	100,00%	18.161.042,74	100,00%



O quadro n.º 61 demonstra a repartição dos custos incorridos pelo Município pelas diversas funções e mostra o peso de cada uma delas nos custos totais da autarquia. Distribuiu-se a Função 111 – Administração Geral pelas outras, dado que, pela sua natureza, ela funciona como apoio às restantes.

Conclui-se também que a Administração Geral tem um peso superior a um quarto dos custos totais. Quanto às restantes, constata-se que as mais relevantes foram as Funções Sociais, com um peso de 32,83% nos custos totais, seguindo-se as Funções Económicas, com 15,15%, neste caso com especial incidência nos transportes rodoviários, com 8,62%.

Os custos reflectidos nesta contabilidade totalizaram 18.161.042,74 euros e foram imputados, de forma directa ou indirecta, a cada uma das funções. Uma nota importante para referir que estes custos não são comparáveis com os custos apurados pela contabilidade patrimonial. Isto porque os valores obtidos pelo sistema de contabilidade analítica, ou de custo, reflectem-se também como custos de toda a facturação classificada na contabilidade patrimonial como bens de imobilizado, ou seja, classificados directamente na classe 4 e não na classe 6.

Os valores de 2010 quando comparados com os valores apurados em 2009, na quantia de 29.186.426,07 euros, verifica-se um decréscimo, em termos absolutos de 11.025.383,30 euros, em grande medida justificados pelo forte ano de contenção verificado.

VIII - Proposta de Aplicação dos Resultados

O n.º 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, estabelece que a aplicação do resultado líquido do exercício deve ser aprovado pelo órgão deliberativo do Município quando o saldo da conta 59 (Resultados Transitados) for positivo, podendo a verba daí resultante ser repartida para reforço do património e para constituição e/ou reforço de reservas.

Nesse sentido, e de acordo com o preceituado, solicita-se à Assembleia Municipal que aprove o resultado líquido do exercício de 2010, no montante positivo de 3.415.346,88 euros. Este montante deverá permanecer na rubrica de resultados transitados, para compensar os resultados negativos obtidos em anos anteriores, que estão quantificados em 3.612.759,07 euros.

X – Certificação Legal das Contas e Parecer sobre as Contas